



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
CULTURA REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

DENIZE SIQUEIRA DA SILVA

**TECENDO MEMÓRIA: linhas e entrelinhas da trajetória da
Universidade Federal Rural de Pernambuco (1912-1936)**

**RECIFE
2010**



DENIZE SIQUEIRA DA SILVA

TECENDO MEMÓRIA: linhas e entrelinhas da trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco (1912-1936)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de mestre, em História Social da Cultura Regional, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

**RECIFE
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
CULTURA REGIONAL

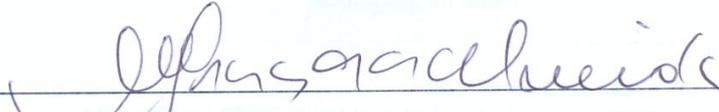
TECENDO MEMÓRIA: linhas e entrelinhas da trajetória da Universidade
Federal Rural de Pernambuco (1912-1936)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

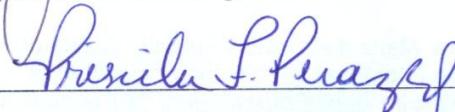
DENIZE SIQUEIRA DA SILVA

APROVADA EM 1º DE JULHO DE 2010

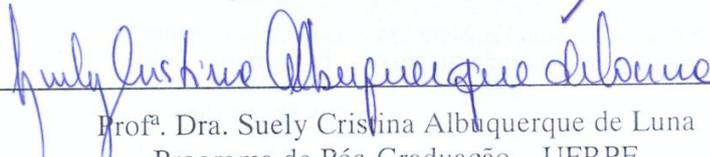
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Programa Pós-Graduação História - UFRPE



Profª Dra. Priscila Ferreira Perazzo
Programa Pós-Graduação - USCS



Profª. Dra. Suely Cristina Albuquerque de Luna
Programa de Pós-Graduação – UFRPE

Ficha catalográfica

S586t Silva, Denize Siqueira da
Tecendo memória: linhas e entrelinhas da trajetória da
UFRPE (1912-1936) / Denize Siqueira da Silva. -- 2010.
170 f. : il.

Orientadora: Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife.
Referências.

1. Patrimônio cultural 2. Memória 3. Cotidiano I . Almeida,
Maria das Graças Andrade Ataíde de, orientadora II. Título

CDD 378.98134

*Aos meus pais Tina e Romão, sem o amor e a orientação dos quais
jamais seria quem sou. Também,
para Ianny e Igor, meus filhos, por uma trajetória de vida...*

AGRADECIMENTO

Trabalhos como esse não é possível realizá-los isoladamente. Muitas vezes, a angústia da finalização, a impressão de que algo não vai bem ou as incertezas em relação aos caminhos escolhidos tomam conta da cabeça e do espírito. Nessa hora, encontrar alguém com que compartilhar essas inseguranças é, sem dúvida, o melhor a fazer. Acredito que uma das melhores coisas da pesquisa é o caminho percorrido, e, principalmente, as pessoas com as quais convivemos nele. Assim, o apoio e força de familiares e amigos são fundamentais.

Nesse trabalho dissertativo contei com muitos amigos e amigas, o que torna esse momento cheio de entusiasmo e emoção, porque é hora de olhar para trás e reconhecer que, no meio de uma trajetória aparentemente solitária, estive junto de pessoas fundamentais, sem as quais, talvez este trabalho não existisse. Mas, inicio esse momento agradecendo a Deus, ser maior, em quem busco ânimo e esperanças quando tudo parece ruir.

Um obrigada em especial, a profa. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, minha orientadora, pela precisão dos conhecimentos transmitidos, pelo equilíbrio e elegância de sua conduta no desempenho de suas funções, por representar o porto seguro+ dessa trajetória, sempre inundado de segurança, carinho e apoio, garantidos nos momentos de incerteza e insegurança. Agradeço, sobretudo, por acreditar nesse trabalho de pesquisa e em minha capacidade para executá-lo.

Um obrigada especial ao professor Paulo Donizetti pelo incentivo, sobretudo, por acreditar que a realização desse trabalho dissertativo traria informações importantes para a historiografia local ao analisar a gênese da memória da UFRPE, uma Instituição fomentadora de ensino, pesquisa e extensão com quase cem anos de história.

A Belo Belinho+ Alberto Azevedo, meu marido, porto seguro, companheiro e amigo certo nas horas incertas+ que conseguiu tornar-se um pai de coração maravilhoso para meus filhos, durante minhas longas ausências no período de desenvolvimento das atividades de pesquisa, obrigada pela compreensão e o incentivo sempre presente, serei eternamente grata...

Aos cunhados Paulo e Geisa, os quais, num momento crucial dessa jornada surgiram como verdadeiros anjos da guarda enviados por Deus; timoneiros a orientar um barco a deriva na imensidão do mar. Obrigada pela solidariedade.

Com muito carinho agradeço, também, aos cunhados Zélia e Humberto, pelo apoio dado nesse caminhar, principalmente, quando me disponibilizaram a Fazenda Sabugueiro, para conclusão da escrita analítica desse trabalho dissertativo. Verdadeiro exemplo de solidariedade.

Das professoras Suely Cristina Albuquerque de Luna e Priscila Perazzo, recebi uma leitura cuidadosa do texto original, marcada por considerações de grande intensidade. Agradeço por terem aceitado participar tanto da banca do exame de qualificação, como da defesa final desse trabalho de pesquisa. Suas sugestões foram amplamente incorporadas a esse trabalho propiciando um refinamento às reflexões.

Com as instigantes aulas das professoras Maria das Graças Ataíde, Giselda Brito, Suely Almeida, Suely Luna, Ana Nascimento, Lúcia Falcão e Fabiana Bruci tive inúmeros momentos privilegiados de acesso a leituras, reflexões e discussões que, sem dúvida, foram fundamentais para a construção do nosso objeto. Com as quais procurei manter um bom relacionamento, principalmente, ético. Com vocês minha visão acadêmica se alargou consideravelmente. Um especialíssimo obrigada a todas.

Não poderia deixar de referenciar e agradecer ao prof. Wellington Barbosa, Coordenador do Programa de Mestrado. Profissional atencioso, sobretudo, comprometido com o lugar a ele confiado.

Agradeço ao prof. Ricardo Pacheco, pelas leituras incansáveis de textos e as dicas bibliográficas de teóricos que trabalham as categorias eleitas nesse estudo, sobretudo, patrimônio cultural.

A D. Felipe da Silva, Abade do Mosteiro de São Bento de Olinda, que gentilmente abriu as portas dos Arquivos da Abadia e, acreditou que esse estudo contribuiria para o alargamento da historiografia regional e das Instituições de Ensino Superior. Agradeço, sobretudo, à contribuição beneditina para com a educação agropecuária local nas primeiras décadas do século XX. Carinhosamente estendo minha gratidão ao Ir. João Cassiano, arquivista do Mosteiro de São Bento, que pacientemente me auxiliou durante essa pesquisa.

A Conceição Martins bibliotecária da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Secretária da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica - APCA pelo envio de importantes fontes documentais, por chamar a minha atenção para importantes aspectos sobre o objeto em análise, e principalmente, pelo companheirismo nos momentos difíceis... Muito obrigada.

Aos amigos do grupo de estudo Memórias da UFRPE: Evandro, Tereza, Givaldo

e Henrique. O contato permanente com vocês foi para mim um espaço formativo relevante. Foram momentos de partilha contínua de experiências e reflexões.

Sou muito grata a Alessandra Souza, secretária da Coordenação do Programa de Mestrado em História Social da UFRPE, extremamente atenciosa e bem humorada, tornando assim, questões burocráticas menos ásperas.

Expresso minha gratidão aos companheiros de trabalho da CCS: Simone Gomes, Renata Sá Carneiro Leão, Bruno Andrade, Fernando, Thomas, Daniel, Susyane, Adriana, Isabel e Joyce; da EDU Marcelo Athayde, Luciano Frazão, Juscelino e David; da PROAD Djanete, Mozart, Emerson e Pedro; da PRAE Maria Cavalcante; do DSG/DAP Dione Paula; do DED Conceição Bôa Viagem; da UFPE/Departamento de Educação Rosane Alencar, verdadeiros amigos que me apoiaram nas dificuldades diárias ressaltando que a cada desafio é possível vislumbrar novos horizontes.

Conheci Sandro Vasconcelos na trajetória do mestrado, é uma das novas amizades que com certeza levarei por toda vida. Sua disponibilidade em lê muitos dos textos dessa pesquisa, a troca de livros e de experiências que vivenciamos juntos, por certo meu amigo, não esquecerei. Obrigada pelo incentivo....

Também, aos amigos, que além da inestimável contribuição intelectual, devo momentos de companheirismos, descontração e muitas alegrias. Assim sendo, agradeço a Daniella Keila por seu contagiante humor e pelo seu intermitente incentivo, a Janaína pelo o apoio constante e disponibilidade dispensada a esse estudo, a Carlos André e Mário Ribeiro pelo apoio prestado à pesquisa, responsáveis também, pela manutenção desse sentimento de solidariedade e carinho fraterno tão característico que desenvolvemos durante essa trajetória.

Por fim, a minha família, por suportar e superar com paciência os momentos difíceis. Dos meus pais, Tina e Romão, recebi todo o apoio objetivo, diário e silencioso em relação às situações práticas da vida cotidiana.

A minha doce irmã, Dulcineia, que mesmo distante soube como ninguém ser parceira nesses momentos delicados.

A George e Fabiana meus filhos de coração, agradeço o carinho, a dedicação e a amizade, principalmente, o apoio que sempre recebi nos momentos difíceis dessa trajetória.

Ao meu Belo e meus queridos filhos lanny e Igor, agradeço por toda uma trajetória de vida, ao meu lado. Já que compartilhamos momentos de alegrias, tristezas, medos e sonhos, de certa forma, essa pesquisa também faz parte de suas conquistas.

A todos minha eterna gratidão.

Denize Siqueira

Que podemos cada um de nós fazer sem transformar nossa inquietude em uma história? E, para essa transformação, para esse alívio, contamos com outra coisa a não ser os fragmentos desordenados das histórias recebidas? Cada um tem a sua lista. Por exemplo: raça, justiça, pecado, moral, virtude, céu, amor, começo, vida, cultura, vingança, infância, nada, deus, arte, saída, remorso, compromisso, eternidade. E cada um dispõe, também, de uma série de tramas, nas quais, as entrelaça de modo mais ou menos coerente. E cada um tenta, dar um sentido a si mesmo, construindo-se como um ser de palavras a partir das palavras e dos vínculos narrativos que recebeu.

(Jorge Larrosa)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo rememorar a trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, a partir de ideais que justificaram o surgimento das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento em 1912, e práticas escolares vivenciadas nesses espaços, que resultaram na laicização da Escola Superior de Agricultura . ESA de São Bento, em 1936, quando essa passou para administração exclusiva do Estado. Nesse sentido, sob a orientação teórico-metodológica da História Cultural e de conceitos das categorias eleitas nessa pesquisa: patrimônio cultural, memória e cotidiano evocamos atividades escolares, acordos e estratégias percebidas nas relações de sociabilidades entre os poderes instituídos: Igreja e Estado, vislumbrando a compreensão desse processo histórico. Nessa perspectiva, as interpretações da Análise de Discurso (AD), da corrente francesa, que privilegia os sentidos construídos no discurso e as formas de produção, do interdiscurso e da intertextualidade deram suporte ao tratamento do *corpus* documental. Com a desconstrução dos discursos, identificamos os sentidos construídos nas alocações dos homens que teceram as primeiras linhas dessa trajetória. Nessa pesquisa não realizamos uma coleta de dados quantitativos para aferição do alcance e eficácia que subsidiasse uma avaliação do conhecimento agropecuário dos acadêmicos. Propomos, sim, com a perspectiva metodológica situar historicamente o processo, por meio da análise documental e da bibliografia existente sobre o tema, além de refletir sobre as razões e os significados desse suporte educativo como prática cultural e instrumento político. Portanto, oferecer à comunidade universitária da UFRPE, um referencial para a construção de sua historicidade e identidade, tendo em vista que, quando questionamos a preservação inserida na dinâmica do movimento da história, chega-se a um melhor entendimento de como se costura a cultura histórica. Com essa proposta vislumbramos a importância do papel da memória coletiva na trajetória de configuração das Faculdades de São Bento e a sua necessária inclusão no campo do conhecimento histórico do patrimônio cultural da UFRPE.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural, Memória e Cotidiano.

ABSTRACT

The research has the purpose of review the trajectory of the Universidade Federal Rural de Pernambuco . UFRPE, from ideals that justified the emergence of the %Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento+, in 1912, and the educational practices experienced in those spaces, resulting on the secularization of the Escola Superior de Agricultura . ESA of São Bento, in 1936, when it turned to be administrated only by the Government. In this way, under the theoretical and methodological orientation of the Cultural History and concepts of the chosen categories on this research (cultural heritage, collective memory and daily life), we evoke school activities, agreements and strategies on sociability relations between the established powers . Church and State . aiming the comprehension of this historical process and the social role played by these Agrarian Institutes on the region. From this perspective, the interpretations of the Discourse Analysis (DA); of the French current, which privileges the constructed meanings on the discourse and the production ways; of the interdiscourse and the intertextuality gave support to the study of the documentary *corpus*. With the deconstruction of discourses, we could understand the constructed meanings on the speeches of men that weaved the fist lines of this path. On this research, we didn't make a collection of quantitative data for measuring the reaching and effectiveness that subsidize a evaluation of the agricultural knowledge of the academicians. We propose, instead, with the methodological perspective, to situate historically the process, through the documentary analysis and the bibliography about the subject, and identify the reasons, experiences, senses and meanings of this educational support as a cultural practice and a political tool. Therefore, we wanted to offer to UFRPE's academic community a reference for the construction of its historicity and identity, considering that, when we question the preservation inserted in the dynamics of History, we come to a better understanding of how the historical culture is created. With this purpose, we highlight the important role of collective memory in the path of the configuration of the Faculdades de São Bento and its necessary inclusion into the field of historical knowledge of cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage, Memory and Daily Life

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Distribuição do corpo docente e respectivas disciplinas lecionadas no primeiro curso preparatório para ingresso de alunos nas Escolas Superiores de São Bento. Relatório anual das Escolas Superiores de São Bento. Typographia das Vozes de Petrópolis. Petrópolis, RJ. 1913-1922. Fonte: Mosteiro de São Bento de Olinda-PE.....99

QUADRO 2 - Total de alunos/ano (1914-1922), matriculados nas turmas dos Cursos de Agricultura e Medicina Veterinária das Escolas Superiores de São Bento. Relatório anual das Escolas Superiores de São Bento. Typographia das Vozes de Petrópolis. Petrópolis, RJ. 1913-1922. Fonte: Mosteiro de São Bento de Olinda-PE.....103

QUADRO 3- Distribuição das disciplinas lecionadas, por curso, nas Faculdades Agropecuárias de São Bento. Typographia das Vozes de Petrópolis. Petrópolis, RJ. 1913-1922. Fonte: Mosteiro de São Bento de Olinda-PE.....104

QUADRO 4 **Ë** Distribuição da carga horária e respectivas disciplinas lecionadas nas Faculdades Agropecuárias de São Bento. Typographia das Vozes de Petrópolis. Petrópolis, RJ. 1913-1922. Fonte: Mosteiro de São Bento de Olinda-PE.....105

QUADRO 5 - Relação nominal dos formandos das primeiras turmas (1914), das Escolas Superiores de São Bento, referente aos Cursos de Agricultura e Medicina Veterinária. Relatório anual das Escolas Superiores de São Bento. Typographia das Vozes de Petrópolis. Petrópolis, RJ. 1913-1922. Fonte: Mosteiro de São Bento de Olinda-PE.....107

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa de Pernambuco com destaque para o Mosteiro de São Bento, localizado no Bairro Cidade Alta, Olinda-PE.....	69
Imagem 2 - Primeiro espaço físico construído para abrigar os cursos das Faculdades Agropecuária de São Bento, 1914.	115
Imagem 3 - Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento.....	124
Imagem 4 - D. Pedro Roeser Primeiro Reitor das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento de Olinda-PE.....	163
Imagem 5 - D. Bento Pickel, Primeiro Diretor da Escola de Agricultura de São Bento de Olinda-PE.....	163
Imagem 6 - Imagem atualizada, do espaço físico que abrigou as Escolas Superiores de São Bento, em 1914, com algumas intervenções.....	164
Imagem 7 - Alunos, professores e autoridades públicas na ESA de São Bento, em Tapera, após a solenidade da Aula Inaugural, em março de 1917.....	164
Imagem 8 - Hospital Veterinário da Escola Superior de Medicina Veterinária de São Bento, I do Brasil.....	165
Imagem 9 - Laboratório de Química da Escola Superior de Agricultura de São Bento - Tapera.....	165
Imagem 10 - Alunos no campo, em aula prática de Agrimensura. Escola Superior de Agricultura de São Bento . em Tapera.....	166
Imagem 11 - Alunos na Sala de Leitura na Escola Superior de São Bento - em Tapera.....	166
Imagem 12 - Alunos em aula prática no Laboratório de Botânica da Escola Superior de Agricultura - em Tapera.....	167
Imagem 13 - Alunos em aula prática de Mecânica. Escola Superior de Agricultura - em Tapera.	167
Imagem 14 - Vista parcial do prédio da Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, em Tapera.....	168
Imagem 15 - Alunos em momento de descontração na Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, em Tapera.	168

Imagem 16 - Imagem à distância do espaço físico da Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, em Tapera, em processo de construção.....	169
Imagem 17 Ë Despedida Prior da Ordem Beneditina, quando em visita a Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, em Tapera.....	169
Imagem 18 - Estábulos da Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, em Tapera.	170
Imagem 19 - Monge Beneditino com alunos em aula prática de Agrimensura na a Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, em Tapera.	170

ABREVIATURAS

APCA - Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

APMAG - Arquivo Público Antonino Guimarães de Olinda.

BPEMCB - Biblioteca Pública Estadual Marechal Castelo Branco.

CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CCS - Coordenadoria de Comunicação Social

DED - Departamento de Educação

DH- Departamento de História.

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

EDU - Editora Universitária

ESA - Escola Superior de Agricultura.

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco.

GE - Grupo de Estudos.

IAHGPE- Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MACOP - Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

MAIC - Ministério da Agricultura e Comércio.

PPGH- Programa de Pós-Graduação em História.

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

SEN - Secretaria Nacional de Agricultura.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco.

SUMÁRIO

Introdução.....19

Capítulo I *É Patrimônio Cultural, Memória e Cotidiano: um breve histórico*.....33

1.1 . O patrimônio cultural e a elaboração de políticas públicas.....33

1.2 . Discussão acerca da memória: individual, coletiva e histórica.....44

1.3 . Maneiras de pensar o cotidiano: interior escolar e espaços urbanos.....57

Capítulo II *É Trajetória das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento de Olinda-PE*.....68

2.1 . O despertar de histórias entre idas e vindas a cidade de Olinda: 1912-1914.....68

2.2 . As nuances do pensamento agrícola no discurso regional.....74

2.3 . Perspectivas para implantação do ensino superior agropecuário e suas imbricações com o pensamento positivista.....82

2.4 . Relações de sociabilidades entre: Igreja, Estado e amigos do Mosteiro de São Bento de Olinda.....91

2.5 . Um mergulho na memória: o nascer das Faculdades Agropecuárias.....97

Capítulo III *É Entrecruzando as linhas da história: evocamos a saga da laicização da Escola Superior de Agricultura É ESA de São Bento (1936)*.....110

3.1 . Como espelhos práticas escolares: refletem estratégias e acordos de tempos vividos.....110

3.2 . *Fios de memória tecem: movimento escolar, lembranças e experiências*.....116

• 3.2.1 . Escola Superior de Medicina Veterinária de São Bento: 1914-1926.....116

• 3.2.2 . Escola Superior de Agricultura de São Bento: 1917-1936.....124

- 3.2.3 . Entre acordos instituídos: o nascer da Escola de Agronomia de Pernambuco (1937).....138

- Considerações Finais.....143**

- Referências.....148**

- Referências Manuscritas.....159**

- Anexo Fotográfico.....163**

INTRODUÇÃO

No fundo da prática científica existe um discurso que diz: ãnem tudo é verdade, mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto está a espera da nossa mão para ser desvelada. A nós, cabe a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois, de qualquer maneira, ela está presente aqui e em todo lugarö.¹

O estudo da memória acerca da criação dos cursos de ensino superior agropecuário, no Brasil, tem sido considerado, de modo crescente, como um importante foco de investigação, para pesquisadores que transitam por vários campos do conhecimento, possibilitando uma compreensão alargada dos espaços escolares, sobretudo, do cenário político-institucional nas primeiras décadas do século XX. Em linhas gerais, esses estudos apresentam o processo de organização desse ensino acordando as necessidades regionais, bem como, aspectos do percurso profissional, administrativo e político de seus grupos originais.

Assim, para realização da nossa pesquisa, partiremos de uma visão culturalista da história, de forma integrada e interacionista procurando, segundo ALBUQUERQUE Jr., ~~re~~tramar o que está tramado, redizer o que está dito, rever o que já foi visto,² assim sendo, demarcar a nossa diferença, trazendo novos subsídios à historiografia regional, particularmente aos estudos das Instituições de Ensino Superior, dedicadas as Ciências Agrárias.

O interesse pela problemática surgiu na graduação de licenciatura em História que cursei na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde/Centro de Ensino Superior de Arcoverde . AESA/CESA. Nesse período desenvolvi uma pesquisa sobre ~~a~~ história da apicultura no município de Ibimirim . PE+, realizada a partir de informações colhidas por meio de entrevistas com apicultores locais, capacitados por técnicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco . UFRPE. Com os resultados das análises passamos a refletir sobre os problemas gestacionais da Universidade, no sentido de desenvolver atividades culturais preocupadas em salvaguardar o patrimônio dessa Instituição de

¹ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992, p. 113.

² ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. EDUSC: Bauru, São Paulo, 2007, p. 153.

Ensino Superior - IFES.

Porém, a idéia de realizar um estudo criterioso sobre essa a Universidade Rural foi efetivamente gestada, quando entramos em contato com o Grupo de Estudo acerca da memória da Instituição, em Recife, sob a coordenação da Prof^a Dra. M^a das Graças Ataíde de Almeida³, para o qual, fomos convidados a frequentar os encontros quinzenais, onde definimos o objeto a ser analisado, bem como, o recorte cronológico da pesquisa, vislumbrando compreender as práticas cotidianas, saberes e fazeres de personagens envolvidos com essa problemática.

Durante as discussões no Grupo de Estudo surgiram questionamentos acerca das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, no sentido de compreender seu papel social no âmbito da educação pernambucana, na formação de bacharéis em Agronomia e Medicina Veterinária no início do século XX; assim como, sua trajetória, perpassando por duas ditaduras militar, em quase 100 anos de existência.

Diante dessas opções de investigações, optamos em privilegiar os seguintes pontos dessa história: os ideais que possibilitaram o surgimento desses Institutos Agropecuários, as práticas, os valores e vivências no espaço escolar; o sistema de internato e externato; e o que levou o Estado a intervir na administração das Escolas Superiores de São Bento em 1936; assim, contextualizar o objeto de pesquisa na historiografia local, conforme um monumento do patrimônio cultural, a partir da rememoração da memória documental e discursos proferidos pelas lideranças agrárias. Com essa perspectiva, privilegamos o seguinte período: 1912-1936, que se refere à fase beneditina.

Com essa perspectiva, buscamos a produção historiográfica relacionada à memória e patrimônio de instituições superiores de ensino e pesquisa. Na ocasião debruçamos sobre os trabalhos realizados por ATAÍDE DE ALMEIDA⁴: o primeiro voltado para a memória da Fundação de Amparo à Pesquisa em Pernambuco . FACEPE, quando a Instituição fez 15 anos, a autora mapeia os gestores trabalhando

³ A professora realizava pesquisas acerca memória da UFRPE desde os 87 anos da Instituição, quando a mesma escreveu textos relativos aos 87 e 90 anos da Universidade. Este Grupo de Estudo - GE, foi pensado pelos profos. Drs. Paulo Donizeti e Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida. Cinco funcionários: Denize Siqueira da Silva, Evandro de Oliveira Cavalcanti, Geraldo Laurentino da Silva, Givaldo Rufino Coelho, Severino Henrique da Costa e Tereza Cristina A. dos S. Silva, da área das Ciências Humanas (história), ambos frequentavam as discussões em torno das categorias memória e patrimônio, voltadas para pesquisas que vislumbravam o recorte cronológico a partir de 1910 até o pós-64.

⁴ ALMEIDA, M. Das Graças A. Ataíde de & CABRAL, Fátima. FACEPE 15 anos. FACEPE: Recife, 2005.

com o aporte de memória e intelectuais. O segundo, sobre a UFRPE, quando dos aniversários de 87 e 90 anos. Nesse último, a historiadora faz uma análise da trajetória da Universidade, desde sua criação até 1964, relacionando as imbricações entre os momentos críticos vividos na conjuntura brasileira e a atuação desta no processo histórico.

A autora trabalhou com os intelectuais relacionando a idéia de progresso e de modernização presente na reforma arquitetônica que a cidade do Recife vivenciou durante a década de 1910, concomitantemente com a criação das Escolas Superiores de São Bento; perpassando pelos anos da Ditadura Vargas, adentrou nos espaços escolares das Faculdades de São Bento quando identificou preconceitos, dentre eles, contra os judeus e contra a presença de mulheres em universidades voltadas para Ciências Agrárias.⁵ Conclui seu trabalho com a relação entre UFRPE e a ditadura militar. Ainda sobre a Instituição, MARTINS⁶ tem se debruçado em vários artigos e ensaios biográficos sobre atores desta trajetória.

Teses, dissertações e artigos também, se utilizam dessa temática, como por exemplo, a pesquisa de CASTELO BRANCO⁷ sobre o Piauí, abordando cotidiano e memória do Colégio Agrícola de Teresina, nas décadas de 50 a 70 do século XX; tendo como *locus* de pesquisa a cidade de João Pessoa, na Paraíba, destacamos os trabalhos de TARGINO⁸, que a partir das cartilhas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP analisa a experiência de educação patrimonial na cidade entre os anos de 1980 a 2003; SCOCUGLIA,⁹ em tese de doutoramento aborda o

⁵ Conferir, também, MARTINS, Conceição. Consta nos estudos da bibliotecária, que a Escola Superior de Agricultura ó ESA, hoje UFRPE, conferiu diploma, a duas mulheres: Ester Feldmuns, da turma de 1944 e Sara Botler, da turma de 1945, ambas judia.

⁶ MARTINS, Conceição & MARTINS Osvaldo. **LINDALO FARIAS**: reminiscências da trajetória de um engenho agrônomo. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica. Recife. V. 5-6, 2008/2009, p. 19-31: **O pioneirismo das engenheiras agrônomas pernambucanas nos 96 anos da UFRPE**. In: jornal Folha de Pernambuco, Caderno Cidadania. Recife, 31 de outubro, 2008, p. 11. **Memória e informação: o testemunho das engenheiras agrônomas pernambucanas**. In: **Anais do XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**. São Paulo, 2008. Disponível em: www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2798.pdf.

⁷ CASTELO BRANCO, Julinete V. Castelo. **Histórias e memórias do Colégio Agrícola de Teresina (1954-1976)**: formando líderes para a construção do novo e para a implacável destruição do arcaico. Teresina: Universidade Federal do Piauí-UFPI. 2006.

⁸ TARGINO, M^a Ivonilde M. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP. 1980-2003**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007.

⁹ SCOCUGLIA, Jowanka B. C. **Sociabilidade, Espaço Público e Cultura: uso contemporâneo do patrimônio na cidade de João Pessoa**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2003.

patrimônio histórico de João Pessoa, no período de 1987 a 2002, e HEINZ¹⁰ com artigo intitulado: Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930).

Em nossa análise privilegiamos a memória da UFRPE, da sua criação até a década de 1930, quando da transferência para administração do Estado e consequente laicização das Escolas. Assim, o objetivo dessa pesquisa, é compreender a trajetória histórica das Escolas Superiores de São Bento, fundadas pelos beneditinos da cidade de Olinda . PE, em 1912, as quais deram origem a UFRPE, a partir de seu cotidiano, sua memória e seu patrimônio. Na perspectiva de análise aqui adotada, compreendemos que tanto a história oficial como os silêncios da memória coletiva serão objetos de criticidade.

O referencial teórico-metodológico nos revela que a trajetória de uma instituição de ensino ganha visibilidade a partir do desvendar do seu universo. Isso requer o reconhecimento de um mundo a portas fechadas, escondido, fugaz¹¹. A análise nos remete a uma leitura criteriosa, com o compromisso de repensar as histórias do objeto em discussão adentrando os espaços escolares e as experiências vividas, onde identificamos afirmações de valores dos grupos sociais estudo, os quais definimos como configuração de memória e silenciamentos.

Com esse estudo acreditamos na possibilidade de evocar um universo multifacetado que se mostra em aulas, vivências e práticas cotidianas, da mesma forma os documentos que se transformam em monumento/memória tramados pelos sujeitos que escreveram as primeiras linhas da história do ensino agrícola em Pernambuco, a partir das Escolas Superiores de São Bento. Mas, para realização dessa proposta vislumbramos um caminho no qual encontre o conceito das categorias eleitas nessa pesquisa patrimônio, memória e cotidiano+.

Nessa perspectiva, os estudos de RÜSEN, orientam nossa discussão, para esse autor,

as teorias são apenas construtos das narrativas e não sejam elas mesmas narrativas. Elas fornecem a estrutura da argumentação, o esqueleto da

¹⁰ HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). Revista Brasileira de História o Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 58, jul. ó dez. 2009, p. 263.

¹¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel 1990.

constituição narrativa de sentido, mas não apresentam o próprio sentido construído narrativamente, como se não importasse o preenchimento da estrutura, a *õmusculaturaø* empírica. Por outro lado, a metodologia consiste num conjunto de diretrizes que conduzem o pensamento histórico à pesquisa empírica, à reflexão sobre os pontos de partida e à teorização, conferindo-lhe a dinâmica do progresso cognitivo, da ampliação das perspectivas e do reforço de identidade¹².

PAUL FEYERABEND, ao escrever sobre métodos de pesquisa histórica, também nos auxilia no entendimento dos campos teórico e prático, assim como, alarga a nossa compreensão sobre fatos, segundo o estudioso,

um método que contenha princípios firmes, imutáveis e absolutamente obrigatórios para conduzir os negócios da ciência depara com considerável dificuldade quando confrontado com os resultados da pesquisa histórica. Descobrimos então que não há uma única regra. Assim, para o que examina o rico material fornecido pela história e não tem a intenção de empobrecê-lo a fim de agradar a seus baixos instintos, a seu anseio por segurança intelectual na forma de clareza, precisão, *õobjetividadeö* e *õverdadeö*, ficará claro que há apenas um princípio que pode ser defendido em todas as circunstâncias e em todos os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio de que tudo vale¹³.

Assim, a prática historiográfica exige do pesquisador um fecundo diálogo entre a documentação e o aporte teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento da sua investigação, esse rigor científico é o que propiciará legitimidade científica ao trabalho a ser realizado. Logo, a proposta teórico-metodológica de análise deste trabalho insere-se no método prosopográfico, que tem por base o estudo das biografias coletivas das elites, se orienta pela busca das regularidades, dos sinais comuns, dos condicionamentos sociais e culturais na história de homens e coletividades, buscando perscrutar a complexidade do social.

De acordo com a nossa proposta de análise, as obras de autores como JACQUES LE GOFF,¹⁴ ECLÉA BOSI,¹⁵ MAURICE HALBWACHS,¹⁶ PATRÍCIA

¹² RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p.90-101.

¹³ FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007, p.37- 43.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed.: Unicamp, 1996.

¹⁵ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de SIDOU, Beatriz. São Paulo: Centauro, 2006.

MARIUZZO,¹⁷ RICARDO ORIÁ,¹⁸ PAULO DE ASSUNÇÃO,¹⁹ CARLOS A. LEMOS,²⁰ PEDRO PAULO FUNARI,²¹ SANDRA PELEGRINI,²² MICHEL FOUCAULT²³ e FLÁVIO M. HEINZ,²⁴ constituem nosso lugar de reflexão. Utilizamos Foucault a partir da idéia de que as relações de poder fundamentalmente não se passam nem ao nível do direito, nem da violência, o autor não define poder como algo que nega ou impõe limites. Nessa perspectiva, o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. Assim, a opção pelas elites é aqui, antes de tudo, uma solução de escala, uma chave metodológica para, através do método das biografias coletivas ou prosopografias, perscrutar a complexidade do social.

Sobre a memória, enquanto fonte histórica os estudos de BOSI corroboram com a análise quando afirma que,

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções mediadas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.²⁵

Sendo assim, entendemos que a memória é responsável pela conservação das experiências, levando-nos a reinventar o já vivido, possibilitando-nos recompor o passado, do marco da intelectualidade pernambucana, no que se refere às Ciências Agrárias. Lembramos aqui HALBWACHS²⁶, quando faz distinção entre memória

¹⁷ MARIUZZO, Patrícia. **Revista Eletrônica Com Ciência**. A revista é uma publicação da sociedade brasileira para o progresso da ciência, em parceria com laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp.

¹⁸ ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de história**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁹ ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

²⁰ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

²¹ FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

²² PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. No referencial teórico apresentado, encontramos os fundamentos para analisar as Escolas Superiores de São Bento, como patrimônio cultural. Buscamos os referidos autores, na perspectiva que já não se entende o patrimônio apenas como obras arquitetônicas ou de grande apelo histórico, mas como a produção humana em seu conjunto. Dessa maneira, encontramos o suporte que vislumbramos em suas interpretações para essa pesquisa.

²³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979-2005.

²⁴ HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²⁵ BOSI, Ecléa. *Op. Cit.* p. 47.

²⁶ HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.* 2006.

histórica, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado, e memória coletiva, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memórias, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam.

Para LE GOFF,

o estudo da memória não é exclusividade da História, mas também da Antropologia, da Psicologia e da Educação, porém, ela ganha um significado especial para os historiadores, para quem o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história.²⁷

Dessa forma, ao rememorar o surgimento e o cotidiano das Escolas Superiores de São Bento, a memória ultrapassa a simples lembrança e ocupa lugar de documento histórico. Assim, diferente do pressuposto positivista em que apenas o documento tem valor histórico, outras perspectivas teóricas abrangem como fontes a palavra, o gesto, a imagem entre outros. De acordo com o historiador, o estudo da memória, envolve principalmente aqueles elementos registrados nas inscrições grafadas desde a antiguidade, logo a memória, ganha um caráter de monumento e como tal deve ser visitada pelo historiador.

Pensamos que monumentos são parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação, eles servem como um elo entre o presente e o passado dando um sentido de continuidade. A preservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente, por isso vale a pena na medida em que este patrimônio esteja vivo no presente, vivo para que as pessoas que o cercam possam de algum modo usufruir dele. Neste sentido, entendemos que as Escolas Superiores de São Bento podem ser analisadas como monumento ou patrimônio cultural, porque nos ligam ao nosso passado e deve, portanto, fazer sentido no cotidiano. Considerando que todos os elementos que perfazem o patrimônio de uma coletividade, pode ser compreendidos como bens culturais desse grupo social.

Os estudos de ORIÁ, interpretam as análises teóricas mencionadas acerca das categorias privilegiadas nessa pesquisa, bem como, reforça a nossa opção pela análise. Para o autor ²⁷ não se entende o patrimônio apenas como obras arquitetônicas ou de

²⁷ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 426.

grande apelo histórico, mas como a produção humana em seu conjunto.²⁸ Logo, a leitura nos diz que os elementos culturais retratados em monumentos: as produções documentais, as práticas, vivências e conflitos vividos pelos sujeitos da nossa pesquisa passam a ser objeto de preservação. Para o autor atualmente se preserva um bem cultural, quando esse tem significado para a comunidade em que está inserido, e, se a preservação possibilitará a melhoria, principalmente, para a salvaguarda de sua identidade cultural.

ASSUNÇÃO corrobora com a discussão, quando afirma que a preservação dos bens culturais garantem a manutenção da memória coletiva no decorrer dos tempos, bem como, a construção da sua identidade.²⁹ Contudo, FUNARI e PELEGRINI, chamam a nossa atenção ao que para uns é patrimônio, para outros não é. Os valores sociais mudam com o tempo.³⁰ Nesse sentido, a memória tem a função de estabelecer ligações essenciais entre os sujeitos e o meio no qual vivenciam as experiências. Partindo da construção de um pensamento sobre as Escolas Superiores, a partir de fios de memórias, é possível conhecer as relações de sociabilidades que se travaram naquele ambiente, bem como, a importância destas para a trajetória escolar da Instituição.

Procuramos tecer o memorial entrecruzando documentos, prosopografias, imagens, discursos, tempos e vivências. Uma vez que nossos atores históricos, defensores da criação de uma escola preocupada com a causa agrícola em Pernambuco, são caracterizados como parte da elite agrária regional³¹ que atuaram discursivamente na região, expandindo seu ideário e suas concepções de educação. Segundo HEINZ aos historiadores que se utilizam das biografias coletivas em seus trabalhos, realizam um estudo sociológico do passado, considerando seu caráter social

²⁸ ORIA, Ricardo. *Op. Cit.* p.138.

²⁹ ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. Idem. 2003. Indicamos para complemento da análise. O estudo apresenta uma leitura interessante, que objetiva contribuir, bem como, trazer esclarecimentos sobre temáticas ligadas ao patrimônio vislumbrando uma melhor interpretação, tendo em vista a sua complexidade, sobretudo, a riqueza do conteúdo que o livro comporta; enfim, contribuir para que a sociedade volte o olhar para o futuro, sentido a necessidade de preservar o patrimônio.

³⁰ FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINI, Sandra C. Araújo. *Op.Cit.* 2006, p. 10.

³¹ MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 116-117. É professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tido como um dos mais importantes sociólogos brasileiros da contemporaneidade. Suas análises sobre a vida social, do imaginário e da visão de mundo de homens simples muito contribuíram para compreensão sobre a trajetória do nosso objeto de pesquisa.

para a História³².

A análise da historiografia local nos permite refletir sobre as particularidades dos fatos históricos. A História baseada nas avaliações regionais é determinada pelos componentes de permanências e rupturas universais da História, entretanto, tais acontecimentos são momentos particulares que podem decifrar lacunas nos estudos da História oficial, que muitas vezes torna-se generalizante, englobando os fatos de grandes eixos político-sociais como modelo para o desdobramento da História em todos os seus âmbitos, sobretudo, o cultural.

Assim, no que diz respeito à metodologia para o desenvolvimento desse estudo, no primeiro momento, fizemos um levantamento dos teóricos que trabalham as categorias eleitas na pesquisa; em seguida inventariamos a documentação, no sentido de separar o *corpus* a ser analisado, como forma passível de colocarmos em evidência as memórias muitas vezes silenciadas. Quanto às fontes documentais utilizadas para a elaboração dessa pesquisa foram encontradas nos arquivos da Abadia Olindense, as quais consistem em três livros de atas referentes aos anos de 1904, 1905 e 1906; Livro de Crônicas, Livro Caixa, Livro Termo de Exames dos alunos, e Relatórios Anuais³³ das Escolas Superiores de São Bento, de 1913 até 1922; nota jornalística do *Jornal do Estado* que se refere à negociação do Estado com a Ordem Beneditina, em 1936 a qual resultou na laicização das Escolas.

No Arquivo Público do Estado de Pernambuco *João Emerenciano* localizamos um exemplar do *Jornal Diário de Pernambuco*, que relata a Primeira Aula Inaugural das Faculdades de São Bento, realizada no dia 1º de fevereiro de 1914. Logo, esses espaços se constituem como importantes guardiãs da memória do objeto em estudo, ao preservar documentos que contribuem para a reescrita de práticas cotidianas, a partir da recuperação de dados, personagens e cenários. Concomitantemente esses lugares, também, nos levam a descoberta do inesperado, do que se encontra oculto em seus espaços.

Utilizamos ainda, como fontes, as Plaquetas Comemorativas de 50, 80 e 90 anos da UFRPE, a disposição no Memorial da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica - Casa Prof. Ivan Tavares, localizado na Biblioteca Central desta

³² HEINZ, Flávio M. *Idem*. p. 08.

³³ Relatórios das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. Primeiro: 1915; Segundo: 1916; Terceiro e Quarto: 1917/1918; Quinto: 1919; Sexto: 1920; e Sétimo e Oitavo: 1921/1922 da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do *Jornal do Brasil*. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda-PE.

Universidade. As visitas a esse ambiente de pesquisa nos proporcionou um diálogo com fotografias, periódicos entre outras fontes que instigou-nos a refletir sobre as transições realizadas nos espaços escolares. Documentos que se revelam como monumentos passíveis de identificarmos discursos diversos, complementares ou divergentes, traduzidos nos silêncios, nos conflitos e nas negociações, redes de sociabilidades que contribuíram para o desfecho dessa pesquisa.

Nesse conjunto de fontes utilizadas fazemos referências às biografias coletivas, as quais se revelam mais do que testemunhas. Elas chamam a nossa atenção, pelo encantamento de seus textos, pela forma como os autores descrevem os aspectos cotidianos das Escolas em análise. É sedutora a leitura, a forma como abordam seus hábitos, valores, conflitos, saudades, perspectivas profissionais, sua cultura. Assim, no interior desse complexo panorama, procuramos focar através das lentes do presente o detalhe e a especificidade do ensino promovido por esses Centros do saber agrário. Com uma perspectiva de rememoração, que revele novos conhecimentos, capazes de fazer ouvir, na história que buscamos das Faculdades de São Bento outros cotidianos.

O tratamento das fontes documentais se volta para a linha teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD)³⁴ francesa, que privilegia os sentidos construídos no discurso e as formas de produção. O interdiscurso e a intertextualidade darão suporte ao estudo do *corpus* documental. Com a desconstrução dos discursos, poderemos entender os sentidos construídos nas alocações dos homens que teceram essa História. ORLANDI afirma que, o discurso é definido não como um transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores³⁵.

Nesse sentido, podemos considerar que os discursos proferidos pela elite agrária no dizem respeito ao ensino agrícola, ou seja, não resultaram apenas da intenção de indivíduos em informar outros, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto histórico social. Dessa maneira, entendemos o discurso como prática social veiculada sob várias formas de comunicação, de modo a construir um determinado espaço e sendo analisada a partir do contexto sócio-histórico onde está inserida, refletindo, assim, uma visão ampla e determinada do mundo que o cerca. Temos, dessa maneira, o conceito de discurso como o resultado de sentidos entre os interlocutores.

É importante ressaltarmos que além de suas contribuições teórico-metodológicas a AD desempenha um papel social, na medida em que contribui para o conhecimento do

³⁴ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 1995.

³⁵ ORLANDI, Eni P. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 63.

discurso, da cultura e da identidade. Como afirma DIANA LUZ DE BARROS nas investigações sobre o discurso têm por preocupação auxiliar para que se conheça melhor, por meio da linguagem, a sociedade.³⁶ Desse modo, se confirma que a produção de sentido gestada a partir de discursos que trataram do ensino agrícola em Pernambuco, nos possibilitará identificarmos alunos e professores das Escolas Superiores de São Bento em seus diferentes discursos, do institucional ao religioso.

Esse estudo também se apropriou da documentação imagética encontrada nos arquivos, sendo trabalhada à luz dos ensinamentos teóricos de KOSSOY, para quem, a fotografia ao ser analisada como fonte histórica,³⁷ além de ampliar o conceito de documentação para a historiografia, possibilitam-nos recuperar alguns aspectos que contribuíram para a construção e a manipulação do imaginário social.³⁸ Pensamos, que no estudo sobre o cotidiano é interessante buscar outras formas de expressão que nos permitem acesso a elementos que nem sempre as narrativas textuais captam ou expressam.

Tal perspectiva nos conduz à importância do trabalho com imagens/fotográficas, como meio de compreendermos o cotidiano das Escolas Superiores de São Bento, evitando as armadilhas dos textos escritos de modo a percebê-lo em sua amplitude e complexidade, considerando a manutenção dessas características que as fotografias expressam e os textos procuram entender. Dessa maneira, pensamos que o trabalho com imagens prover acesso às múltiplas realidades que elas captam e nem sempre são traduzidas em textos.

Nesse sentido, podemos reafirmar com SAMAIN, que o uso combinado de textos e de imagens em pesquisas,

[...] cada um desses registros, é verdade, partem de uma observação, ambos são representações. Resta que essas observações, essas representações, essas interpretações conjugam-se diferentemente em função dos suportes utilizados. O suporte imagético não funciona da mesma maneira que o suporte verbal. Cada um põe em obra operações cognitivas, afetivas... singulares.³⁹

³⁶ BARROS, Diana Luz de. **Estudo do texto e o discurso no Brasil**. DELTA: Documentação de estudo e lingüística teórica aplicada. São Paulo: 1999, p. 08.

³⁷ KOSSOY, B. **A fotografia como fonte histórica**. São Paulo: Ática, 1989.

³⁸ Acerca do imaginário social e político, conferir: CASTORIADES, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982.

³⁹ SAMAIN, Etienne. **O que vem a ser portanto um olhar?** Prefácio a ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Livraria Palmarinca Ltda e Tomo Editorial Ltda, 1997, p. 28. SAMAIN é professor da

Nesse sentido as interpretações, de ISABEL CALADO reforçam a discussão. Segundo a autora a imagem é percebida com possibilidades não inscritas em outros materiais para a autora ela é multifacetada e polivalente, concreta e abstrata, icônica e racionalizada, eficaz e mágica, estática e denotativa, funcional e incontrolável, escapada(ndo) às visões analíticas, às grelhas quantificadoras, à matematização.⁴⁰ Nesse sentido, entendemos que as imagens vão tecendo redes de conhecimentos com relação ao outro.

Assim, dialogando com as imagens do cotidiano das Escolas Superiores de São Bento, temos múltiplas possibilidades de interpretação e interlocução, assim, procuramos escutar as vozes dos personagens que teceram essa trajetória a partir de experiências particulares, do caminhar e do fazer cotidiano, na tentativa de perceber aquilo que a princípio, só se pode crer pela sua invisibilidade e não permanência, que são os saberes cotidianos presentes nessas práticas.

O cruzamento das fontes foi relevante para compreendermos as relações de sociabilidades identificadas no cotidiano escolar, as quais refletem aspectos da sociedade pernambucana, sobretudo fatores: econômico e político. Na maioria das vezes, esses cristalizam determinadas memórias quando elegerem uma única leitura do passado, melhor dizendo entendem o passado como algo a ser constantemente superado rumo ao progresso inflexível, exclui e silencia fatos, nesse processo, negam o direito à memória de diversos sujeitos.

Também discorreremos sobre trabalhos de cronistas e memorialistas do período, esses na sua maioria ex-alunos das Faculdades de São Bento, os quais tecendo fios de memórias contribuíram para fundamentação desse trabalho de pesquisa a partir do momento que entrecruzamos suas percepções, seus valores e relacionamos com as nossas fontes. Assim, sentimos a necessidade de buscarmos a historiografia de época⁴¹ vislumbrando a apropriação do contexto político-social e econômico da região, sobretudo, os estudos de MANUEL CORREIA DE ANDRADE⁴², SOUZA BARROS⁴³,

Universidade Estadual de Campinas. Antropólogo relacionou a fotografia a intervenção subjetiva do fotógrafo e a antropologia visual. Para o autor a tecnologia mudou a relação do homem com a imagem.

⁴⁰ CALADO, Isabel. **A utilização educativa das imagens**. Porto: Porto Editora, 1994, p. 19-20. Segundo a autora, as imagens vão tecendo redes de conhecimentos, ou seja, a imagem como possibilidade de conhecer o outro.

⁴¹ Referenciamos as obras de BARROS, Souza. *Idem*. 1985. E, SETTE, Mário. **Arruar, histórias pitorescas do Recife antigo**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. 3ª edição, coleção pernambucana. V. XII, 1978.

⁴² ANDRADE, Manuel C. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

PETER EISENBERG⁴⁴, e ROBERT LEVINE⁴⁵.

Em seu ensaio *As histórias das usinas de açúcar em Pernambuco*+ANDRADE⁴⁶, faz uma reflexão sobre o contexto econômico e social da região, o qual dominava o setor açucareiro desde o período colonial. Assim, o autor procurou fazer uma análise histórica das transformações dos velhos bangüês em usinas, perpassando as experiências dos meios aparelhos e dos engenhos centrais, em suas análises propôs observar e caracterizar as mudanças que tal processo imprimiu sobre a organização do espaço regional.

Dialogando com BARROS,⁴⁷ em sua obra *A década de 20 e Pernambuco*+ compreendemos a relação entre os aspectos econômicos e sócio-políticos do espaço pernambucano. O autor analisa os quadros da política local, os primeiros sinais da indústria urbana, também discorre sobre as transformações ocorridas através do processo de modernização. Dessa maneira, apresenta um vasto estudo sobre aspectos culturais, sobretudo, a diversificação do ensino superior, com o aparecimento de novas escolas e faculdades, bem como seus reflexos na sociedade.

Contudo, EISENBERG⁴⁸, em suas análises faz um estudo de caso significativo sobre a economia de lavoura de exportação: cana-de-açúcar, sua obra tem contribuído para debates acalorados na academia. O autor faz uma reflexão sobre os setores que atingiram a indústria açucareira, principalmente, no período compreendido entre as seis últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX. Debruçando-se sobre a problemática da modernização industrial e das transformações no sistema das relações de trabalho seus argumentos não podem ser ignorados nessa pesquisa.

Para complementar a discussão historiográfica buscamos LEVINE,⁴⁹ por meio de sua obra *Pernambuco na federação brasileira 1889-1937: a velha usina*+. Objetivando uma análise comparativa do ponto de vista regional, apontando semelhanças e diferenças entre estados da federação brasileira, dos quais, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. O autor, também, apresenta uma visão global dos setores político e

⁴³ BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

⁴⁴ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Universidade Estadual de Campinas, 1977.

⁴⁵ LEVINE, Robert M. **Pernambuco na federação brasileira 1889-1937: a velha usina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁴⁶ ANDRADE, Manuel C. *Idem*. 1989.

⁴⁷ BARROS, Souza. *Ibid.*. 1985.

⁴⁸ EISENBERG, Peter L. *Op. Cit.* 1977.

⁴⁹ LEVINE, Robert M. *Op. Cit.* 1990.

econômico da sociedade local do começo da Primeira República à instauração do Estado Novo. Nessa perspectiva, propomos nesse trabalho trazer importantes dados, principalmente, interpretações sobre as elites políticas, os sistemas fiscais e a integração social dos nossos atores.

Com relação ao espaço geográfico, nosso objeto de estudo tem como *locus* à cidade de Olinda . PE, dentro de um quadro de modernização⁵⁰ e consolidação do ensino agropecuário, assim (re)afirmamos que o foco dessa pesquisa volta-se para as experiências dos indivíduos que construíram cotidianamente a história das Faculdades de São Bento⁵¹ incorporando dimensões individuais e sociais de maneira dinâmica, complexa e contraditória. Nesse sentido, nossa proposta de trabalho estruturou-se a partir de três temáticas que compõe os três capítulos da dissertação.

No primeiro capítulo ao discorreremos sobre um *Patrimônio cultural, memória e cotidiano: um breve histórico*. Propomos tecer uma discussão teórica, objetivando ter uma compreensão do objeto de estudo dentro da pesquisa empírica, uma vez que a teoria tem como objeto realizar as imbricações entre os achados da pesquisa e a realidade teórica.

No segundo capítulo tecemos *Trajetória das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento de Olinda - PE*, após delinear o referencial teórico-metodológico incorporamos o objeto na discussão relacionando aspectos políticos, econômicos e sociais, pois entendemos que um diálogo entre as categorias, o método a ser seguido e a historiografia de época é necessário para justificar a inclusão das referidas Escolas na linha de estudo sobre o patrimônio cultural. Nessa perspectiva, analisamos os meios que viabilizaram o Estado, também, a Igreja Católica por meio da atuação dos monges beneditinos a criarem esses centros do saber agrário.

Com o terceiro capítulo: *Entrecruzando as linhas da história: evocamos a saga da laicização da Escola Superior de Agricultura . ESA de São Bento (1936)* pretendemos com a (re)leitura do cotidiano da história e da memória das práticas escolares, somados a discussão sobre seu papel social, trazer nossa contribuição para a historiografia regional e ampliar a discussão sobre as Instituições de Ensino Superior, uma vez que os trabalhos acerca das instituições de ensino, da região, têm se voltado,

⁵⁰ EISENBERG, Peter. *Ibid.* 1977.

⁵¹ Localizamos documentos oficiais, bem como, biografias coletivas, que se referem às Escolas Superiores de São Bento; como as *Faculdades de São Bento*.

em sua maioria, para os centros tradicionais de Ensino: Direito e Medicina⁵².

Dessa forma, procuramos rememorar, não só as regras de aproximação ou de cruzamento das séries enunciativas, mas também como estas se excluem; como procuraram produzir o silêncio das outras. Cientes de que o conhecimento histórico não é construído unicamente pelo que dizem as fontes, mas, as informações das fontes só são incorporadas nas conexões que dão o sentido à história com ajuda do modelo de interpretação. Assim, cabe a nós historiadores, observar não apenas o dito, mas, principalmente o não dito, porque é nas entrelinhas da documentação que encontramos as respostas para um novo fazer historiográfico.

⁵² SCHWACZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil, 1870 ó 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Pesquisadora e professora livre docente no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo ó USP.

CAPÍTULO I

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E COTIDIANO: UM BREVE HISTÓRICO

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido a vida. Enfim, as obras materiais e imateriais que expressam a criatividade de um povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte, os arquivos, as bibliotecas...⁵³

1.1 O patrimônio cultural e a elaboração de políticas públicas

A preservação do patrimônio cultural no sentido das ações oficiais, executadas por instituições públicas, juridicamente estabelecidas para cumprir tal função, pode ser considerada como uma prática recente. As primeiras diretrizes internacionais começaram a ser delineadas na década de trinta do século XX, principalmente nos países europeus. Concomitantemente a esse período observamos um considerável aumento das demandas, pressupostos e motivações que foram e continuam sendo revistos, reavaliados e ampliados. Também, guerras, reconfigurações de mapas políticos, mudanças nas relações internacionais, processos de descolonização e democratização, novos movimentos sociais buscando identidades étnicas, globalização, transformações aceleradas, avanços tecnológicos, enfim, o ritmo da História+ provocando constantes adaptações nas ações oficiais de preservação cultural.

O Brasil, de forma pioneira na América Latina, inseri-se nas práticas oficiais de preservação. A problemática começou a ganhar espaço no setor político-institucional brasileiro a partir da década de 1920, o qual foi impulsionado por manifestações de intelectuais ligados ao movimento modernista, preocupados com os riscos de perda pelos quais passavam as obras de arte no país, sobretudo, bens materiais do período colonial. Dessa forma, as primeiras ações públicas partiram de estados com acervos

⁵³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN. Caderno de documentos nº 03. 1995, p. 314.

significativos, entre os quais Pernambuco, criando suas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos.

Contudo, não é tarefa fácil definir essa categoria ou grupo social, nos deteremos especificamente no seguinte ponto: como caracterizar as formas de atividades intelectuais? Para uma compreensão mais alargada da atuação desses personagens na política preservacionista dos bens patrimoniais brasileiros.

Nessa perspectiva, quando nos debruçamos sobre estudos preocupados em definir o intelectual, ou mesmo, a sua atuação, verifica-se uma multiplicidade de definições, a maior parte delas normativas. Segundo BOBBIO, *os intelectuais são a única categoria social que só pode ser definida por eles mesmos*⁵⁴. O problema é que dificilmente a intelectualidade se propõe apenas a se definir. GRAMSCI⁵⁵ destaca o engajamento social dos intelectuais; MILLS⁵⁶ o seu papel crítico; ARON⁵⁷ a defesa de valores universais ou ainda a autonomia da categoria dos intelectuais; para WEBER⁵⁸ essas definições colocam a intelectualidade como uma categoria que surge naturalmente tendo em vista as necessidades da sociedade.

A constatação de que existe uma grande diversidade de acepções normativas, cada uma tentando impor sua definição do que deve ser o intelectual, mostra-nos, sobretudo, os mecanismos de construção social dessa categoria. Não existe um conceito unitário e definitivo da intelectualidade, pois o próprio estatuto de intelectual é objeto de constante redefinição e disputa entre o contexto histórico e as estratégias dos atores sociais na definição da categoria. Assim, ao neutralizar o papel dos intelectuais na sociedade, alguns autores incorrem no erro de ignorar os processos históricos que compõe a identidade do grupo.

⁵⁴ BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 13. Esse autor é considerado um dos maiores intelectuais. Em sua obra tenta unir os aspectos positivos do liberalismo e do socialismo, no projeto denominado *socialismo-liberal* que conjuga as duas correntes do pensamento político ocidental com a democracia, estabelecendo, na mesma estrutura, três características da cidadania: as liberdades civis, as garantias políticas e os direitos humanos.

⁵⁵ Conferir GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Para o autor os intelectuais possuem uma função no processo de tomada de consciência de classe, no processo de luta de classe e na organização discursiva das classes. O enunciado invertido pode ser feito. Nesse sentido, os intelectuais possuem uma função no processo de produção da ideologia dominante, no processo de dominação de uma classe sobre a outra e na organização discursiva do capital.

⁵⁶ Sobre a temática conferir MILLS, C. W. **A política da cultura**. In: MELO, R. de. (Org.). **Os intelectuais e a cultura**. Lisboa: Presença, 1964.

⁵⁷ Conferir, ARON, Raymond. **A alienação dos intelectuais**. In: O ópio dos intelectuais. Brasília: Ed. UnB, 1980.

⁵⁸ Conferir WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

É possível pensar os intelectuais como um grupo socialmente construído, ou seja, natural a sociedade, dessa maneira torna-se uma categoria objetiva na medida que passa a ser reconhecida e interiorizada como tal. Mesmo estando eles imersos em um processo histórico e social, sua análise enquanto categoria socialmente construída não significa desconsiderá-los enquanto atores sociais, mas compreender as razões pelas quais certas acepções são objetivas, de forma a entender as estratégias que emergem no discurso desses personagens.

Neste sentido, é preciso distinguir a atividade real desses personagens em um determinado contexto histórico pensamos que no Brasil, a intelectualidade enquanto grupo social objetivado prescinde de um ato de nascença da própria elite. Assim, a partir da interpretação tomaremos as primeiras décadas do século vinte como ponto de partida para compreendermos de qual intelectual estamos falando, bem como sua atuação.

Com essa proposta, consideramos as observações de BARROS, ao interpretar Pernambuco na década de 1920, o autor percebe os intelectuais como colaboradores e produtores culturais.

Vindos, sobretudo, dos bancos acadêmicos, cheios de idealismos, ingressando de peito aberto nas incruentas do pensamento e da ação, a serviço da comunidade. Não se podia admitir o intelectual se ele não aparecesse na imprensa numa atividade qualquer, nela trabalhando diretamente ou levando como colaborador as suas produções.⁵⁹

Dessa maneira, por meio de suas produções, tinham o poder de instituir formas de pensamento, consciências coletivas. Nesse sentido, estariam os intelectuais demarcando os limites do campo simbólico dentro, no qual, diversos agentes sociais se situariam para tomar decisões e assim, optar pelas mudanças a serem implantadas ou revogadas. Segundo a análise de PÉCAUT⁶⁰, isso se deveria à constância com que a produção intelectual brasileira teria sido marcada, a partir, de um, certo *realismo*. O que o autor procura dar ênfase é o fato de os diversos projetos nacionais, sucessivamente elaborados, não serem mais que explicações no plano intelectual de uma realidade subjacente e/ou inquestionável.

⁵⁹ BARROS, Souza. *Idem*. p. 180 e 181.

⁶⁰ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: ed. Ática, 1990, p. 07. O autor faz a relação entre as conjunturas do Brasil no início do século XX, com o intuito de situar os personagens e as singularidades nas tramas dos movimentos de caráter político.

O autor finda por reforçar a perspectiva que os caracteriza como uma elite que teria moldado determinada identidade social. Em outras palavras, os intelectuais teriam construído a imagem, na qual o País poderia se vê e; com a qual tenderia a se identificar. Assim sendo, vistos como agentes de mudanças, tinham o poder de interferir nas decisões a serem tomadas, graças à eloquência das suas produções. Na linha de CHARTIER, compreendemos que as %diversas práticas discursivas são quem, de fato, dão significado ao mundo social+⁶¹ ou seja, ao disporem de capacidade de criar representações, de um modo geral, e não apenas do político, decorreu a sua capacidade de convencer e instituir projetos de transformação social, dos quais, a salvaguarda dos bens patrimoniais.

Na perspectiva do pensamento de CASTORIADIS, as representações enquanto expressões de um determinado imaginário social, não são formuladas exatamente a partir de suas imagens, para o autor é,

criação incessante e essencialmente indeterminada (social, histórica e psíquica) de figuras, formas e imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Aquilo que denominamos òrealidadeö e òracionalidadeö são seus produtos.⁶²

Neste sentido, percebemos o intelectual como um personagem que permite múltiplas formas de leituras. Uma leitura que nos leva a investigar o seu cotidiano a partir de suas produções culturais, familiarizando-nos com o meio social em que conviveram seus leitores, enfim, procuramos compreender o papel histórico social desses homens cheios de idealismos e engajados com a causa patrimonial, os quais atuaram de forma a promover a salvaguarda da memória coletiva.

Nossa interpretação sobre os intelectuais se aproxima das observações de Sartre, trazidas por Chauí. Para SATRE,

⁶¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988, p. 16 e 17.

⁶² CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro ó RJ: Paz e Terra, 1982, p. 13. Filósofo grego e pensador, autor de diversas obras de Filosofia e Filosofia Política. Crítico social e psicanalista é considerado, por pesquisadores, um dos intelectuais, mais referenciado da segunda metade do século XX.

o intelectual é aquele que pensa e está engajado com projetos coletivos; é o escritor de atualidades que opina e intervém em todos os acontecimentos relevantes, à medida que vão se sucedendo uns aos outros. É um estado de vigília permanente.⁶³

Pelo que se depreende dessas formulações primeiras, bem como, dos nexos que dão forma ao raciocínio exposto acima, os intelectuais podem ser considerados agentes de mudanças políticas, o que significa dizer que sua produção atuou no sentido de orientar os rumos tomados pela sociedade. Sua produção, que é cultural, teve efeito social a partir do momento que interferiram no âmbito político, ou seja, no lugar de tomada de decisões coletivas.

Nesse viés, analisamos a preocupação com a salvaguarda dos bens culturais, sobretudo, nos tempos modernos, a experiência transformadora da modernidade trouxe consigo ameaças da destruição daquilo que se tinha; daquilo que era e daquilo que se sabia. A sociedade passava a viver sob o impacto do novo, logo, a permanência do passado estava sob ameaça. Assim, em nossa discussão buscamos tecer um sentido mais profundo do ato de preservar, que leve em conta como o ser humano relaciona-se com a passagem do tempo, com sua própria educação cultural, com os ciclos da criação e da destruição, de como o conhecimento pode ser acumulado e recriado, de como a arte pode ser transcendental, enfim, uma série de relações que permeiam o conceito que vislumbramos para essa pesquisa.

Nessa perspectiva, optamos em dar continuidade à discussão sobre a categoria patrimônio cultural. Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional . SPHAN em 1937; a noção de patrimônio cultural consagrada pelo ideário e pela prática institucional esteve ligada à salvaguarda dos vestígios do passado. Elevado a categoria de Diretoria, em 1946, passa a chamar-se Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional - DPHAN e, a partir de 1970, transforma-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional . IPHAN⁶⁴, atualmente vinculado ao Ministério da Cultura. Como organismos oficiais, responsabilizados pela defesa e proteção do acervo patrimonial brasileiro, durante anos limitaram-se aos bens caracterizados pela expressão %pedra e cal+. Assim, valorizaram apenas os elementos de natureza tangível e a preservação do

⁶³ *Apud* de SATRE. CHAUI, Marilena. **Intelectual engajado**: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto. (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 25.

⁶⁴ Sobre as configurações dessas políticas culturais no Brasil, a partir do ano 1930, atingindo os anos 1970/1990 recomendamos a leitura da obra de ASSUNÇÃO, Paulo. **Patrimônio**. *Idem*. p. 68.

passado tendo como objetivo a conservação de uma memória nacional.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional . IPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas. Na época, o ministro da Educação e Saúde, responsável pelo IPHAN solicitou, em 1936, a Mário de Andrade um anteprojeto de Lei que tivesse como objetivo principal salvaguardar os bens culturais brasileiros. Ao mesmo tempo incumbiu Rodrigo Melo Franco de Andrade de implantar o serviço do patrimônio. Contando com o apoio de Manoel Bandeira, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos e Mário de Andrade, o intelectual agiu no sentido de criar mecanismos para proteger os bens patrimoniais da nação.

No Brasil, segundo os estudos de FUNARI e PELEGRINI⁶⁵, o processo de elaboração de uma concepção de patrimônio cultural, ocorre em duas vertentes. A primeira está centrada na tradição secular e na valorização dos vestígios monumentais das elites do passado, na monumentalidade dos grandes edifícios, na estatuária, nos grandes pintores e escultores, nos estilos canônicos da erudição, encontramos respaldo dessa concepção na sociedade patriarcal e aristotélica. A segunda vem à tona com a promulgação da Carta Magna de 1988, que assume interesse pelos valores culturais identificados nos saberes e fazeres das diversas manifestações do povo brasileiro.

Ao longo de sua obra *o patrimônio em processo*+ FONSECA⁶⁶, analisa dois aspectos da institucionalização do patrimônio cultural, destacando os anos 1930/40 como o momento fundador do patrimônio, e os anos 1970/80 como o renovador, responsáveis por discussões conflitantes no interior do IPHAN. Além de caracterizar a concepção de modernista, liderada por Rodrigo Melo Franco, como preconizadora do ideário elitista dominante, e a concepção de Aloísio Magalhães, baseada na idéia de bem cultural, como ampliadora do conceito de patrimônio e da introdução de uma noção mais abrangente de memória coletiva.

A atuação de Rodrigo M. Franco, no SPHAN, é referenciada pelos estudiosos do patrimônio cultural como *tempos históricos*+. Segundo GONÇALVES, para aquele intelectual,

o patrimônio histórico e artístico era visto como um objeto de conhecimento profissional, mas, simultaneamente, como o objeto de uma causa nacionalista, que, como tal, transcende as fronteiras profissionais.

⁶⁵ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio histórico e cultural**. *Idem*. p.11.

⁶⁶ FONSECA, M^a Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFJR Editora, 2005.

Essa causa é conhecida com base em um conhecimento racional, objetivo da história, excluindo toda atitude romântica, simplista e sentimental em relação ao passado.⁶⁷

Dessa maneira, Rodrigo M. Franco buscou a preservação de um passado e de uma tradição, que permitisse ao Brasil lembrar de si mesmo. Valorizou monumentos considerados como signos visuais de uma sociedade. Seus conceitos ancoravam-se numa concepção evolucionistas, os quais refletiram nas formas como esse intelectual lidava com o patrimônio brasileiro, sobretudo, das populações primitivas: africanas e ameríndias, percebidas como remanescentes de um passado desaparecido e ignorado quando se tratava de sua vida cultural e social. Nesse sentido, era um contraponto ao anteprojeto de Mário de Andrade; Franco trabalhava com um conceito de patrimônio cultural bastante avançado.

Porém, com Aluizio Magalhães, o IPHAN inaugura uma nova fase, consagrada entre os estudiosos da área como *moderna*. O design pernambucano propôs uma ampliação do conceito de patrimônio associado a uma perspectiva antropológica, esse foco levou o órgão federal a sofrer transformações relevantes no tange as políticas públicas de patrimônio no Brasil. Percebemos essa atuação como um marco decisivo na trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

FONSECA⁶⁸, também destaca, que apesar de esses dois processos corresponderem a períodos autoritários no quadro político nacional, os intelectuais, mentores da política federal de preservação conseguiram criar um campo próprio com autonomia para implantação de um projeto para a cultura brasileira, buscando valorizar na formação de nossa identidade os saberes e fazeres da produção popular com os bens materiais e imateriais dentro de uma visão antropológica de cultura, por compreenderem que era possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.

A partir da discussão realizada até o momento, pensamos que por meio do processo histórico a noção de patrimônio vem se modificando de acordo com as

⁶⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN. 1996, p. 44. O estudo traz uma leitura crítica às estruturas narrativas que concebem os patrimônios nacionais, em especial o caso brasileiro. Segundo o autor, os historiadores, utilizando-se da ideologia da perda, criam o patrimônio nacional num processo que também pode ser entendido como contraditório, porque a perda também ocorre por meio de seus discursos.

⁶⁸ FONSECA, M^a Cecília Londres. *Op. Cit.* 2005.

necessidades de um determinado período. Dessa forma, o conceito de patrimônio histórico vem gradativamente sendo substituído pela expressão patrimônio cultural. Isso se deve ao fato de que as condições e as expressões criadas pelo homem são fundamentalmente culturais. Sobre esse assunto BOSI afirma que,

cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabora os planos para o futuro da comunidade.⁶⁹

Considerando o pensamento da autora, pode-se refletir que a expressão ~~%~~patrimônio cultural se origina da própria concepção de que o monumento apresenta símbolos e valores que transmitem às futuras gerações as características de uma determinada sociedade. Nesse sentido, pensamos que caberia a UFRPE promover a identificação cultural das Escolas Superiores de São Bento não apenas com o passado, mas, mediante a interligação das temporalidades: presente e passado. Porque entendemos que a cultura é muito mais do que aquilo que as sociedades determinam como valores a serem preservados.

Logo, pensamos que o conceito de cultura vai além da classificação geral das artes, religião, crença, instituições, práticas e valores. Alcança o significado do termo como um processo social, constitutivo que cria modos de vida específicos e diferentes. Dessa forma, não podemos dissociar o significado de cultura da produção da vida cotidiana nem das relações estabelecidas entre os personagens históricos e a sociedade, uma vez, que percebemos esses fatores entrelaçados. Nessa perspectiva, pensamos a trajetória das Escolas Superiores de São Bento como um processo de criação de sujeitos, o qual abre possibilidades de reflexão sobre o que e para que preservar.

As práticas de preservação vinculam-se a motivações, objetivos, pressupostos e projetos que, assim como o conceito de patrimônio cultural, são mutáveis. Centrando a atenção nas ações oficiais, juridicamente estabelecidas, um dos objetivos é elucidar e compreender essas motivações e justificativas que permeiam as decisões sobre quais elementos da cultura, material e imaterial deve ser protegidos. Sendo a preservação

⁶⁹ BOSI, Ecléa. *Idem.* p. 86.

uma construção que envolve atores sociais, sob a gestão de instituições oficiais, os motivos que a ancoram, ou seja, as noções sobre valores, assim como a importância desses, são variáveis no tempo e no espaço.

Um sentido mais profundo do ato de preservar leva em conta como o ser humano relaciona-se com a passagem do tempo; com a sua produção cultural, com os ciclos de criação e destruição, de como o conhecimento pode ser acumulado e recriado, de como a arte pode ser transcendental, sendo assim, envolve uma série de relações que permeiam o conceito a que estamos nos atendo no presente estudo. Se buscarmos traçar uma genealogia do conceito de patrimônio cultural, observamos a relação com outras noções e definições, que de diferentes formas na sucessão do tempo, vincularam-se à sua configuração.

Cada um deles com uma relevância maior dependendo de cada época, sendo que na atualidade, o patrimônio cultural está mais conectado aos conceitos de identidade cultural e memória coletiva. Esse último com uma presença muito forte, inclusive na produção historiográfica, a ponto de alguns historiadores considerarem os estudos sobre memória como um campo específico da disciplina. Para HENRY,

a memória é incontestavelmente da atualidade, por assim dizer: o tempo se repete hoje como um *-leitmotivø* nas campanhas publicitárias dos editores no exterior, e são incontáveis as obras que a empregam no título ou subtítulo, mesmo quando são de história, no sentido mais clássico do termo. Sem dúvida, no espírito de muito dos nossos contemporâneos, a referência à memória deve oferecer uma mais-valia moral que a história, tão em voga há apenas alguns anos, parece ter dificuldade de assumir. Mas esse modismo, e mesmo esses desvios, sem dúvida, passageiros, não devem ocultar o fato de que já se faz uma década que a história da memória constitui um campo específico, quase uma nova maneira de fazer história, à feição dos *-Lieux de mémoireø* concebidos e editados por Pierre Nora no início dos anos oitenta e concluídos em 1993.⁷⁰

Sendo assim, a noção de patrimônio cultural relacionou-se, desde as suas origens, com diferentes formas de memória coletiva até constituir-se como um conceito e

⁷⁰ HENRY, Rousso. **A memória não é mais o que era.** In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV. 1996, p. 94. Também explanado por BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2005, p. 87-90. HENRY é historiador e iniciou suas pesquisas com estudos sobre a Segunda Guerra Mundial. Em seguida buscou uma história de memória da guerra quando dedicou grande parte do seu tempo aos estudos da memória coletiva.

referencial jurídico no século XX. Atualmente uma das associações mais marcantes e que vem sendo trabalhada historiograficamente, é a junção dos conceitos de patrimônio cultural e memória. A preservação de um bem é um tipo de mediação entre o presente e o passado sendo cada vez mais vinculada ao conceito de memória coletiva. HALBWACHS⁷¹ ao trabalhar tal conceito, nas primeiras décadas do século XX, procurou demonstrar que as lembranças humanas são estritamente individuais. Elas são o resultado da história vivida onde o que o indivíduo lembra está imbricado ao grupo a que este pertenceu e determinado pelo tempo histórico em que viveu suas experiências.

Nessa perspectiva, à medida que cada fonte recompõe a memória do objeto, percebemos que as histórias de vida de alunos, funcionários e professores acabam se cruzando de diversas maneiras. Dialogando com MALUF⁷² deduzimos que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, bem como, as prosopografias compartilham experiências, guardam pontos de contato da mesma memória. Os personagens da nossa pesquisa transitaram por lugares⁷³ comuns, as Escolas Superiores de São Bento, bem como, os espaços ao seu entorno, esses constituíram lugares onde suas lembranças revelam-nos um sentido de pertencimento, do lugar social do qual o sujeito discursava.

As políticas culturais, quando excluem personagens do campo de discussões e decisões, quando autorizam apenas uma única versão do passado e quando apontam para um único projeto viável de futuro, afastam os grupos sociais dos meios, das ferramentas que viabilizam a sua aparição como sujeitos atuantes portadores de memórias. Nesse sentido, passa a contempla-se a história do morto, do consagrado, do oficial, fabricando uma história de eventos que ignora ou oculta os adventos, no qual, o vivo e o novo retomam o passado em um presente que transforma mudando-lhe o sentido.

Acreditamos que essa foi à principal razão pela qual introduzimos nessa pesquisa uma breve discussão sobre o conceito de cultura. Sentimos a necessidade de precisá-lo, porque nos reportamos a ele com frequência de forma quase sempre limitada considerando os valores transmitidos nas Faculdades de São Bento. Compreendemos

⁷¹ HALBWACHS, M. *Idem*. 1990.

⁷² MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano. 1995, p. 40.

⁷³ Conferir as interpretações de LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência contemporânea**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004, p. 35. De acordo com o autor, podemos entender lugares como demarcações físicas e simbólicas, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientado ações sociais e sendo, por essas, delimitados reflexivamente.

que cultura é humanização, tanto se refere ao processo que nos faz humanos, quanto ao fato de que os bens culturais também se humanizam. Através do processo de transformação do mundo e simultaneamente do homem percebemos a presença de dois elementos indispensáveis: o agente da transformação e o objeto a ser transformado, ou seja, o homem e o meio.

A ação de ambos é transformadora, o resultado imediato para o meio é o produto cultural, em bem, em valor, e, para o homem a modificação de sua própria condição humana. Fundamentados na discussão, entendemos que cultura se define como algo muito mais abrangente do que o resultado da ação intelectual do homem, a cultura enquanto processo ou produto tem uma exigência de continuidade que definimos como o próprio modo de ser humano.

Distingue-se por seu duplo aspecto de processo e de produto, o primeiro definindo a ação contínua e recíproca do homem e do meio, o segundo, o resultado dessa ação, definindo o conteúdo dos bens culturais conquistados, os quais por sua vez, condicionam novos desafios à capacidade perceptiva, à sensibilidade, à inteligência e para a imaginação humana.

Acreditamos que a sobrevivência do homem está ligada a continuidade do processo, pois esse garante a preservação de sua condição humana, como também a preservação dos bens culturais, que exigem, sob a pena de se perderem, que sejam salvaguardados.⁷⁴ Tal discussão nos faz compreender, que a continuidade do processo, assim como, a preservação da produção humana estão interligados e fornecem a motivação básica para a comunicação interpessoal, seja no sentido horizontal relativo aos membros de uma geração, seja no sentido vertical, referente à transmissão das conquistas de uma geração para outra. Logo, a cultura só sobrevive no meio social. Pensamos que uma das ferramentas das quais ela se utiliza para sobreviver é a memória coletiva. Sendo assim, o patrimônio é uma construção cultural, por isso, MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI ressalta que %o patrimônio é muito mais reinventado do que herdado+⁷⁵.

Entender a forma como se evolui uma cultura, é ferramenta para se compreender o processo educativo vivenciado nas Escolas Superiores de São Bento. Os choques inevitáveis entre a tradição e as novas exigências educacionais da sociedade foram

⁷⁴ Sobre a categoria cultura, baseamos nossa análise na linha teórica de BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁷⁵ MAZZUCCHI, Maria Letícia. **Patrimônio**: discutindo alguns conceitos. Revista Com Ciência, 1993, p. 79-88. Disponível em www.scielo.br/epsic.

características das várias fazes pelas quais passaram as referidas Instituições. Nessa perspectiva, a construção da concepção de patrimônio cultural desses centros do saber agrário tem adquirido um sentido de processo histórico e de memória coletiva específico. De acordo com órgãos que tratam da preservação fundamentamos a discussão, uma vez, que percebemos uma referência direta ou indireta ao passado como algo que é permanentemente construído a partir do presente.

Nessa perspectiva, a importância patrimonial do objeto reflete-se, principalmente, no interesse despertado na comunidade universitária da UFRPE, pelo desvendamento do passado através da representação de sua memória coletiva, da qual o patrimônio é uma vertente, onde o ser social se revela atuante, não apenas como simples admirador, mas como partícipe num dos campos de disputa dessa trajetória. Logo, só podemos compreender a expansão do ensino agrícola, a partir das Escolas Superiores de São Bento, bem como, o rumo que este tomou, por meio da realidade criada pela herança cultural, pela evolução econômica e pela reestruturação do poder político na região, por entendermos, que cada fase dessa história reflete a interligação desses setores.

Dessa maneira, privilegiamos o conceito de memória coletiva como um dos caminhos a percorrer, o qual, entendemos, possibilitará a compreensão/percepção do cultural atuando sobre os valores procurados nas Escolas Superiores de São Bento, por uma demanda da sociedade, bem como, o poder político, refletindo o jogo antagônico de forças conservadoras e modernizadoras com o predomínio da primeira, acabaram, não apenas orientando, mas, controlando o ensino agropecuário na região.

1.2 *É Discussão acerca da memória: individual, coletiva e histórica*

O trabalho da memória é permeado pelo elo entre o seu presente, carregado de novas experiências; e o que permaneceu do seu passado em forma de dor, de alegria, de nostalgia. A rememoração é uma tentativa de organizar um tempo sentido, e vivido do passado; reencontrado através de uma vontade de lembrar.⁷⁶

Nesse momento, teceremos algumas reflexões sobre o conceito de memória, a partir de alguns referenciais teóricos que analisam a produção cultural e a importância

⁷⁶ MALUF, Marina. *Op. Cit.* 1995, p.29.

de sua preservação no processo histórico, cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a ela podem ser atribuídos. Nessa perspectiva, buscamos relacionar o nosso objeto de pesquisa com tais conceitos, com os quais, pensamos tecer, com fios de memória, uma nova história sobre a intelectualidade agropecuária da região.

Na atualidade, o conceito de memória coletiva ganhou importantes aportes, em diversas áreas do conhecimento. Entre os quais, as Ciências Sociais têm essa categoria como um dos seus campos de investigação. Os estudos envolvem necessariamente as maneiras de retenção, esquecimento e seleção. Porém, o estudo da memória é uma construção elaborada no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado.

O crescente interesse que a memória vem suscitando hoje entre historiadores, jornalistas, antropólogos, sociólogos, entre outros, decorre, sobretudo, da inspiração historiográfica francesa, especialmente da história das mentalidades. Em trabalhos mais recentes a relação entre História e memória levou pesquisadores a refletir sobre o conceito dessa categoria, uma vez que o termo passou a ser bastante difundido e valorizado, mas, em contrapartida tornou-se alvo de fragilidade teórica. Em uma palavra, muito se fala e se pratica a memória histórica (...), mas pouquíssimo se reflete sobre ela (JACY A. DE SEIXAS⁷⁷). Nesse esforço de interpretar tal conceito tornaram-se fundamental o retorno as idéias de HALBWACHS,⁷⁸ o qual, elaborou uma espécie de sociologia da memória coletiva.

Para o autor, há uma diferenciação entre história e memória coletiva. Ele argumenta que geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social⁷⁹. Enquanto a história preocupa-se em interpretações mais abrangentes e temporalmente distanciadas, a memória coletiva é restrita a indivíduos que partilham experiências semelhantes no tempo e no espaço.

A história trabalha com mudanças e evoluções sociais, evidenciando as rupturas; a memória coletiva detém-se sobre aquilo que é permanente e similar no seu grupo, o

⁷⁷ SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais**. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Unicamp, 2004, p. 40-41.

⁷⁸ *Apud*. Trabalhos como *Les lieux de memoire* do historiador NORA, Pierre. **Memória, esquecimento, silêncio e memória**. 1984; e **Identidade e memória social** do historiador POLLAK, Michael, publicados respectivamente, em 1989 e 1992, encontram-se em constante diálogo com a obra desse pensador.

⁷⁹ HALBWACHS, M. 1990. *Op. Cit.* p. 80.

que lhe confere uma identidade no decorrer do tempo. O essencial é que os traços pelos quais ele (o grupo) se diferencia dos demais subsistam e que estejam assimilados por todo o seu conteúdo; HALBWACHS⁸⁰.

A questão central na sua obra consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que, todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias idéias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade inspiradas pelo grupo, para o estudioso haveria então, na base de toda lembrança, o chamado de um estado de consciência puramente individual, que para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social, admitiremos que se chame intuição sensível.⁸¹

Tal sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, essa unidade coletiva, concebida pelo pensador como espaço de conflitos e influências entre uns e outros, reforça a reflexão, uma vez que, a memória individual, construída a partir de referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a um ponto de vista sobre a memória coletiva. Para além da formação da memória, o autor aponta que as lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas; podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no qual imaginamos ter acontecido pela internalização de representações de uma memória histórica.

Sendo assim, a memória individual não está isolada, frequentemente toma como referência pontos externos ao sujeito, para isso, o suporte em que essa se apóia encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e histórica. Também, nesse processo HALBWACHS assinala que, os quadros coletivos da memória não se reúnem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado.⁸²

Nessa perspectiva, pensamos que a memória coletiva das Escolas Superiores de São Bento apóia-se sobre um passado vivido, o qual permite a reconstituição deste, sobretudo, forma viva e natural. Entendemos que a memória coletiva é pautada na continuidade percebida como característica marcante, por outro lado, fundamenta-se na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma sociedade. Dessa forma, procuramos entender a diferenciação interpretada por HALBWACHS entre história e memória.

⁸⁰ *Idem*, p. 89.

⁸¹ *Idem*, p. 41.

⁸² *Idem*, p. 71.

Nessa perspectiva, para realização desse trabalho dissertativo, tanto a memória individual como a coletiva se alimentam, têm pontos comuns com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas, guardam informações relevantes sobre os personagens sociais da nossa saga; tem por função primordial, garantir a coesão do grupo, sobretudo, o sentimento de pertencimento entre seus membros. Dessa forma, memória individual; coletiva; e histórica se interpelam e vivem num permanente embate pela co-existência do *status* de se constituírem como memória histórica.

Esse processo está levando pesquisadores a não se limitarem a uma compilação de livros anteriores, mas intensificar as pesquisas nas fontes, fazendo descobertas notáveis, levando-os a refletirem sobre os mais variados princípios filosóficos e metodológicos. Tais perspectivas nos permitem perceber que a palavra memória, em sua essência, reúne uma série de contradições e complexidade quanto a sua definição, apesar disso, ganha cada vez mais espaço no cotidiano. Assim, como nos indica LE GOFF, cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica⁸³.

Conceito complexo e interdisciplinar, a memória coletiva tem sido abordada, como já dissemos, sob vários pontos de vista do conhecimento. No entanto, essas aproximações não são pacíficas, especialmente em relação à História. Dessa maneira, diríamos então, que o embate existente entre os diferentes conceitos sobre os campos dos saberes e seus agentes portadores, ao permitir o desafio e o confronto, incita a produção intelectual. Sobre essa reflexão, BOSI defende que o movimento acadêmico de recuperação dessa área nas ciências humanas pode estar vinculado à necessidade de enraizamento, pois é %o vínculo com o passado que se extrai a força para a formação de identidade⁸⁴.

PINHEIRO⁸⁵, ao refletir sobre os processos de memória e esquecimento, entendidos como duas instâncias profundamente interligadas e pensando-os historicamente, destaca %que houve uma mudança de percepção temporal a partir da década de 1980, quando o Ocidente passou a atribuir maior valor ao passado, expressado pelo desejo de recordação total+. Nesse sentido, a interpretação do autor reforça nossa discussão, bem como, os caminhos trilhados para evocar as práticas

⁸³ LE GOFF, Jacques. *Op.Cit.* 1996, p. 477.

⁸⁴ BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 16.

⁸⁵ PINHEIRO, M. J. **Museu, memória e esquecimento**: um projeto de modernidade. Rio de Janeiro: EPAPERS, 2004.

escolares do objeto em estudo. Entre os motivos que justificam esse processo, o autor destaca cinco possíveis respostas que, segundo ele, fundamentam tal interesse.

A primeira seria uma tentativa de recuperar as possibilidades não realizadas como propiciadoras de um futuro mais atraente; em segundo, a volta de passados não resolvidos, sem luto, ligados a processos políticos dolorosos; a terceira seria a tentativa de reinterpretar o passado, representado uma desfiguração da memória; a quarta seria motivada pela conscientização do homem de seu atual poder de interferir na mortalidade da natureza, o que, segundo o autor o levou a uma maior necessidade de armazenamento da memória como forma de se perpetuar. Por fim, citar crises na estrutura das temporalidades, gerada pela velocidade cada vez maior das sociedades contemporâneas.

De acordo com as orientações do autor pensamos que, quando rememoramos a trajetória das Faculdades de São Bento estamos trazendo o passado para o presente e criando um sentido de simultaneidade temporal e espacial, com um permanente sentimento de defasagem, dando a sensação de um presente cada vez mais efêmero, resultando em uma busca ansiosa por reter e preservar o passado.

Dessa forma, devemos relacionar as fontes de maneira criteriosa, principalmente, quanto percebemos que LE GOFF, vê a memória como poder, como apropriação do tempo, para esse autor,

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁸⁶

Nessa perspectiva, decidir sobre o que deve ser lembrado e/ou esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro, desse embate resultaram, entre outras, as escolhas sobre processos vivenciados nas Escolas Superiores de São Bento, o que deveria ser evocado, quais histórias foram consideradas importantes, para constar na historiografia de época, em livros de cronistas e memorialistas, ou mesmo serem registradas em documentos oficiais.

Dessa maneira, pensamos que a memória coletiva, depende da existência dos grupos que lhes dão substrato, o que significaria o tempo de uma geração que

⁸⁶ LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* 1996, p. 426.

compartilha um espaço comum, embora as sociedades que guardam as lembranças desapareçam, é difícil precisar em que ponto uma memória coletiva se perde porque basta que se conserve uma parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali.⁸⁷ HALBWACHS.

Podemos inferir então que salvaguardamos elementos materiais do passado para proporcionar o afloramento e as (re)elaborações ou construções das memórias coletivas, que através dessa preservação podemos preservar a sociedade do esquecimento, pois assim como o indivíduo que não lembra, o grupo que perde sua memória fica a deriva, sem condições de refletir sobre si mesmo . identidade, e sobre o outro . alteridade. Nesse sentido, podemos afirmar que a preservação do bem cultural é uma forma de evitar a amnésia social, o que suscita indagações sobre o que se quer lembrar; e o que é permitido lembrar, pois assim como se produzem lembranças, também se produzem esquecimentos.

Entendemos, por fim, que a oposição entre história e memória argumentada pelo autor, chegando ele a considerar imprópria a expressão memória histórica, indica que o sociólogo referia-se à história positivista dominante na França do século XIX e as primeiras décadas do XX. Porém, contemporaneamente à produção de seus estudos sobre a memória coletiva, a disciplina passa pela evolução francesa da historiografia.⁸⁸ A qual, contribui de maneira relevante para realização de nossas perspectivas acadêmicas.

Assim, tecer as histórias das Escolas Superiores de São Bento, a partir de fios de memória, nos permite reproduzir lembranças das relações de sociabilidades entre os sujeitos e os espaços escolares, a prática pedagógica vivenciada e o internato. Em consonância com essa reflexão, as experiências registradas nas biografias coletivas pelos personagens envolvidos na construção histórica desse evento foram de significativa importância para a compreensão do funcionamento desses centros do saber agrário.

Segundo os ensinamentos de NORA, aprendemos que os lugares de memórias cumprem a função de guardar marcas e traços do tempo vivido, bloquear os esquecimentos, transportar o passado para o presente que o remodela e lhe dá novos significados que são mutáveis. Memória que nos pressiona e que já não é mais nossa,

⁸⁷ HALBWACHS, M. *Op. Cit.* 1990, p. 84.

⁸⁸ Maurice Halbwachs fez parte do primeiro comitê editorial da Revista dos Annales.

entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reduzida.⁸⁹ Logo, a memória seria responsável pela conservação das experiências levando-nos a reproduzir o já vivido, através dessa reserva crescente a cada instante que dispõe da totalidade da nossa experiência.

Assim sendo, acreditamos que a ponte entre o presente e o passado é feita pela memória, nessa ótica, a partir dos conceitos Bergsonianos, CHAÚÍ, traz a memória, pela responsabilidade da qual,

somos capazes de lembrar e recordar. As lembranças podem ser trazidas ao presente tanto espontaneamente como por um trabalho deliberado de nossa consciência. Lembramos espontaneamente quando, por exemplo, diante de uma situação presente nos vem à lembrança alguma situação passada. Recordamos quando fazemos esforços para recordar.⁹⁰

Corroborando com o pensamento da autora, LE GOFF nos lembra o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto de monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica.⁹¹ Partindo dessa compreensão, é preciso mencionar a dimensão social das Escolas Superiores de São Bento, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e retratos da história. Porque isso confere notoriedade para transformar o monumento, uma expressão da memória coletiva em patrimônio.

De acordo com ASSUNÇÃO, a preservação de um patrimônio permite que o coletivo usufrua do legado recebido do passado, ao mesmo tempo em que possibilita que ele seja transmitido às gerações futuras, assim,

o patrimônio cultural, enquanto soma dos bens culturais, constituem uma referência fundamental para a identidade de um povo; e a comunidade deve reconhecer e valorizar as tradições, os costumes, as experiências e o saber fazer dos seus antecessores, os quais fazem parte do seu legado histórico. Desta maneira, defender e estimular, a sua preservação nada mais é do que buscar garantir a sua própria continuidade.⁹²

⁸⁹ NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: Nº 10, dez./1993, p.13.

⁹⁰ CHAÚÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2005, p. 142.

⁹¹ LE GOFF, Jacques. *Idem*. p. 426.

⁹² ASSUNÇÃO, P. de. *Op. Cit.* 2003, p. 35-36.

Nos últimos anos o reconhecimento e a valorização do legado deixado pelos grupos que nos antecederam, permitem um olhar de forma mais cuidadosa para o patrimônio cultural que possuímos, sendo este, tombado ou não. Contudo, é importante que a comunidade universitária da UFRPE, esteja mais atenta para as discussões referentes ao patrimônio e procure compreendê-lo como a expressão de uma cultura, de um povo, da humanidade. Percebemos a criação das Escolas Superiores de São Bento como um marco na história regional, haja vista, que tal evento representa o princípio da implantação da Educação Agropecuária no Estado/País.

Dialogando com FONSECA⁹³, pensamos que o nosso objeto representa um bem público por estar vinculado a fatos memoráveis da história pernambucana, entretanto, sabemos que não é suficiente a existência do bem para sua relevância, é necessário que o grupo social, ao qual estar inserido, atribua-lhe valores, dos quais, estéticos; arquitetônicos ou históricos. Dessa forma, descobrir através desta compreensão, o significado da experiência vivenciada por alunos, professores e servidores das Escolas Superiores de São Bento, legado de geração para geração. Nessa perspectiva, os estudos de LEMOS, corroboram com esta reflexão teórica,

devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural. É preciso considerarmos que preservar também é, gravar depoimentos, é manter vivos, mesmos que alterados, usos e costumes. É fazer levantamentos, de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamento de construções, especialmente aquelas condenadas ao esquecimento.⁹⁴

Nesse sentido, compreendemos a necessidade de ações comprometidas em salvaguardar as lembranças, fragmentos de memórias, encontrados nos desvãos dos arquivos que referem as Escolas Superiores de São Bento. Mas, a implementação, de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Lembramos que ao longo do tempo, as Instituições em análise perpassaram valores que

⁹³ FONSECA, M^a Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 2005, p. 179.

⁹⁴ LEMOS, Carlos A. C. *Idem*, p. 29.

aglutinaram servidores, alunos e professores no mesmo espaço escolar, unindo interesses em corresponder e fortalecer a imagem que constitui a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Chamamos atenção para a importância de iniciativas preocupadas com a proteção e promoção do patrimônio cultural, exercidas como um processo contínuo de envolvimento da comunidade universitária da UFRPE. Esses grupos sociais devem contribuir para socializar a questão do patrimônio no universo das questões de interesse para a sociedade, num diálogo transparente com o poder público, caracterizando a função social do bem a ser preservado, quer na busca do pensamento andradiano arraigado ao ideal de coletivização da cultura e na concepção ampla e dessacralizada de patrimônio . visão que foi passada a Paulo Duarte: %Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização+.⁹⁵ Quer seja no meio acadêmico . ou, ainda, como educação informal, caracterizada pela instrumentalização prioritária de alfabetização cultural.

Essa expressão remete aos ensinamentos preconizados por Paulo Freire, segundo o autor % atuando no mundo que nos fazemos. Por isso mesmo é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper⁹⁶. Capazes de fazer a leitura do mundo que nos rodeia levando-nos à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória-temporal em que estamos inseridos. Nessa perspectiva, pretendemos levar nossos leitores a repensarem suas práticas em relação a salvaguarda da memória coletiva dos eventos/monumentos que marcaram a história regional, sobretudo, as Escolas Superiores de São Bento.

ASSUNÇÃO, tecendo discussões sobre a salvaguarda de bens patrimoniais, afirma que,

uma das metas da educação contemporânea e dos órgãos ligados à preservação do patrimônio é a educação patrimonial. Acredita-se que, por meio da educação é possível sensibilizar sobre a importância dos bens culturais para a humanidade, despertando o interesse para a necessidade do respeito aos monumentos públicos, sua preservação e valorização, bem como, a salvaguarda da memória das comunidades, considerando o seu contexto sociocultural.⁹⁷

⁹⁵ Segundo esse ideólogo do patrimônio, a atuação dos poderes constituídos na área da cultura deveria ter como finalidade principal a coletivização do saber, o que justifica sua preocupação e envolvimento com o caráter educacional contidos em seu anteprojeto para o SPHAN, em 1937, sancionado pela Lei n. 378, de 13 de maio de 1937.

⁹⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 90.

⁹⁷ ASSUNÇÃO, P. *Idem*. p.50.

De acordo com o autor, acreditamos na possibilidade da comunidade universitária da UFRPE criar um sentimento de engajamento, visando à preservação de seus bens culturais, ou seja, a salvaguarda da sua memória coletiva que é importante para a manutenção dos seus valores; bem como, a transmissão e continuidade de sua história para as gerações futuras. Como já abordamos, desde as décadas de 1920 e 1930, os intelectuais, integrantes da elite hegemônica brasileira, tiveram a convicção de que o Estado deveria desenvolver ações políticas de conservação e valorização do patrimônio histórico, através de um projeto que contemplasse questões relativas à identidade e à memória coletiva.⁹⁸

Para FONSECA.

sem dúvida, no seu anteprojeto Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os conceitos da Carta de Veneza, 1964. Ao reunir num mesmo conceito arte e manifestações eruditas e populares, o intelectual afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.⁹⁹

Nesse viés, a cultura da memória¹⁰⁰ tornou-se um fenômeno da contemporaneidade em que, paradoxalmente, vivemos num regime de historicidade do

⁹⁸ Mário de Andrade, no anteprojeto de criação do Serviço de proteção do Patrimônio Artístico Nacional ó ANEXO A -, quis abranger a salvaguarda do conjunto de bens culturais que considerava necessários para construir um perfil do Brasil. Não restringiu bens culturais apenas a bens móveis e imóveis, propondo a criação de muitas artes aplicadas às técnicas industriais, por exemplo: do café, do algodão, do açúcar, etc.; ou seja, dos modos de fazer brasileiro. Somente em 1970 essa conceituação seria retomada e estendida aos saberes e fazeres cotidianos do povo, e apenas a constituição de 1988, abarcou os õbens de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como é o caso das formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver, conforme reza o Art. 216.

⁹⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. Cit.* 2005, p.99.

¹⁰⁰ Conferir. HUSSEYN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumento e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002. Filósofo, crítico da cultura de pós-Frankfurt que escreveu textos referenciais sobre o pós-modernismo, refere-se a crescente tendência de buscar vestígios do passado como uma cultura de memória. Esta seria marcada por um deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo, a qual ela chama de decodificação do passado. Os novos tipos de discurso de memória que caracterizam tal cultura começaram a surgir os anos sessenta do século XX, o qual o autor vincula à descolonização e a novos movimentos sociais que passaram a buscar nas identidades étnicas, outras tradições até então suprimidas, novas leituras históricas. Nessa busca vários fins foram decretados: o fim da história, a morte do sujeito, o fim da obra de arte, o fim das metanarrativas. Todos esses fins são marcas do pós-modernismo. Isso tudo é localizado no Ocidente principalmente em países da Europa e EUA, espaços onde

presentismo, mas, buscamos obsessivamente resquícios do passado. Nesse *boom*, sobre o tema da relação memória x história pensamos na tarefa do historiador, de analisar as premissas dos discursos que constituem as memórias coletivas. Logo, ao buscarmos analisar a atribuição de valores que justificam a conservação de traços da cultura material e imaterial estamos procurando perscrutar as motivações, os objetivos e os pressupostos utilizados para construir uma memória coletiva das Escolas Superiores de São Bento.

As evidências da interferência estatal na cultura encontram-se nos inúmeros decretos de criação de organismos responsáveis pela execução de diversas atribuições específicas da gestão cultural, indo desde a criação do SPHAN, através do Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937¹⁰¹, que organizou a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual, também, instituiu o tombamento, regulamentado em 1986. Enfatizamos que esse é o mais importante documento legal referente à preservação dos bens culturais ainda hoje em vigor. Assim, considerada a legislação mais avançada sobre a matéria na América Latina, e mesmo uma das mais significativas entre as demais do mundo no período entre - guerras. De acordo com FUNARI e PELEGRINI,

o nacionalismo, associado ao imperialismo, seria superado com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU, a Organização das Nações Unidas, e da UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, ambas em 1945. Embora desde 1937, sob a égide da antiga Sociedade das Nações, a Conferência de Atenas tenha defendido a salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade, apenas no novo contexto pós-guerra se desenvolveram abordagens mais abrangentes e menos restritivas de cultura.¹⁰²

desde a década de 1970 observa-se a crescente restauração de velhos centros urbanos, cidades-museu e paisagens inteiras, investimentos patrimoniais, a onda da nova arquitetura de museus, a exploração da moda retrô e utensílios reprô, a nostalgia comercializada em massa, a crescimento dos romances autobiográficos e históricos. Enfim, a comercialização da memória pela indústria cultural. Fenômeno também analisado por CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo. Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

¹⁰¹ Este instrumento legal ó ANEXO B ó apóia várias medidas e propostas complementares: Lei 3.924, de 26/01/1961, 4.845, de 19/11/1965 e 5.471, de 09/07/1968, respectivamente, de defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e de controle de saída de obras de arte e dos documentos bibliográficos para o exterior; complementação de Cartas Patrimoniais internacionais, de proteção de sítios e monumentos históricos e artísticos. A Lei ROUANET (n. 8.313, de 23/12/1991) oferece estímulo por meio de incentivos fiscais e financiamentos em benefícios de bens tombados, criando-se o PRONAC ó Programa de Apoio à Cultura, do MinC, através da Portaria n. 10 do Secretário do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, do MinC e regulamentado em 10/09/1986, atendendo aos Arts. 17 e 18 do Decreto-Lei n. 25/1937.

¹⁰² FUNARI, P. P. PELEGRINI, S. C. A. *Op. Cit.* p. 21.

No debate contemporâneo, o sentido de patrimônio¹⁰³ se dilata, indo além do bem que se herda e do bem constitutivo da consciência de um grupo. É campo de disputas e de negociações, articulando-se estreitamente à memória e as identidades sociais. Passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário.

A idéia de preservação de um bem cultural se articula, pois, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e a consciência do patrimônio, porém, o conceito de patrimônio cultural tende a ampliar-se na medida em que há participação da sociedade no processo de escolha, bem como a seleção do que considerarão bens comuns, alargando e mantendo os critérios de preservação, num diálogo constante de gestores desse patrimônio com a comunidade em defesa dos bens formadores da nossa identidade cultural e da nossa memória histórica.

A preocupação com a memória coletiva, a partir dos anos 1970/1980, tem se manifestado com frequência por meio de reivindicações de movimentos sociais populares representativos dos mais diversos grupos sociais, que reclamam direitos de cidadania e o direito à memória associada a bens culturais, constitutivos de acervo patrimonial. Entretanto, tais questões somente foram inseridas na historiografia brasileira muito recentemente, inclusive na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em História, deixando-os ausentes, durante algum tempo, do processo de educação patrimonial.

Assim, pensamos que o processo histórico das Escolas Superiores de São Bento socializado por meio da comunidade universitária da UFRPE deveria ser o ponto de partida da discussão sobre a valorização do patrimônio cultural herdado dos grupos sociais que teceram os primeiros parágrafos dessa trajetória. Sabendo que são nos espaços construídos, a partir da relação entre memória e patrimônio que ocorrem as práticas de preservação: ações de colecionamento (museus e coleções), restauração (bens móveis e imóveis), ou registros de bens (intangíveis ou imateriais). Essas ações expressam a emergência da retomada da memória pelos indivíduos e grupos sociais.

¹⁰³ Os principais temas patrimoniais e uma extensa bibliografia sobre o Brasil podem ser encontrados no artigo de FUNARI, Pedro Paulo. Publicado em Portugal, **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**, integrante do periódico **Trabalhos de antropologia e etnologia**, nº 41. Porto, 2001, p. 23-32.

O patrimônio identifica-se, assim, como uma vertente da memória, entendida por LE GOFF, como um elemento essencial, do que se costuma chamar identidade individual e coletiva cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia¹⁰⁴. Lembramos, nesse momento, HALBWACHS, para quem,

a memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém o passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.¹⁰⁵

Segundo as abordagens do autor, a memória pode ser coletiva quando são construídas por um grupo social, bem como por ele evocada. Logo, sem o uso da memória coletiva o patrimônio cultural se dispersa e compõe um tecido esgarçado. SANTOS esclarecem o entendimento acerca da urgência de compreensão dessa categoria, definida pelo autor como processo de construção,¹⁰⁶ assim, os estudos sobre a memória coletiva tornam-se não só interdisciplinar, como resolve, em grande parte, as antinomias teóricas anteriores, pois esta passou a ser compreendida como sendo parte constituinte ou das práticas reflexivas ou das construções sociais analisadas.

Para reforçar a discussão buscamos as interpretações de POLLACK, que definiu o sentido de um lugar de memórias sugerido por Pierre Nora, no qual o primeiro acrescenta como lugares ligados à lembrança e que podem apoiar-se em um tempo cronológico, destacando ainda o sentimento de pertencimento na construção das memórias.¹⁰⁷ Nesse sentido, pelo estudo da memória coletiva, a ossatura da UFRPE é coberta e recoberta por canais que se alimentam das vivências do passado e incorporam o presente. Compreendemos que as imagens refletidas das Escolas Superiores São Bento, por vezes, deixam de ser fragmentos, para fazer parte, do *ethos* local, no desenrolar das relações sociais e das práticas cotidianas.

Seguindo o raciocínio, as Escolas se desfragmentam no espaço temporal, para

¹⁰⁴ LE GOFF, Jacques. *Op. cit.* 1996, p. 476.

¹⁰⁵ HALBWACHS, Maurice. *Ibid.* p.13.

¹⁰⁶ SANTOS, Myriam Sepúlveda. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 202.

¹⁰⁷ POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 202.

configurar cenários de memórias. Fundamentamos nossa discussão quando observamos o cotidiano dos grupos que transitam nessa Instituição de Ensino Superior, as histórias da gênese são vulcanizadas por fios de memórias, redirecionando o sentido de existir resgatado pela teia de significados de fios que tecem a cultura. Analisar as memórias é um trabalho sobre o tempo vivido, contado pela cultura, contudo, não flui uniformemente, cada grupo o vive diferentemente, assim como cada sujeito, logo, se desejamos preservar esse memorial temos que compreender a existência e a própria sobrevivência desses grupos sociais.

Nessa perspectiva, esse patrimônio é substancialmente construído por memórias coletivas que operam com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns, assim, deduzimos que é tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre os fenômenos distanciados no tempo. Entretanto, a salvaguarda desses bens deve ter como foco ações que não solidifiquem as memórias desses grupos e nem operem em sentido inverso ao da lembrança individual.

É preciso estar atento, também, para como se dá a negociação de papéis sociais, e como esse processo imprime/resgata novos sentidos e significados a cultura local alterando as relações sociais entre os indivíduos, comunidade/grupo e desses com a sociedade em geral. Por fim, vale lembrar que enquanto patrimônio esse memorial coletivo das Escolas Superiores de São Bento, se apóiam em lembranças que circulam física ou metaforicamente entre os membros de um grupo, e, para serem preservadas deve permanecer simultânea ou alternadamente nas lembranças de todos.

Dessa forma, a patrimonização desses bens devem se dá de maneira que cada indivíduo possa inscrever nela sua representação, sua contribuição, sua versão, permitindo o sentimento de pertença e de implicação. Pensamos, que as políticas culturais em prol da preservação desses bens ampliarão as concepções de memória coletiva sem excluir as temporalidades.

Sendo assim, sem modelar a forma de preservação das lembranças, desqualificando as maneiras de passar saberes e conhecimentos que marcam a construção das memórias coletivas e individuais da UFRPE. A discussão nos faz compreender, que a memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades porque permite que se recorra às recordações das histórias locais, a um vasto conjunto de conhecimentos não oficiais, não institucionalizados, que ainda não se cristalizaram em tradições formais, mas que de algum modo representam a consciência

coletiva de grupos inteiros, ou de indivíduos, contrapondo-se ao conhecimento privatizado e monopolizado.

Nesse sentido, mais do que um objeto da história, a memória coletiva dentro dessa nova perspectiva de análise é uma de suas matrizes. Ela permanece, em última instância, a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo. Assegurando a continuidade temporal, a memória fragmentada e pluralizada, se aproxima da história pela sua ambição de veracidade. Visando, portanto, uma apreensão das relações do passado, presente e futuro, os recentes estudos nessa área, sobretudo os franceses, atestam a impossibilidade de uma dissociação entre a memória e a história.

A perspectiva da concepção de HALBWACHS, que tendia a separar essas categorias deve-se tanto as mudanças contextuais, quanto epistemológicas ocorridas na França. Resta-nos perceber como se tece a articulação entre a história dos historiadores e memória dos testemunhos, visto que suas pretensões recíprocas, vigilância crítica e fidelidade ao passado parecem antagônicas constituindo um desafio para a historiografia do presente.

Assim, partindo da difícil relação entre história e memória, entre conservação e apagamento, buscamos entender o significado desse trabalho, de lembrança e esquecimento. Abordamos os mecanismos das apropriações dos tempos históricos, processos de construção e de transmissão de uma memória coletiva. Servindo-nos, sobretudo, do nosso objeto de pesquisa *As Escolas Superiores de São Bento* ilustramos a relação da memória à história, ressaltando por meio da rememoração social as origens dos fundamentos de valores de uma comunidade, a partir de práticas cotidianas.

1.3 Maneiras de pensar o cotidiano: interior escolar e espaços urbanos

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem exceção, qualquer que seja seu posto no contexto do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades, suas habilidades manipulativas, paixões, idéias. [...] São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização

do trabalho e a vida privada; os lazeres e o descanso; as atividades sociais sistematizadas; o intercambio e a purificação.¹⁰⁸

Entendemos, também, que o cotidiano é o tempo onde as coisas acontecem, é o espaço onde se desenrolam as descobertas e as grandes transformações das coletividades. Por isso, o estudo da vida cotidiana de qualquer grupo social é revelador, por ser o mundo da intimidade, da familiaridade e das ações banais, logo, partimos da compreensão de que os sujeitos das Escolas Superiores de São Bento teceram redes de práticas e de sociabilidades, trançadas nos múltiplos contextos vividos, os quais indicam a necessidade de transmitir ao outro o que foram acumulando quanto aos conhecimentos e as ações.

Assim, esses personagens se expressaram em histórias contadas e recontadas. Concordamos com as interpretações DE CERTEAU, ao afirmar que,

o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia, nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio da história irracional, ou desta não história. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível.¹⁰⁹

Ao refletir sobre a relação entre o discurso do historiador e a época na qual ele vive, consideramos de igual importância destacar que a vida cotidiana na UFRPE também influenciou a escolha desse estudo, mais precisamente o fascínio pelas Escolas Superiores de São Bento, as histórias que giram no entorno de sua criação, dos seus cursos, as vivências nos espaços escolares, entre alunos e professores, o dia-a-dia no campo, na sala de estudos, os encontros no refeitório, a convivência dos alunos no internato, que se revelaram timidamente das fontes enclausuradas no silêncio de arquivos, as biografias coletivas e a bibliotecas, as quais misteriosamente guardam segredos de muitos momentos interessantes do ambiente escolar.

¹⁰⁸ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17-18. Utilizamos a perspectiva de análise da autora. Assim, percebemos nas representações sociais entre os seres humanos, nas artes de fazer, múltiplas formas de interpretações.

¹⁰⁹ CERTEAU, M. de. *Op. Cit.* p.31.

Dessa maneira, procuramos apresentar o nosso objeto de pesquisa como um lugar onde se manifestou um engajamento social onde a arte de conviver socialmente contribuiu, a partir do saber fazer de cada personagem, para fundamentar formação da coletividade acadêmica.¹¹⁰ A partir de reuniões, encontros, viagens e acordos entre os poderes constituídos, nasce em 1910-1912, as Escolas de Agricultura e medicina Veterinária de São Bento, num lugar determinado e numa temporalidade definida. Nessas páginas, presente e passado se conectam e se misturam.

Percebemos que nem tudo é fluxo nessa imensa tocha de retalhos, mas, também sedimentação, nem todas as iniciativas sobre o evento circularam livremente houve interesses nos acordos e silenciamentos nas relações de sociabilidades, cujo rumo dos discursos modificou a escrita das histórias das Escolas Superiores de São Bento.

Considerando a problemática, chamamos atenção nesse estudo para os cursos de Agropecuária vivenciados nas primeiras décadas do século XX, os quais, envolvidos pelo desejo de transformação tecnológica configuram os setores: econômico e político-social, ao mesmo tempo possibilitaram aos grupos açucareiros da região fazer dos espaços escolas um território com significados mutantes e polissêmicos, capazes de expressar a mudança e o movimento do tempo histórico. Procuramos construir uma narrativa que questione os modos particulares, com os quais, os diferentes grupos se valeram para percorrer e apropriar-se desses ambientes, como também, as práticas cotidianas empreendidas pelos sujeitos que contribuíram para evidenciar micro diferenças.

Testemunha dessa heterogeneidade os centros agrários, aparecem, como guardiões de um passado acadêmico, dos mistérios de alunos, professores e funcionários, das histórias de boa e má fama sobre o evento. No desenho, dessa geografia, entre pontos, linhas retas e curvilíneas investimos na sua atuação pedagógica, bem como, na proposta curricular que ofereceram e fizeram circular, sobretudo no momento de transição o novo e o arcaico para atender aos anseios republicanos.

Pensamos que reviver as Escolas Superiores de São Bento, a partir do seu cotidiano, é abrir este trabalho e perceber em cada página, que as salas aulas, a biblioteca, o estábulo, os laboratórios, o centro acadêmico..., foram espaços de convívio,

¹¹⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar.** 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 39.

solidariedade, e aprendizagens, mas, principalmente de negociações e resistências protagonizadas por diferentes atores que desenvolveram suas tramas e travaram batalhas diárias pelo poder de enunciação, de afirmação.

Esses interesses em reconhecermos a arte de fazer dos nossos personagens; fortalece a comprovação de que efetivamente não existe uma única versão para a história das Escolas Superiores de São Bento. Outros discursos existem e são possíveis de proporcionar outros contornos, revelar novos sujeitos, novas falas e experiências passíveis de desenhar uma nova trama sobre o acontecimento em foco.

É importante destacar, que só recentemente, a historiografia tem-se preocupado com a descoberta dessas %outras histórias+ que surgem para favorecer os estudos que contemplam abordagens de diversas áreas do conhecimento, em especial sobre as instituições de ensino superior. A expansão dos estudos sobre essa problemática na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a ciência nos últimos tempos, fruto da crise dos paradigmas tradicionais, cuja procura, por novas perspectivas ampliou o campo da interdisciplinaridade.

Dentro dessas abordagens inter e multidisciplinar, a categoria cotidiano tem sido de extrema relevância para a interpretação dos eventos. Assim, as invenções de grupos, as táticas, as burlas, as questões da vida diária, os processos, as práticas triviais, as conversas, os gestos, as crenças, os cheiros, dos quais fala DE CERTEAU passam a interessar, ao ponto de discorrermos, sobre uma temática que privilegie o dia-a-dia das Escolas em análise vivenciado, principalmente, entre as décadas de 1912 e 1936.

Não é nossa intenção construir uma genealogia do estudo do cotidiano, mas consideramos importante trazer para o centro da discussão esse momento de expansão dos estudos sobre tal conceito, pois abre novas possibilidades para a recuperação de experiências vividas em outros setores da sociedade ampliando o leque de abordagens da produção historiográfica regional, bem como, a redescoberta do estudo das práticas cotidianas¹¹¹.

Nessa perspectiva, o autor nos instiga a analisarmos as Escolas Superiores de São Bento, sobretudo, %pensar a solidez das palavras e das coisas que fixam as relações legítimas e ilegítimas entre a ordem dos corpos e a ordem dos discursos+¹¹². Bebendo dessa fonte, revisitamos o Ensino Agrícola em Pernambuco a partir do nosso

¹¹¹ Sobre a importância de uma história atrelada à vida cotidiana, conferir DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à nova história. São Paulo: Ensaio; Campinas, Unicamp, 1992. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

¹¹² Indicamos como leitura a obra de, CERTEAU, Michel de. *Idem*. 1994.

objeto de pesquisa, tão pouco explorado pelos historiadores, porém, relevante para a historiografia local.

No interior dessa história, compreendemos, segundo DEL PRIORE,¹¹³ a invenção do cotidiano, graças às artes do *saber fazer*, de astúcias sutis e de táticas de resistência vivenciadas por homens que se apropriaram dos espaços escolares, inverteram objetos e códigos, usando-os a sua maneira. Percebemos que foi no contexto de apropriação de valores, saberes e práticas educativas que surgiu o objeto em análise, bem como, seus respectivos cursos.

Nossa proposta é encontrar sentidos na vivência de professores, funcionários e alunos; é considerar a legitimidade dos saberes e dos valores que permearam práticas subterrâneas do coletivo escolar, suas estratégias e táticas próprias, é considerar que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente ou, não é forçosamente reconhecida como tal, pois como já ventilamos, para que haja cultura, não basta ser o autor das práticas sociais, é preciso que essas tenham significados para aqueles que as realizam.

Porém, na perspectiva do autor, a presença e a circulação de uma representação não indicam, de modo algum, o que ela é para os seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricaram. Assim, apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização, DE CERTEAU, propõe como baliza teórica,

a construção de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos, supondo que, pelas maneiras de usar essa produção, pelas invenções cotidianas, pelas maneiras de fazer, ocorre com os usuários, uma *obriçolagem* com e na economia cultural dominante, pela possibilidade de descobrir inúmeras metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras.¹¹⁴

A expressão do que é aceito como crível, se constrói pelas representações que vão se articulando em torno dela e que se traduzem por inúmeras referências: fontes, uma história, uma iconografia, em suma, por uma articulação de *autoridades*. Sendo assim, a toda uma vontade construtiva são necessários sinais de reconhecimento e

¹¹³ DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada**. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história**. 16. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 273.

¹¹⁴ CERTEAU, Michel. de. *Idem*. p. 40.

acordos feitos acerca das condições de possibilidades para que seja aberto um espaço onde se desenvolva. Logo, deduzimos que são as representações aceitas que inauguram e ao mesmo tempo exprimem essa nova credibilidade.

Nesse sentido, anunciada a criação das Escolas Superiores de São Bento, e assumida a sua implantação, foram oferecidas condições de possibilidades que são os sinais de reconhecimento, dos acordos feitos para a realização. Nesse processo, cria-se ou se recusa condições de possibilidades, torna possível o impossível. Para refletirmos sobre práticas, criações e artes das Instituições de Ensino em análise é preciso (re)memorarmos o discurso de seus idealizadores, pensar a respeito de suas invenções, procurando evidenciar micro diferenças onde tantas vezes percebemos apenas uniformização.

Buscar o cotidiano do nosso objeto de pesquisa, é captar as operações tecidas por alunos, funcionários e professores, também significa um caminho de sondagem das vias da lucidez e da ação. Um estudo que permite lançar novos olhares para os aspectos políticos, econômicos e características sociais que formaram o contexto mais amplo a partir do qual podemos discutir a importância social das Escolas. Observamos que as invenções que ocorreram nas Instituições de Ensino representam as diferentes maneiras dos indivíduos imersos nesse processo se ajustarem às políticas que lhes foram impostas, às diferentes formas de *prática não-autorizada*¹¹⁵ que foram se reorganizando no cotidiano e suas práticas.

A investigação acerca dessa trajetória dilatou o campo do possível do que já havia praticado em outras circunstância, a partir da compreensão que a pesquisa em história se faz a partir da articulação de lugares: econômico, sociopolítico e cultural. Dessa maneira, entendemos a idéia daquilo que o historiador faz no dia-a-dia em seu ofício: é algo que sempre se dá, num enquadramento em meio, a um certo, sistema de referências, dessa maneira, é o gesto de se recortar a experiência um jogo de pertencimentos e de afastamentos.

À medida que fomos tecendo a narrativa sobre a célula *mater* da UFRPE, o fizemos trocando idéias e informações com outros saberes, com outros sujeitos do pensamento e da cultura, e com isso os campos foram alargados, os percursos foram transformados. Reafirmamos que não pretendemos construir uma cronologia do estudo do cotidiano, mas sim, trazer para o centro da discussão este momento de expansão

¹¹⁵ Expressão usada por DE CERTEAU referindo-se às invenções cotidianas dos consumidores da cultura oficial. O que não significa dizer passivos ou dóceis. Ver: *Ibid.*, p. 38.

das Ciências Agrárias, pois abre novas possibilidades para a recuperação de experiências em outros setores da sociedade ampliando o leque de abordagem da produção historiográfica e redescoberta do estudo das práticas cotidianas.

Dialogando com DE CERTEAU, aprendemos três aspectos que pretendemos destacar ao longo da narrativa: o primeiro, enxergar o cotidiano como aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É um mundo que vivenciamos profundamente, por meio da memória olfativa, dos lugares da infância, do corpo, dos gestos, dos prazeres; o segundo aspecto relaciona-se com a sua capacidade de se maravilhar e confiar na inteligência e na inventividade do outro, na possibilidade de escrever a história das Escolas Superiores de São Bento evidenciando as práticas cotidianas de quem o fez, as astúcias, as necessidades, os diferentes momentos. Com isso, passamos a perceber na documentação as diferenças onde até então muitos só enxergavam uma unidade. Por fim, o terceiro aspecto a destacar é o rigor ético com qual o autor trata o *homem ordinário*.

Reflexões que nos permitem trazer para essa discussão determinados personagens, entre os quais, D. Abade Pedro Roeser, Abade do Mosteiro de São Bento em Olinda - PE, entre 1907 . 1929. Monge germânico, pensador católico, um homem bem relacionado com autoridades políticas e civis, tanto local, como nacional. Possuidor de idéias avançadas, consideradas ousadas para a época, motivos pelos quais foi escolhido entre tantos outros monges, para receber instruções no Mosteiro de Santo André na Bélgica. A partir das orientações de seus superiores da Arquibadia de Beuron foi encaminhado para desempenhar sua missão no Brasil, nas primeiras décadas da instauração da República. Segundo nossas interpretações, a princípio sua missão era orientar noviços em alguns mosteiros País, posteriormente garantir a permanência da Irmandade Beneditina em terras pernambucanas.

Outro personagem, José Rufino Bezerra Cavalcanti, Filho da oligarquia rural de Pernambuco, e dirigente da pasta do Ministério da Agricultura, no governo do então presidente Wenceslau Braz; Fábio da Silveira Barros, Inspetor da Agricultura regional; Pedro Correia de Oliveira e Manoel Paulino Cavalcanti, responsáveis pela direção da Escola de Agronomia da cidade de Jaboatão-PE; João Ignácio Cabral de Albuquerque, Procurador do Mosteiro de São Bento de Olinda; José Maria Carneiro da Cunha e Antônio Pereira da Silva Lima, representantes do Sindicato Agrícola local.

E, João Alfredo Correia de Oliveira, pernambucano, estadista brasileiro manteve relações de sociabilidades com os beneditinos de Olinda, a partir da mediação do seu

filho, Pedro Correia de Oliveira, bem como, dos amigos do mosteiro, ambos, filhos da elite agrária local. Sendo assim, enviou em 1911, uma carta em resposta a solicitação dos beneditinos mediante o projeto de educação formal agropecuário em prol da lavoura e dos rebanhos do Estado, na qual declarou a satisfação em aprovar a criação das Escolas Superiores de São Bento.

Ambos envolvidos com o processo de criação dos Institutos agrários de São Bento. Para DE CERTEAU,

a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.¹¹⁶

Sendo assim, autor mostra que %o homem ordinário+ inventa o cotidiano com mil maneiras de %caça não autorizada+, escapando silenciosamente a essa conformação. Essa invenção do dia-a-dia se dá graças àquilo que o estudioso conceitua de %artes de fazer+, %astúcias sutis+, %áticas de resistência+, que vão alterando objetos e códigos, estabelecendo uma (re) apropriação dos espaços, cada um ao seu modo.

Dessa maneira, acreditamos na possibilidade que os personagens do evento em análise,

abriram o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada personagem procurou vivenciar do melhor modo possível, criando alternativas a uma ordenação social e buscando a superação da violência das coisas.¹¹⁷

A partir do diálogo com DE CERTEAU, chamamos atenção para discussão do próximo capítulo que discorre sobre o ensino agropecuário vivenciado nas primeiras décadas do século XX, o qual estava envolvido pela ânsia de progresso para atender aos objetivos republicanos e eclesiásticos. Dessa maneira, percebemos nesse modelo de educação uma ferramenta com significados mutantes e polissêmicos capazes de expressar as mudanças, bem como, o movimento do tempo histórico para além de seus

¹¹⁶ DE CERTEAU, Michel. *Op. Cit.* p. 39.

¹¹⁷ Trecho extraído da contra capa do livro: DE CERTEAU, Michel. *Idem.* 1994.

interesses.

Os estudos de EISENBERG,¹¹⁸ reforça nossa análise, sobretudo, fornece subsídios para uma reflexão relevante, nos capítulos posteriores, nos quais procuramos enfatizar à desconstrução do sentido unívoco e totalizante que muitos estudiosos atribuem ao evento, principalmente, memorialistas e cronistas. De acordo com as interpretações do autor, compreendemos a criação das Escolas Superiores de São Bento como processo histórico de construção específico do conceito da oligarquia rural da região. Logo, pensamos na possibilidade de construirmos uma história com diferentes sentidos: políticos; econômicos; sociais e culturais, com essa proposta, (des)cristalizar a idéia de que a vivência nos espaços escolares teve o mesmo significado para todos os personagens envolvidos na problemática.

A leitura que esse autor vislumbra sobre a cultura da cana-de-açúcar na região, discorre sobre aspectos econômicos e políticos, bem como, a relação desses fatores com processo de modernização e contexto social, seus significados e implicações para a vida cotidiana no cenário cultural. Nesse sentido, a sua obra *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*¹¹⁹ possibilitou-nos uma discussão interessante, sobre os ideais que possibilitaram o surgimento das instituições de ensino superior agropecuário e suas imbricações cotidianas.

Também, de igual relevância para essa discussão é a tese de doutoramento da profa. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida¹²⁰ as reflexões da autora, sobre educação formal nos leva a analisar as diferentes relações de poder que circulavam em Pernambuco, especificamente nos anos que antecederam ao Estado Novo. A sua análise nos aproxima de medidas normativas que transformaram o cotidiano, principalmente, de cidades como Olinda e Recife. Sua abordagem histórica permite-nos uma leitura alargada dos espaços escolares, quando nos leva a transitar pelos principais pontos de circulação de idéias, dos quais: cafés, cinemas, teatros, confeitarias, hotéis, ruas. Enfatizamos, também, às notas de rodapé; suas considerações, sobretudo, os capítulos um e dois, esses nos proporcionaram uma aproximação das táticas utilizadas nas redes de sociabilidades entre os poderes instituídos para realização de ideais.

Por meio da Análise de Discurso . AD, corrente francesa, a historiadora discorre sobre o Jornal *Folha da Manhã* e analisa metáforas, frases estereotipadas, adjetivos,

¹¹⁸ Conferir. EISENBERG, P. *Op. Cit.* 1977.

¹¹⁹ *Idem*, 1977.

¹²⁰ ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *Op. Cit.* 2001.

assim como, a persistência de palavras-chave nas notas jornalísticas veiculadas cotidianamente. Dessa maneira, proporciona a pesquisadores que utilizam o método da AD, ferramentas relevantes, no sentido de debruçar sobre o *corpus* documental com cautela, descrição e rigor acadêmico. Ainda não publicado, mas brevemente à disposição do público na Biblioteca da Universidade Federal Rural de Pernambuco e na página virtual do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História Social da Cultura Regional da UFRPE, a pesquisa de Mário Ribeiro dos Santos *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)*¹²¹ o qual nos apresenta diferentes discursos com enfoques que redesenham o cotidiano dos espaços públicos, a partir das relações de sociabilidades estabelecidas entre os poderes instituídos.

Dessa maneira, como nos indica DE CERTEAU *é* preciso despertar as histórias que dormem+ nos arquivos, nas bibliotecas, nos diversos espaços que visitamos e rememoramos práticas escolares encobertas pelos silenciamentos da história, assim, ao relacionar as fontes tentamos revelar o cotidiano de professores e alunos por meio de biografias coletivas. Uma missão não muito fácil, haja vista que as Escolas Superiores de São Bento não contam o seu passado, elas a contém nas instalações construídas, ou melhor, o que restaram, suas ruínas e raríssimos documentos oficiais, os quais, vetados principalmente, pela Ordem Beneditina. Percebemos nessa prática uma resistência lastimável, uma vez que, a socializar da memória coletiva das Faculdades de São Bento proporcionaria o alargamento da historiografia local, além de preservar a identidade cultural dessas Instituições. Assim, desafiando os limites da história, assumimos o compromisso de (re)escrever uma narrativa diferente preocupada com a história cultural da região.

Com essa proposta, tecemos uma história sobre um espaço que permite múltiplas formas de leituras, com uma percepção que nos leve a decifrar seu cotidiano e torná-lo familiar no contexto social, principalmente onde convive a comunidade universitária da UFRPE. Esse deslocamento, feito por meio de fragmentos de memória permitirá os nossos leitores caminharem pelas salas de aula, biblioteca, estábulos, pomares, apiários, pocilgas, laboratórios, internato e refeitório. A decifrarem cada gesto, cada olhar, comportamentos e ideias como se estivessem vivenciado, ou até mesmo,

¹²¹ SANTOS, Mário R. dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) ó Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

desvendado as instituições escolares analisadas.

Dentro desse universo de representações que compõe as Escolas Superiores de São Bento, pensamos esses como ambientes onde as invenções humanas eram pensadas no sentido de encontrar caminhos que decifrassem os anseios do Estado e da Igreja através do lema %modernização e progresso agrícola+ sempre presente no discurso desses poderes. Logo, os personagens, tomados pela subjetividade e pela cultura do seu tempo, inventaram, na tentativa de compreender, por meio de suas criações, a proposta curricular que lhes era apresentada, afirmando-se como sujeitos em processo; como seres sociais constantemente redefinidos.

Como construtores dos espaços escolares, alunos, professores e funcionários modelaram o ensino agropecuário cotidianamente, os quais nos revelam história de diversos grupos que se moveram no seu interior, detectaram a atuação de suas partes, bem como, as fissuras da sua estrutura. Isso nos leva a perceber os espaços escolares como uma %colcha de retalhos+ com variações em suas cores e formas. De acordo com ARRAIS %quando um espaço não tem uma natureza cristalizada, seus significados derivam dos investimentos simbólicos feitos sobre ele, por meio de rituais promovidos pelo Estado ou certos grupos sociais+¹²².

Cientes de que não existem espaços sem as práticas que lhe conferem sentidos, entrecruzamos documentos, imagens e gestos, com a perspectiva de apresentar o nosso objeto integrado às vivências cotidianas do contexto social analisado. Com sinais claros que definem as Escolas Superiores de São Bento e seus personagens; e não como uma realidade oposta aquele universo. Dialogando com DE CERTEAU, compreendemos que,

o conceito de práticas cotidianas está relacionado a uma combinação mais ou menos coerente, de elementos cotidianos concretos ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo, passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia-a-dia através dos comportamentos, que traduzem, em uma visibilidade social, fragmentos desse dispositivo cultural. Contudo, essas ações são relevantes para a identidade de um grupo, a medida que lhe permite assumir o seu lugar na rede de relações sociais inscritas nos espaços.¹²³

¹²² ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH7USP, 2004, p. 15.

¹²³ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. 7. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 39-40.

Essa perspectiva de investigação possibilita repensarmos o enfoque do objeto, com o desmoronamento das continuidades e o questionamento da universalidade do discurso histórico, sobretudo, local. Desse modo, conscientes da importância de que absorver outros olhares é tarefa imprescindível ao mergulhar no mundo do outro, em outro tempo, é atribuir à interdependência entre a teoria e a metodologia orientação fundamental no processo de construção dos capítulos posteriores.

CAPÍTULO II

TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS SUPERIORES DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA DE SÃO BENTO DE OLINDA E PE

Para discorrermos sobre essa trajetória o aporte teórico-metodológico nos ensina que patrimônio e memória são meros suportes de refinamento apolíneo. Ambos incutem a noção de ancestralidade e legitimidade do poder, veiculam hierarquias de valores, idéias de bem e mal, de patriotismo, de lealdade, de fronteiras, de pertencimento, imprimindo nas memórias coletivas, o que deve ser excluído e incluído, silenciado e esquecido. Compreendemos que não basta substituir antigos valores por outros gerados a partir do mesmo solo que os anteriores. Sendo assim, nesse capítulo propomos ampliar a discussão com pesquisadores engajados nas lutas pela preservação do patrimônio cultural das Instituições de Ensino Superior, sobretudo das Faculdades de São Bento de Olinda-PE.

Mas, para o desdobramento da nossa proposta é necessário transitar pelo contexto econômico e político de Pernambuco, no período em estudo. Antes, porém, teceremos algumas informações sobre a cidade de Olinda, berço da aristocracia canavieira regional e espaço onde surgiu nosso objeto de pesquisa.

2.1 O despertar de histórias entre idas e vindas na cidade de Olinda:

1912-1914

a grande construção feita de milhares de tijolos marca a constituição de uma nova relação homem-natureza, medida pela primeira vez por uma estrutura racional e abstrata. É evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de empilhar tijolos, definindo formas geométricas, e agrupar letras, formando palavras para representar sons e idéias. Deste modo, construir cidades significa também uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos - escrita e cidade ó ocorrem

quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo.¹²⁴

Abaixo, a imagem 01, destaca o Mosteiro de São Bento localizado no bairro Cidade Alta, Olinda-PE.



Considerada a fotografia como uma imagem e como uma forma de interação social e de comunicação, tem-se por pressuposto que seu significado mais profundo não se encontra necessariamente explícito, pois é imaterial, apesar do realismo fotográfico da aparência de que ela se reveste.¹²⁵

A cidade de Olinda foi fundada em 12 de março de 1535, pelo português Duarte Coelho. Sendo uma das cidades mais antigas do País é um município essencialmente habitacional, comercial e turístico. Além de sua beleza natural, essa cidade, também, é um dos centros culturais mais importantes do Brasil. Acreditamos que esses requisitos impulsionaram de forma relevante o seu tombamento em 1968, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; como também o reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura . UNESCO, como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, em dezembro de 1982, sendo, no ano corrente, Capital Brasileira da Cultura, de acordo com o termo de parceria firmado entre

¹²⁴ *Apud.* ROLNIK, Raquel. NETO, Antônio Fonseca dos Santos. **Cidades Flagradas**. In: CASTELO BRANCO, Juliene V. & SOLON, Daniel Vasconcelos. (Org.). **História em poliedros: cultura, cidade e memória**. Teresina: EDUFPI, 2008, p. 14.

¹²⁵ KOSSOY, Boris. *Op. Cit.* 2001, p. 117.

o Município e a Organização não Governamental . ONG, Capital Brasileira da Cultura . CBC. Enfatizamos que no Brasil, até o momento, apenas a cidade de Olinda reúne todos esses títulos oficiais, o que torna singular a velha *Marim*¹²⁶.

A topografia dessa cidade favoreceu o surgimento de igrejas, conventos, seminários e casarios em suas colinas, onde se construíram os primeiros núcleos urbanos do país com uma bela e exuberante arquitetura colonial. Para compor a paisagem do espaço citadino, também não lhe faltaram bibliotecas, tipografias, cinemas e cassino lugar de dança e jogos. Entre os jornais do período focamos os seguintes %b Olindense, o Independente, o Correio de Olinda+ e no período em tela %b Progresso+ Pensamos, que por meio desses veículos de comunicação, também, os valores da cultura se uniram aos da natureza para formar novos conjuntos.

Localizada,

no litoral pernambucano, a 8° 00' 32", de latitude sul, e 34° 51' 18" de longitude, a oeste de Greenwich; com uma altitude de 16m acima do nível do mar; apresenta clima tropical, e temperatura média de 25,9°C; em média a precipitação é de 2.163,8 mm/ano e; tem uma área de 37,9 km². Faz limite ao norte com a cidade de Paulista, ao sul e oeste com a cidade do Recife, a leste com o Oceano Atlântico. Atualmente a sua população chega a 397.268 mil habitantes, aproximadamente. Olinda foi o ponto de partida, não só para o povoamento do interior do Estado, mas também para a ocupação dos estados Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Somente Sergipe e Piauí, por terem sido povoados pelos baianos, não devem sua ocupação a Pernambuco.¹²⁷

Ao situarmos nosso objeto no espaço físico geográfico, levaremos nossos leitores a revisitar espaços olindenses. Por meio de suas ruas, suas ladeiras, seus conventos, seus templos, monumentos que ainda circunscvem, passo a passo, as práticas cotidianas do período analisado, bem como, os cursos superiores: Jurídicos, de Agricultura e Medicina Veterinária do Mosteiro de São Bento; dos movimentos literários;

¹²⁶ Nome primitivo da aldeia que cedeu a Olinda o posto. *Marim* para uns, segundo outros *Mirim*. *Marim* seria uma corruptela de *Barim*, que quer dizer coxo. De acordo com a historiografia de época, em luta contra os indígenas, Duarte Coelho teria sido ferido numa perna e se tornado coxo. Daí os indígenas chamarem a vila portuguesa de *Barim*: vila do coxo. Contudo, *Mirim*, significa pequeno. Sobre essa discussão, orientamos conferir a obra de FREYRE, Gilberto. **Olinda**: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. Apresentação, textos de atualização e bibliografia de FONSECA, Edson Nery. Ilustrações de BANDEIRA, Manoel. Mapa turístico de MARIA, Rosa. Capitulares e desenho de JARDIM, Luis. 6. ed. São Paulo: Global, 2007, p. 134.

¹²⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2009.

da Guerra dos Mascates; da Revolução Praieira; da Convenção de Beberibe, ou seja, o saber e o fazer de homens e mulheres que de alguma maneira erigiram o edifício da nacionalidade. O que reafirma nossa reflexão com relação ao perfil aristocrático, ao mesmo tempo, republicano dos habitantes dessa localidade.

Pensamos esses espaços citadinos como um território de múltiplas formas de leituras e interpretações, quando os revisitamos através de um olhar criterioso procuramos decifrar cada gesto da paisagem urbana, como se estivéssemos desvendando um texto, uma escrita, os quais nos possibilitam pensar e sentir suas formas, seus objetos, seus cheiros, cuja paisagem, segundo CALVINO, nos fala %da sua produção material, dos pontos simbólicos da vida dos que nela habitam; seus caminhos e seus trânsitos, também nos falam, das diversas atividades que no seu interior se produz+¹²⁸

É nesse complexo jogo de criações constantes, no qual os moradores estabeleceram relações entre si e com a paisagem onde viveram que vislumbramos as Escolas Superiores de São Bento. Evento que se constituiu a partir de diferentes falas e espaços, entre os quais: o discurso político agrário, proferidos em cafés e doçarias, na sala de aula, no campo, no internato, nos centros acadêmicos e na imprensa por meio dos signos que permearam o imaginário social, que de alguma maneira, invadem os ares da cidade no presente. É em torno de uma identidade inscrita no tempo e na ação, que buscamos estabelecer uma discussão relacionando a memória coletiva e as práticas cotidianas. A rememoração proporciona o sentimento de distância temporal, porém, a memória é a continuidade entre presente e passado recente ou distante que nos permite remontar os acontecimentos mais recuados dessa trajetória.

Como atores da vida urbana, por mais de dois séculos, as famílias tradicionais tiveram suas casas nos altos da cidade, se não do ano inteiro, dos meses de inverno, quando as chuvas tornavam melancólicas, a vida nas casas grandes dos engenhos. As histórias sobre a movimentação do cenário urbano, ou a falta dessa, irrigam os canais da escrita desse trabalho dissertativo com passagens que nos remetem a lugares de convivência familiar num período marcado por transformações políticas e modernizantes.

Mas, segundo FREYRE,

¹²⁸ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 14-15.

com o passar dos tempos, essas residências foram transferidas para os sobrados da cidade do Recife, que desde o final do século XVII se afidalgaram, ficando Olinda, com seus montes longe dos mangues, dos pântanos e dos ruídos da nova metrópole. Porém, percebemos que o espírito político dos pernambucanos, republicano e aristocrático, ao mesmo tempo, teve nos primeiros séculos a sua expressão mais viva na cidade de Olinda.¹²⁹

Assim, procurando manter o rigor acadêmico das pesquisas o autor nos conduz por meio de uma linguagem objetiva, a rememorar a cidade, bem como, diferenciar a relação entre a história e os sentimentos. Nessa perspectiva, buscamos as crônicas de Pereira da Costa, seus escritos trás contribuições relevantes para (re)construirmos o cotidiano olindense, sobretudo no período em tela, ao dialogarmos com autor por tais espaços consideramos que,

quem subir pela primeira vez uma rua velha de Olinda que se lembre de tão grande esquisitão dos tempos coloniais, que se lembre também dos desesperados da justiça do século que outrora subiram estas mesmas ruas para se queixar ao bispo, que se lembre dos outros homens que há õmaisö quatro séculos sobem estas ladeiras. Uns para ouvir missa em São Francisco. Outros para se confessar em São Bento. Alguns de pés descalços, por penitência, sob o sol cru do meio-dia pernambucano, ferindo-se nas pedras, arranhando-se nos espinhos, queimando-se nas areias zangadas ó de tardes, tão doces - nas urtigas brancas dos montes. Outros ainda só para comprar doces as religiosas de Nossa Senhora da Conceição.¹³⁰

De acordo com as interpretações do cronista percebemos que pequenos fatos, aparentemente sem importância, apenas pitorescos, revelados por simples pesquisadores do passado ou do cotidiano de um povo, podem estar sugestões de muito mais valor do que em fatos grandiosos ou nas generalizações majestosa. Dessa maneira, as ruas de Olinda se revelam como territórios de consumo, de identidades e cultura histórica, nas quais, buscamos diferentes estilos de vida associadas as artes de fazer+;

Nesse sentido, andar pelas ruas olindenses é vivenciar práticas cotidianas em seu presente e em seu passado: no seu folclore e no seu artesanato; nas suas festas religiosas e cíclicas. Em suas ladeiras, altos e balcões mouriscos, faróis, museus e

¹²⁹ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* 2007, p. 24.

¹³⁰ *Idem*, 2007, p. 25.

seminários, tudo isso bem diz da sua presença marcante na historiografia brasileira, sobretudo nos períodos: colonial e imperial. Logo, visitar esses espaços, nas primeiras décadas do século xx, nos leva a ouvir: o tanger dos sinos das igrejas; perceber seus artistas; sua história; seus moradores; seus mistérios; suas festas e sua fé cristã de todos os martizes. É encontrar caminhos amaciados pelos pés de muitas gerações. Também, ouvir os acordes dos clarins de momo, que autêntica e pernambucanamente, anunciavam a passagem dos clubes nas ruas, altos e avenidas olindenses.

Assim, nessas idas e vindas com SANTOS NETO, buscamos PESAVENTO, para quem, imagens retidas e memorizadas falam em memória coletiva/social, na interpretação da autora,

[...] as imagens urbanas trazidas pela arquitetura, ou pelo traço da cidade, ou pela publicidade de fotografia [...] - têm, pois, o potencial de remeter também, [...] a um tempo. [...] O espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade.¹³¹

Isso nos faz compreender a historiografia de época, a qual nos apresentar Olinda com diferentes maneiras de interpretações, sobretudo, dentro do nosso período cronológico. Uma cidade de espírito aristocrático e republicano, em sua fase áurea, também triste, ao mesmo tempo alegre e mágica que um dia foi chamada, e das cinzas se ergueu Fênix, se fez luz por meio do saber fazer de homens e mulheres. Para os beneditinos de Olinda, essa cidade era como um subúrbio da famosa capital pernambucana, Recife, máxime depois de inaugurada a tração elétrica¹³². Observamos contrapontos na discussão que envolve historiadores, cronistas, e memorialistas. Reflexões compreensíveis, uma vez, que somos orientados pela teoria-metodológica da História Cultural a visitar, quantas vezes for necessário e/ou desejar, um evento social com diferentes enfoques, olhares e perspectivas.

Sendo assim, a partir do processo de criação das Escolas Congêneres de São Bento, percebemos que as ruas de Olinda adquiriram um ritmo mais urbano, com idas e vindas de jovens, políticos, jornalista, arquitetos, professores, clérigos, agricultores, criadores e os mais variados e imagináveis personagens. Momento com representações

¹³¹ *Apud*. PESAVENTO, Sandra J.. NETO, Antônio Fonseca dos Santos. **Cidades Flagradas**. In: CASTELO BRANCO, Juliene V. & SOLON, Daniel Vasconcelos. *Op. Cit.* 2008, p. 21.

¹³² Relatório da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. 1º parte. Crônica escrita por Padre Jonas Taurino de Andrade. 1913, p. 06.

de progresso pautado no discurso moderno, voltado para (re)configurações nos setores econômico, político e social, a partir de novas práticas cotidianas incorporadas dia-a-dia por homens e mulheres, principalmente, na lavoura canavieira e nos plantéis. Com relação a essas últimas, há uma farta provisão de interpretações sobre as profissões do agrônomo e do médico veterinário, bem como, suas contribuições para o desenvolvimento da agricultura regional e do País nas primeiras décadas do século XX que justificam a nossa discussão.

Segundo MENDONÇA,

a Escolas Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, vem satisfazer a uma imperiosa necessidade do nosso tempo. A ciência, nos últimos tempos, revolucionou tudo, transformando os métodos errôneos, substituindo as regras absolutas ou obscuras por preceitos racionais e de imediato proveito prático. Hoje só pode lutar com sucesso o agricultor que põe em prática os recursos que ela ministra. O que mais sabe, é o que mais pode, e este é o que mais colhe, mais vende e mais lucro auferê de seu incessante labor.¹³³

Nesse sentido, moradores, alunos, professores, jornalistas, políticos e religiosos ao transitarem por espaços urbanos e escolares, entre práticas e vivências, revelaram-se construtores desse processo. Habitaram e inseriram seu dinamismo, suas rotinas, crenças e valores, promovendo tensões e conflitos. Enquanto uns tinham a pretensão de desejo pela inovação, outros manifestam resistência às forças de dominação, por necessidades de assegurar a sua memória, ou por medo de perder sua identidade oligárquica. Dessa forma, mantinham-se alheios às transformações que se pretendia realizar, sobretudo, através do discurso político moderno da intelectualidade.

Lembramos que a cidade de Olinda não é foco dessa pesquisa. Pretendemos, sim, com essa breve discussão situarmos as Faculdades de São Bento nesses espaços de convivência plural que acomodaram os mais diferentes modos de saber fazer, onde as referências trazem múltiplos significados. Pensamos, em meio a esses signos, compreender como reagiram os personagens de nossa saga, principalmente, suas redes de sociabilidades a partir do pensamento agrícola local.

¹³³ MENDONÇA, Sônia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 126. Versão modificada, reduzida da sua tese de doutoramento.

2.2 - As nuances do pensamento agrícola no discurso regional

O conhecimento histórico é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se fez a história do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz.¹³⁴

Nessa perspectiva daremos início a essa reflexão, enfatizando que o econômico e o político sempre estiveram imbricados nos discursos que favoreceram a criação das Escolas Superiores de São Bento. Nesse sentido, analisamos a historiografia de época para uma compreensão mais alargada sobre o evento, assim, buscamos temáticas regionais deveras pesquisadas em meios acadêmicos, sobretudo a monocultura açucareira, leituras, que por sinal, foram de grande relevância para essa pesquisa, principalmente, porque ampliou nossa percepção sobre o contexto histórico e o nosso entendimento sobre a problemática.

Isso nos fez perceber que as atividades econômicas agrárias no Brasil, das quais, café, borracha e cacau, eram inferiores a do açúcar regional, no conjunto do período republicano até 1930, mesmo quando esse apresentava declínio em sua produção. No caso desse último, ocorreram particularidades que lhe dão importância na historiografia local. Em primeiro lugar essa produção ainda era a principal e quase única atividade econômica de algumas regiões, em particular o litoral do nordeste. Além disso, a evolução da produção açucareira pernambucana na época caracterizava-se por certos aspectos peculiares que mereciam destaques e lançavam luz sobre o caráter fundamental da economia local, por exemplo, as questões climáticas.

EISENBERG, reforça nossa análise ao relatar que,

o café, o cacau e a borracha natural assumiram importantes posições nas exportações, no final do século XIX, mas não havia em Pernambuco clima e solo propícios para estes produtos. Na falta de qualquer atividade exportadora alternativa que produzisse rendimentos iguais aos do açúcar, torna-se compreensível a concentração dos agricultores na cana e em sua industrialização.¹³⁵

¹³⁴ Texto retirado da contracapa do livro de ALBUQUERQUE Jr, Durval M. Op. Cit. 2007.

¹³⁵ EISENBERG, Peter L. Op. Cit. 1977, p. 242.

Dessa maneira, era necessário acelerar o processo de modernização das usinas, evento que levou usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, particularmente, os pernambucanos, a uma preocupação no sentido de inserir novas práticas cultivares em suas lavouras vislumbrando melhorias para produção e condições de competir com outras regiões, assim retomar a hegemonia econômica perdida para o Sul após três séculos de primazia. No discurso político da intelectualidade essas mudanças se dariam por meio da educação formal, também acreditamos nessa perspectiva, uma vez que atribuímos à perda desse produto no mercado nacional e internacional ao relativo atraso em que vinha se processando a transformação tecnológica local. Havia necessidades de uma política agrícola preocupada com as variedades cultivadas, e com a prevenção contra pragas, afinal, o açúcar continuava a ser o investimento preferido da aristocracia regional.

Para, os beneditinos de Olinda, esse caos econômico era responsabilidade dos próprios agricultores, por abandonarem o campo,

no geral, em Pernambuco, só os que não podem, moram nos engenhos. De preferência os ricos residem nas cidades, deixando as fazendas entregues aos administradores, indo apenas uma ou duas vezes por semana visitar as propriedades. Preferindo a vida turbulenta das cidades à calma do campo, isso naturalmente se torna prejudicial à agricultura.¹³⁶

Também, as arcaicas lavouras não mantinham um ritmo de produção compatível com as necessidades do processo industrial do momento, nesse contexto Pernambuco apresentava um cenário de mutação na economia proporcionado pela crescente competição dos cultivadores estrangeiros que fez baixar o preço do açúcar no mercado internacional e cortou o valor das exportações do Norte pela metade. Concordamos com a historiografia de época, tal fracasso foi motivado por desconfianças e intervenções, da elite rural, no processo modernizador uma vez que não o viam com bons olhos.

Contudo, admitimos que os discursos para as transformações nesse setor

¹³⁶ Segundo Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda-PE (1916). Oficinas Gráficas da Agência Jornalística de J. Agostinho Bezerra ó Recife: 1917, p. 18.

partiram dessa burguesia+ haja vista que os primeiros contratantes para a construção de engenhos centrais, conseqüentemente as usinas, foram,

José da Silva Loyo Jr, com oito unidades, acompanhado de Joaquim Veríssimo do Rego Barros, João Machado Teixeira Cavalcanti, Manoel Machado Teixeira Cavalcanti, Cardoso & Irmãos, Felismino de Mendonça Vasconcelos, Coronel João Carlos de Mendonça Vasconcelos, Capitão João Paulo Moreira Temporal, Manoel Peres Campelo Jácome da Gama e Coronel Manuel de Souza Oliveira; todos de nacionalidade brasileira, ligados ao comércio e a agroindústria açucareira.¹³⁷

A elite agrária pernambucana, como percebemos, incluía muitos remanescentes do Império, isso contribuiu para conservadorismos e resistências às mudanças na região, motivo pelo qual, acreditamos, tais mudanças ocorreram a passos lentos e sem planejamento. EISENBERG corrobora com a nossa reflexão, segundo o autor,

aproximadamente sessenta usinas operavam em Pernambuco em 1910, dois terços das quais tinham sido beneficiadas por subsídios. Mas, outros dois mil engenhos tradicionais continuavam a suprir a demanda local de açúcar não refinado e de aguardente barata. Assim, embora a ajuda governamental tivesse possibilitado a modernização de uma pequena parte dos engenhos, a transformação e a reorganização jamais se completou.¹³⁸

Para ANDRADE,

a experiência dos engenhos centrais não foi promissora; o Poder Público teve que fazer grandes investimentos e garantir juros a empresas que não tiveram capacidade de bem planejar e bem implantar os seus empreendimentos, em geral mal administrados, que não fizeram um planejamento agrícola e não se entenderam bem com os proprietários que se transformariam de pequenos industriais em vendedores de matéria-prima. O projeto da usina em que haveria a integração da agricultura à indústria mostrou, desde o início, que era mais viável e que melhor atendia às necessidades e à realidade local.¹³⁹

¹³⁷ ANDRADE, Manuel C. *Op. Cit.* 1989, p. 27. Conferir, também, LEVINE, Robert M. *Op. Cit.* 1980, p. 171.

¹³⁸ EISENBERG, Peter L. *Op. Cit.* 1977, p. 240.

¹³⁹ ANDRADE, Manuel C. *Ibid.* 1989, p. 29.

Harmonizamo-nos com os autores, uma vez, que não percebemos o estabelecimento da economia local via produção açucareira em nossas análises mesmo com o monopólio de cargos políticos por parte desses grupos. Assim, todas essas imbricações, bem como, os discursos políticos agrários proferidos por esses agentes sociais¹⁴⁰, principalmente no primeiro decênio do século XX, constituíram um ponto importante para a criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento.

É importante rememorarmos, que os primeiros movimentos para modernização no País tinham como foco a produção agrícola segundo o projeto pedagógico positivistas, visto que, essa continuou compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões, desenvolvendo-se independentemente das demais e voltada inteiramente para exportação como se fossem diferentes unidades acidentalmente reunidas no corpo de uma nação levando vida à parte.

Nesse sentido, é interessante percebermos que as primeiras décadas do século XX representaram para sociedade local um momento histórico que refletiu a tensão entre o moderno e o tradicional. Expressado nos debates de intelectuais, nas notícias e opiniões registradas na imprensa. Incluímos aqui os discursos acerca do ensino agrário sob as luzes do positivismo. Dessa forma, mudanças significativas transformavam o ensino formal e o cotidiano social por meio de invenções e hábitos modernos, entre os quais, iluminação a gás, e depois elétrica, bondes elétricos e metrô, restaurantes, cafés, cinemas, cabarés, hipódromos, grandes praças, jardins e parques, que gradativamente, caracterizavam a nova vida das elites e o rompimento com o tradicional.

Na região, as iniciativas voltadas para a modernização da agricultura iniciaram basicamente com a inserção da educação formal de cursos agropecuários e a expansão de ferrovias que objetivavam reduzir os custos com transporte e estimular a construção de novas usinas, principalmente na Mata Úmida. Já as regiões, entre as quais, a Mata Norte que dependiam de navios costeiros para o transporte do açúcar, praticamente não houve mudanças significativas no período, principalmente, pela falta de iniciativas do

¹⁴⁰ Nesse deflagrar do processo de modernização, a elite rural, formada pelos senhores de engenho, levou vantagens sobre os detentores do capital comercial e financeiro, uma vez que se destacaram como fundadores de usinas e engenhos centrais, figuras pertencentes às famílias tradicionais como os Pontual, Lins, Holanda Cavalcanti, Bezerra Cavalcanti, Rego Barros, Wanderlei e Carneiro Cunha. Muitas usinas tiveram poucos anos de duração, funcionando apenas por duas ou três safras; os proprietários não dispunham de capital de giro necessário e as facilidades de créditos bancários nem sempre chegavam. ANDRADE, Manuel C. *Op. Cit.* 1989, p. 30.

poder público. Nesse contexto de contradições, ambigüidades e incertezas, com dificuldades em conceber a dimensão das mudanças que eram anunciadas pelas vozes do modernismo progressista a elite agrária regional aos poucos perdia os traços característicos da fase áurea da economia açucareira local.

Foi nesse embate entre o tradicional e o moderno, que um novo pensamento sobre o agrário se constituiu no imaginário da aristocracia canavieira provocando inquietações nos personagens envolvidos com a política e a prática agrícola vigente. Um grupo endividado, mas não enfraquecido politicamente. Por meio das redes de sociabilidades se mantiveram no poder, por vezes, usando verbas oficiais em benefício próprio. Contudo EISENBERG nos mostra que,

essa prática nem sempre implicava poder, mas, a oligarquia rural de Pernambuco naquela época tanto reinava como mandava. Não podemos esquecer, também, que o fracasso do setor açucareiro foi motivado, sobretudo, por uma prática contínua no contexto histórico nacional, a inconveniência da transferência de modelos externos a uma realidade específica.¹⁴¹

Mas, as primeiras unidades de produção do açúcar a se modernizarem na região com tais recursos foram às usinas e não os engenhos centrais. Logo identificamos o porque, do declínio desse último. PERECYN, ao analisar o poder e o prestígio na Primeira República brasileira observa que esses representantes estavam ligados às origens oligarcas, para a autora,

[...] é impossível separar o estadista do fazendeiro. Da mesma forma que não se separam das raízes agrárias o coronel, o senhor de engenho, o usineiro, o bacharel, o deputado, o burocrata, os presidentes do partido, os intelectuais; quanto a estes, salvo exceções, poder, prestígio e conhecimento eram implícito às condições de berço.¹⁴²

¹⁴¹EISENBERG, Peter L. *Op. Cit.* 1977.

¹⁴²PERECYN, Marly T. **Os passos do saber:** a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. São Paulo: USP, 2004, p. 84.

A estudiosa reforça nossa discussão. Essa era uma característica dos republicanos brasileiros em Pernambuco, os grupos que lutavam para (re)significar o agrário não diferia aos demais. Não podemos esquecer que tal quadro é resultado herdado da colonização, com resquícios, dentre os quais, a definição de Estado essencialmente agrário. Os grandes engenhos e as usinas simbolizavam a prática econômica exercida pelas famílias tradicionais da região fato aproximava o perfil da economia local à agricultura.

Entretanto, ANDRADE justifica que diferentemente de outros estados brasileiros agrícolas, essas relações não efetivaram o crescimento econômico local, para o autor,

quando se passava a fazer um exame em escala nacional surgia o grande problema regional, de vez que Estados com maior importância política e maior poder de pressão sobre o Governo Federal, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, procuravam obter favores mais significativos que Pernambuco, embora esse fosse o maior produtor de açúcar.¹⁴³

Assim, para corroborar com a análise, buscamos LEVINE, para quem o poder dos grupos açucareiros não foi suficiente para obrigar os governos a reduzir os impostos a fim de fazer o seu produto mais competitivo. Na Primeira República poucos pedidos de assistência por parte do Estado eram atendidos¹⁴⁴. A partir das interpretações do autor evocamos essa relação de poder e percebamos que os senhores-de-engenho presentes no Congresso Agrícola promovido pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco realizado no Recife em 1879, já demonstravam insatisfação e ressaltavam a urgente necessidade de mudanças, bem como, enfatizavam a preocupação com a educação agrícola. Àquela época a grande lavoura do Império já demonstrava falta de investimentos, sobretudo, de melhoria na formação profissional, conforme o discurso do Sr. João Fernandes Lopes, presente no mencionado Congresso,

na Alemanha, Suíça e Inglaterra a instrução primaria obrigatoria é considerada o penhor seguro do engrandecimento destes paizes: e a Alemanha liga tanto apreço áquella lei, que a poz immediatamente em pratica na Alsacia ó Lorena. Ora, sendo este paiz essencialmente agrícola, porque não se fizeram ainda methodos de agricultura para as aulas de primeiras letras?Porque não se começa já a dar á mocidade, a par do ensino

¹⁴³ ANDRADE, Manoel Correia. *Op. Cit.* 1989, p.55.

¹⁴⁴ LEVINE, Robert M. *Op. Cit.* 1980, p. 239.

primário, a educação agrícola, infundindo-lhe o gosto para o que lhe é tão útil?¹⁴⁵

Logo, a preocupação com o ensino agrícola não era uma discussão nova no âmbito regional, ao mesmo tempo, reforça nossa discussão com relação aos grupos açucareiros local. Os anseios eufóricos e as expectativas políticas de modernização industrial pelos quais passavam o País impulsionaram esses sujeitos, mesmo com ressalvas, a aproximarem a agricultura do projeto tecnológico presente nos discursos republicanos, período no qual o ensino agrônômico se encontrava em plena efervescência para atender as necessidades nacionais conforme o Decreto nº 13.028, de 18 de maio de 1918, do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz P. Barros.

Em Pernambuco, vários órgãos atuaram em prol da melhoria da agricultura e dos rebanhos, dos quais,

a Associação Commercial Agrícola, fundada em Recife em 1838, a mais antiga das organizações; o Instituto Imperial de Agricultura de Pernambuco, a Associação Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Por fim, o movimento do sindicato agrícola promovido no Primeiro Congresso Agrícola Nacional, em 1901, conduziu à organização em 1905, do Sindicato Agrícola Regional de Gamelleira, Amaraji, Bonito e Escada; e, em 1906, à União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco ó USAP. Essa última se propôs fundar escolas agrícolas e um laboratório, a publicar um boletim técnico e estatístico, a funcionar como grupo de pressão em problemas de transportes, a agir como agente comprador e vendedor, a distribuir sementes e a promover cooperativas de crédito.¹⁴⁶

Entendemos então a modernização agrícola não como um artifício novo nesse cenário, mas, como peculiar no contexto regional sócio-econômico e político. Também o Ministério da Agricultura e Comércio nos primeiros anos republicanos discute a intenção do ensino agrícola exposta no Congresso Nacional de agricultura. De acordo com OLIVEIRA a atuação do MAC estava,

¹⁴⁵ CONGRESSO Agrícola do Recife 1878. Recife: CEPA/PE, 1978, p. 17-18.

¹⁴⁶ EISENBERG, Peter. *Op. Cit.* 1977, p. 158-159.

Coerente com os discursos que eram propagados e produzidos à época, os quais destacavam a situação de abandono, atraso e degeneração da agricultura, foi constituída uma série de medidas voltadas para a intervenção na situação exposta, a qual tinha direção definida: era preciso fomentar o progresso e a modernização; a civilização precisava ser levada até o campo.¹⁴⁷

É importante rememorarmos que as idéias de modernização no pensamento agrário regional eram remetidas ao ensino agrícola desde o século XIX influenciada por pensadores positivista. Segundo PERECYN, essa influência se revelou, sobretudo entre 1880 e 1920, para a autora os discursos que apontavam à necessidade do referido ensino no País, focavam um método mais racional para os conhecimentos da agricultura, dessa maneira,

parte referencial da reforma do ensino que defendia estava no sistema educacional, que deveria ser aparelhado para oferecer o ensino dentro da classificação de Auguste Comte e formar o profissional técnico embasado nas ciências matemático-físicas e da natureza, a serem ministradas nas escolas secundárias e superiores, indispensáveis à agricultura e à indústria do País.¹⁴⁸

Assim, o movimento dinâmico existente na sociedade brasileira, que favoreceu a constituição do pensamento agrícola, sobretudo, as manifestações pelo ensino, segundo NASCIMENTO, há uma inter-relação entre o século XIX e XX,

as mudanças registradas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX são, assim, parte de um processo que se produziu no Brasil ao longo dos anos oitocentos e que obedece a uma dinâmica própria que não se subordina diretamente ao processo de substituição do regime monárquico pelo republicano. Portanto, não são novidades introduzidas no século XX, ou por uma intervenção direta de políticos republicanos, ações como o estímulo à migração de trabalhadores ou à europeização, por exemplo, processos que, de resto, foram vividos intensamente durante o século XIX, sob a monarquia.¹⁴⁹

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os patronos agrícolas e a infância pobre na primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 26.

¹⁴⁸ PERECYN, Marly T. Germano. *Op. Cit.* 2004, p. 84.

¹⁴⁹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado: 80 anos do ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Catavento, 2004, p. 32.

Logo, para abordamos práticas escolares das Faculdades de São Bento propomos uma breve reflexão sobre os ideais positivistas, uma vez que identificamos fortes indícios desse paradigma no regimento curricular, nas práticas escolares do nosso objeto de pesquisa, ambos relacionados com discursos de órgãos institucionais, entre os quais, o MAC.

2.3 Perspectivas para implantação do ensino superior agropecuário e suas imbricações com o pensamento positivista

Marcante na história do País, desde seus primeiros momentos sob a República, é a presença em seus quadros de simpatizantes da doutrina positivista, num período de polarização de tendências profissionais entre positivistas políticos e religiosos.¹⁵⁰

Propomos essa reflexão, a partir do momento que observamos como a prática pedagógica das Faculdades de São Bento envolvia o imaginário de professores e alunos com perspectivas ideais positivistas. Diante dessa percepção buscamos as interpretações de PAUL RICOEUR. Segundo o autor %a defesa de uma memória esclarecida pela historiografia e a de uma história erudita passível de reanimar uma memória política para a justa memória, constitui um desafio para a historiografia presente+¹⁵¹. Assim, sentimo-nos intimadas a discorrer sobre os fundamentos do paradigma positivista no Brasil vislumbrando como suas perspectivas foram adicionadas ao modelo curricular do objeto em análise.

Nesse sentido, iniciaremos a reflexão. O Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas - MACOP, durante o Império foi um espaço de defesa da ciência utilitária por meio da aplicação de novas práticas e conhecimentos no meio rural. As atividades científicas foram uma entre as atividades desenvolvidas pelo MACOP. Acreditamos que o surgimento desse órgão representou um marco na institucionalização das ciências no

¹⁵⁰ *Apud.* SOARES, HEINZ, Flávio M. **Positivistas e republicanos:** os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). In: **Revista Brasileira de História.** *Op. Cit.* n.58. v. 29. 2009 p. 270-271.

¹⁵¹ RICOEUR, Paul. Entre memória e história. In *Projet.* Paris. Número 248, 1996, p. 11.

País, ao mesmo tempo consolidou sua aplicação na agricultura ao constituir-se no primeiro ambiente que aglutinou em torno de si atividades ligadas ao setor produtivo. Esse ministério adentrou os primeiros anos da Primeira República posteriormente teve o processo interrompido, transformando-se em secretaria ficando subordinada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Contudo, os valores positivistas disseminados no Brasil a partir da segunda metade do século XIX provocaram uma legitimação que fundamentou o pensamento e a ação de setores das elites rurais brasileiras no início do século XX organizando-se em torno da Secretaria Nacional de Agricultura. A dissertação de mestrado de FERREIRA¹⁵² dentro da perspectiva de Pierre Bourdieu mostra como a ciência brasileira, no período em tela, estava permeada pelo positivismo, e como essas idéias atuaram como fator de coesão, conferindo-lhe especificidades e consolidando-a, dentro de um campo social.

Dessa maneira, ALONSO¹⁵³ reforça a tese de positivismo difuso, ao realizar um estudo historiográfico sobre a problemática, em tese de doutoramento mostra o papel desse sistema no repertório de idéias que se disseminaram no Brasil no final do século XIX e fundamentaram a atuação contra a atuação da geração contra o *status quo* imperial. Assim, acreditamos que trabalhos acadêmicos sobre o tema, merecem destaque, porque alargam a construção de uma nova perspectiva de análise.

Observamos que CRUZ COSTA¹⁵⁴ relaciona a adesão ao positivismo a valores tradicionais típicos do Império, bem como, procura entender a inserção social dos positivistas. BARROS¹⁵⁵ mostra como a temática conseguiu se integrar nas demandas dos grupos ilustrados da segunda metade dos oitocentos ao formular um projeto de sociedade. Contudo, LINS¹⁵⁶ é o primeiro que defende a tese de que o positivismo se difundiu nos valores e na cultura da sociedade brasileira.

Inspirada em Gramsci, Mendonça auxilia MARCOS J. BHERING quando analisa o processo de criação desse organismo, relacionando o seu surgimento às demandas das frações de grupos aliados do poder no início da Primeira República. Esses sujeitos se

¹⁵² FERREIRA, L. O. **Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1989 p. 108.

¹⁵³ ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

¹⁵⁴ COSTA, Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: Civilização Brasileira, 1967, p. 130.

¹⁵⁵ BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Edusp, 1986.

¹⁵⁶ LINS, I. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

organizaram através da Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, criada em 1896. Desse modo,

o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio - MAIC surgiu, como um espaço contra-hegemônico dentro do Estado brasileiro, em que se postulava um tipo de agricultura alternativa àquela mais proeminente, baseada no latifúndio agro-exportador. Nessa perspectiva, as demandas por uma agricultura racional, de base científica e diversificada que simbolizavam um projeto alternativo para a agricultura brasileira se materializou em 1909.¹⁵⁷

Deduzimos que as idéias de ciências, progresso e civilização norte-americanas, adotados pelo MAIC como paradigma pedagógico a ser seguido no Brasil, tiveram um papel primordial no processo de escolha do modelo pedagógico adotado das congêneres alemãs para as Escolas Superiores de São Bento. Uma vez que esses ideais possuíam um valor ideológico que buscava legitimar a posição da Secretaria Nacional de Agricultura no interior do jogo de forças que ocorria, sobretudo, nos setores políticos onde seus representantes atuavam em defesa da construção de um espaço para seus interesses. Assim, percebemos que o período da Primeira República tem sido tomado como momento em que o positivismo¹⁵⁸ atingiu seu ápice na sociedade brasileira.

No interior dos espaços escolares, a idéia de positivismo difuso justifica-se no pressuposto da importância positivista na formação cultural brasileira, sobretudo, a influência de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais à medida que fundamentavam as concepções de modernidade nos finais do século XIX e início do século XX. Incluímos aqui o ensino agropecuário das Faculdades de São Bento, atuando como suportes ideológicos fundamental do projeto de construção e afirmação de uma ordem social burguesa no Brasil, legitimada pelos discursos de progresso, com base na

¹⁵⁷ BHERING, Marcos Jungmann. **Positivismo e modernização:** políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2008, p. 15.

¹⁵⁸ A defesa de uma ciência utilitária pelo positivismo não foi uma adaptação da doutrina pelos brasileiros, e sim defendida por Augusto Comte em suas obras. Esse filósofo formulou um arcabouço teórico a respeito do papel das ciências e dos cientistas junto à sociedade francesa. Sociedade essa que atingiu o seu mais alto grau de civilização, essa atividade desempenhou um papel fundamental, juntamente com aqueles que as exerceram, organizaram. A ciência aparece assim como um objeto pragmático, devia possuir o papel de construção social. O positivismo, dessa forma, postulava uma perspectiva utilitária da ciência. Para Comte, essa visão de mundo possuía uma genealogia: a Escola Politécnica da França, criada em 1794, no período da Convenção, foi um símbolo do novo modelo de ciência consagrado pela nova ordem.

racionalidade positiva do saber científico.

Um dos personagens emblemáticos desse período foi MIGUEL LEMOS, filósofo brasileiro, líder da Igreja Positivista do Brasil. A historiografia o aponta como um dos primeiros a se lançar na empreitada de estabelecer a história do positivismo no País. Segundo LEMOS seu primeiro momento de adesão a ideologia de Comte se deu a partir de suas obras matemáticas e mais tarde, à religião positivista. Assim, a partir de tais princípios iniciou uma contínua ação política, social e religiosa.

Porém, os ideais positivistas somados ao método alemão as Escolas Superiores de São Bento criaram raízes que vão muito além da Igreja Positivista no Brasil. Sendo assim, esta ultrapassou o pensamento e ação daqueles que se assumiram como adeptos em maior ou menor grau, integrando-se na cultura pernambucana mesmo após a primeira metade de século XX. Seguindo esse viés, pensamos que esses fatores foram de fundamental importância para a negociação entre o Estado e a Igreja quando refletimos sobre o destino da administração da Escola de Agricultura de São Bento, em 1936.

De acordo com SCHWARTZMAN, estudioso envolvido com a temática,

os mestres não possuíam formação específica, em caso de escolas como as de Agricultura e Veterinária ministravam um ensino inadequado e insuficiente. Além de carecer daquelas características de tempo integral, seleção rigorosa de estudantes, pequenas turmas, etc., que deram marca inicial no ensino agrícola do País, ela sofria o peso negativo da ideologia positivista, que, apesar de modernizante em sua intenção, conduzia a uma visão de atividades científica e técnica bastante rígida e ultrapassada.¹⁵⁹

De certa forma, esse fato impediu, por um período considerável, o desenvolvimento das ciências agrárias em localidades específicas do País, entre as quais o Estado de Pernambuco, por meio de suas proposições monolíticas a respeito do fazer científico. Pensamos que a contribuição desse paradigma, foi o auxílio para o pensamento liberal atingir seu triunfo quando a idéia de ensino livre, a respeito da educação superior brasileira, teria saído vitoriosa nos debates parlamentares acerca da questão. Entendemos que a crítica da sociedade local com relação ao ensino agropecuário superior ministrado nas Faculdades de São Bento e ao modelo pedagógico

¹⁵⁹ SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos. 2001, p.92-135

alemão que regia seus currículos, estava relacionada à autoridade imposta pelos positivistas, principalmente, no final do século XIX e início do século XX. Evento que provocou uma procura relativamente baixa de determinados grupos sociais aos referidos Cursos.

Contudo, o positivismo mesmo sendo alvo de críticas pelos defensores da ciência constituiu-se em uma problemática obrigatória das quais e pelas quais, pensadores refletem e passam a pertencer a sua época podendo situá-lo ou datá-lo¹⁶⁰. Assim, ao estendermos nosso olhar para além das Escolas Superiores de São Bento compreendemos a prática pedagógica em evidência, a qual se mantinha num viés pragmático e utilitário comparados ao do século XVIII. O espaço em que essa ciência se manifestou foi o MAIC, logo, a difusão e a institucionalização da relação entre ciência e agricultura sob a égide do Ministério Agricultura Comércio e Obras Públicas - MACOP tiveram espaços diferenciados para se concretizarem, apesar de compartilharem postulados a respeito do papel que as ciências deveriam desempenhar na sociedade.

Nessas perspectivas, tanto os discursos político da intelectualidade, como os ideais de órgãos institucionalizados corresponderam às perspectivas de ensino que vislumbravam a criação de um novo profissional, um personagem com domínio e conhecimentos científicos. Assim, os republicanos, sobretudo, os pernambucanos definiram o valor desse modelo escolar representado pela figura do agrônomo e do médico veterinário, como sujeitos importantes no processo de valorização da ciência e das práticas agrícolas do ruralismo regional. Na opinião de MENDONÇA,

a temática do ensino agrícola, a despeito de um novo profissional discutido desde o Segundo Reinado, ganhou relevo ao longo da Primeira República, na medida em que as transformações suscitadas pela abolição impuseram a necessidade de redefinirem-se as formas de controle e/ou coerção sobre a força do trabalho rural, impedindo sua fuga ao circuito do mercado. Nesse contexto, enquanto potenciais gestores da nova ordem social emergente no campo, os agrônomos e veterinários trabalhadores, a despeito de diferenças quanto a suas posições, guardavam ente si, um denominador comum: o papel de porta-vozes dos interesses da classe dominante agropecuária do período, em sua omissão de modernizar a agricultura do País.¹⁶¹

¹⁶⁰ FERREIRA, L. O. 1989, *Op. Cit.* 1989, p. 115.

¹⁶¹ MENDONÇA, Sônia Regina. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999, p. 30.

No Brasil, as escolas que tinham o objetivo de propor o ensino das práticas agrícolas eram subordinadas ao Ministério da Agricultura e ficavam sob a direção da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. De certo modo, isso limitou o conhecimento do mundo agrícola. Em Pernambuco os defensores das ciências agrárias não questionavam o fato de se atribuírem o papel como responsáveis pela condução econômica da região *como ao progresso e à modernização*. Percebiam-se como membros de uma elite patriarcal, tal como, proposta pelo positivismo.

Contudo, é importante notar que as mudanças ocorridas no Estado, na travessia do Império para a República foram necessárias para estabelecer, posteriormente, uma simbologia da consciência agrária de modernização. Constituindo-se um novo projeto de concepção moderna sobre a agricultura, principalmente, os representados pelos projetos educacionais. Dessa maneira, as aspirações para remodelar o perfil da agricultura local são compreensíveis. Contudo, não podemos esquecer que a construção de uma imagem por parte dos poderes envolvidos com a criação das Escolas Superiores de São Bento para reafirmar o poder da elite rural, por meio dos processos de apropriação da realidade eram ferramentas de um esquema de práticas e perfis modelados.

Logo, ensino agrícola, em especial o curso de agronomia implantado no Estado nas primeiras décadas do século XX, ganhou destaque na Primeira República, tendo como objetivo formar *intelectuais orgânicos* dos grupos agrários dominantes, empenhados na constituição de um discurso de cientificidade da sua atividade para garantir legitimidade e reconhecimento sócio-político, com essa perspectiva, implantarem uma agricultura moderna. Nesse sentido, revelou-se um novo tempo para a produção agrícola regional, de certo modo, houve iniciativas para desenvolvimento econômico via agricultura.

Para GRAMSCI¹⁶², cada grupo social tem papel decisivo na produção, engendra seus próprios intelectuais, ditos *orgânicos* a este mesmo grupo social. Assim, a elite agrária pernambucana, desenvolvida no seio do regionalismo, trazia consigo não apenas o coronel, mas também uma série de figuras intelectuais mais ou menos distantes dele: o jornalista, o administrador, o economista, o advogado, o organizador das mais distintas esferas do Estado. Tais intelectuais *seriam* responsáveis pela remodelação do Estado, eram sujeitos ligados a política e as famílias tradicionais da região, ocupavam altos cargos públicos que terminaram por moldar a sociedade local.

¹⁶² Sobre a problemática, conferir, GRAMSCI, Antônio. *Op. Cit.* 1979.

A Mensagem apresentada pelo desembargador e governador Sigismundo Antônio Gonçalves¹⁶³ demonstra a preocupação e ao mesmo tempo, o interesse desse grupo social pela problemática, assim relatou Sigismundo,

voltando a administração no dia 7 de abril de 1904, reencontrei o problema das usinas no pé em que havia deixado, sempre temeroso, reclamando solução, e ameaçando a ruína total das finanças estaduais. Considerando, em regra, perdido o avultado e louco empréstimo feito pelo Estado aos concessionários de usinas, e também estes grandemente sacrificados, ou mesmo em regra também perdidos pelos seus graves erros e desatinos, pareceu-me que devia, no meio dessa ruína geral, tentar alguma coisa tanto em benefício do Estado quando dos concessionários, procurando harmonizar e conciliar os respectivos interesses.¹⁶⁴

Certamente, as iniciativas do poder público representavam os interesses da elite agrária local e confirmaram o pensamento de (re)modelagem do espaço agrícola por múltiplos caminhos, entre os quais, o ensino superior agropecuário. Pensamos que rememorar essa história, a partir, das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, mais do que explicarmos os fatos e interpretá-los como sugere DURVAL MUNIZ. Devemos seguir suas linhas de constituição, o rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas são também elementos de sua tessitura.¹⁶⁵

Também, ORLANDI nos orienta quando falamos de história e de política, para a autora ao analisarmos os discursos não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos¹⁶⁶. A verdade é que os grupos econômicos da região, sempre contaram com o apoio financeiro oficial, representado pela garantia dos juros aos capitais empregados, porém, na maioria das vezes, por meio de subvenções a

¹⁶³ Político, jornalista e magistrado. Durante o regime republicano, foi nomeado ministro do Supremo tribunal de Justiça. Além, de chefe de polícia, deputado provincial, no período de 1868-1869, deputado federal de 1878-1881; e de fevereiro a setembro de 1885. Também, foi presidente da província de Pernambuco e, governador desse Estado, por duas vezes, quando esse se tornou unidade federativa, no período de 07 de abril de 1904 a 07 de abril de 1908.

¹⁶⁴ Mensagem 1907, p. 5. Apresentada pelo Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, ao Congresso Legislativo do Estado, no dia 06 de março de 1907, e lida por ocasião da instalação da quarta sessão ordinária da 6ª legislatura.

¹⁶⁵ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *Idem*. 2007, p. 153.

¹⁶⁶ ORLANDI, Eni P. **Maio de 68**: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 59. Também conferir ANDRADE, Manuel Correia de. *Op. Cit.* 1989.

serem pagas em prazo longo e com juros módicos, onde poucos honraram seus compromissos, nesse caso em especial, silenciar as evidências seria mais interessante.

Fizemos um levantamento cronológico de 1890 até 1910, desses grupos econômicos e constatamos que todos, sem exceção, estavam ligados por laços familiares à elite rural regional, bem como, ao poder público, dos quais,

Cel. Augusto Octaviano de Souza, João Lopes de Siqueira Santos, José M. A. Pontual e Filho, Dr. Pontual & Cia, Guimarães de Oliveira & Cia, Pessoa, Maranhão & Cia, José Queiroz, Agro Pecuária Jaime Beltrão Ltda, Roberto Lacerda Beltrão, Doroteu, Araújo & Cia, Moura, Doroteu & Araújo, Pedro Corrêa, João Carlos de Mendonça Vasconcelos, João Paulo Moreira Temporal, Alfredo Osório, Meira Lins, Estácio Coimbra, Jaime Coimbra, Mendes, Lima e Cia, Manoel de Brito, Othon Bezerra de Melo Mendes, Lima e Silva, A. F. da Costa Azevedo, Joaquim Bandeira, Arquimedes de Oliveira, Antônio Ferreira da C. Azevedo, Rui Carneiro da Cunha, Júlio Maranhão, Artur de Lima Cavalcanti, José Rufino Bezerra Cavalcanti, João Cardoso Ayres Filho, Armando Queiroz Monteiro, Juca Capituliano, João Wanderlei de Siqueira & Irmãos, Pompeu de Carvalho S. Brandão, Fernando Maranhão, Visconde de Gonçalves Pinto, Cel. José Ferraz Abreu, Pontual & Barros, herdeiros de Antônio Martins de Albuquerque, João Lira, Ignácio de Barros Barreto e herdeiros, Francisco Rego Barros de Lacerda e família, Grupo Brennand, José Ermírio de Morais e Antônio Correia de Araújo.¹⁶⁷

A partir da relação nominal compreendemos os motivos da preocupação se voltar mais para a indústria do que com a agrícola. Acreditamos, que esse fato somado a outros eventos que ocorreram no País, no período em tela, impulsionaram a tecnologia local por meio de dois caminhos o agrícola e o industrial. Mas para ambos, essa transformação foi muito lenta. Com relação à cultura da lavoura, essa era feita por lavradores que na maioria das vezes não dispunham de capital nem de conhecimentos para desenvolver pesquisas que melhorassem a produção. Nesse sentido, poucos foram os engenhos centrais e mesmo usinas que sobreviveram até a segunda metade do século XX.

Para melhor compreendermos as imbricações contidas nesse processo, dividimos em três períodos cronológicos o jogo das forças antagônicas da economia regional.

¹⁶⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *Ibid.*. p. 39-40-41-42-43-44-45-46.

I . De 1875 a 1890 nesse período foram implantados os engenhos centrais e as primeiras usinas, marcado por falências devido a falta de planejamento administrativo.

II . O período que se estende de 1890 a 1910, identificamos a falta de capital financeiro, comercial, bem como, a substituição deste pelo capital agrário e usinas montadas por líderes do setor açucareiro com o apoio financeiro dos governadores que iniciaram o período republicano.

III . Posteriormente de 1910 a 1933, período de consolidação do processo usineiro, proporcionado pela elevação do preço do açúcar no mercado internacional, observamos muitos conflitos entre usineiros e fornecedores de cana. Nesse momento o Estado racionou a política intervencionista, em seguida o Governo Federal criou o Instituto do Açúcar e do Alcool . IAA, o qual passou a fazer o controle da produção da cana, também nessa ocasião foi promulgada o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Com essa breve reflexão, procuramos de maneira sucinta trazer para a discussão dessa pesquisa os problemas que afligiram a agroindústria açucareira, como também, os meios encontrados para superá-la, a partir de mudanças ocorridas nos fatores: econômico, político e estruturais no Estado, por acreditarmos que a criação das Escolas Superiores de São Bento estava intimamente ligada a tal processo. Chegamos a essa conclusão a partir do momento que relacionamos a historiografia de época com nossas fontes. Logo, concluímos que ~~os~~ amigos do Mosteiro de Olinda-PE¹⁶⁸, tão referenciados pela Irmandade, eram políticos fortemente ligados a elite agrária da região.

Nesse contexto, os centros do saber agropecuário surgiram de forma intencional para atender não só a uma demanda da sociedade regional, mas também, do País, em outras palavras foram criados como resposta aos anseios republicanos e eclesiásticos, haja vista, que no tratamento do *corpus* documental deparamos com os alunos da região Norte, mais também, com docentes da região Sul. A análise nos permite deduzir que há silenciamentos na história oficial do objeto em análise, bem como, na historiografia de época local, quando essa atribui a iniciativa da criação das Escolas Superiores de São Bento exclusivamente aos beneditinos da cidade de Olinda, ou melhor, a Igreja Católica.

¹⁶⁸ **Ata 1906.** Arquivos do Mosteiro de São Bento em Olinda-PE.

Percebemos nesse evento, múltiplas redes de sociabilidades entre políticos republicanos e clérigos que resultou no surgimento do objeto em estudo.

Nesse contexto, percebemos as Escolas Superiores de São Bento como um bem cultural que viveu permanentemente em transformação e ao mesmo tempo se expandia em novos tecidos para atender a novas demandas em constante renovação. Assim, propomos mostrar como um bem coletivo pode sofrer permanentes injunções transformadoras, principalmente, no jogo antagônico do poder existente nas redes de sociabilidades. Aos sujeitos que circulam na UFRPE de hoje resta perceber o que ainda existe como testemunho das primeiras adaptações espaciais, dos primeiros critérios de instalação e de apropriação, para de alguma maneira, adequá-los a cultura construtiva das suas atividades cotidianas.

2.4 É Relações de sociabilidades entre: Igreja, Estado e amigos do Mosteiro de São Bento de Olinda

Este ordenamento confluía para os interesses do Estado e da Igreja. O primeiro necessitava daquele discurso catequético, enquanto o segundo tentava recuperar o poder perdido. Estavam abertos os canais para o pacto que seria realizado, entre ambas as instituições, nas primeiras décadas do século XX, em Pernambuco.¹⁶⁹

Assim propomos uma breve reflexão sobre as relações de sociabilidades estabelecidas entre a Igreja, o Estado e os amigos do Mosteiro de São Bento no período em tela, a qual fortalecerá a discussão, bem como, nossa compreensão sobre a criação das Escolas Superiores de São Bento. Para realização dessa proposta tomamos como fio condutor o cenário político por apresentar fatores relevantes capazes de proporcionarmos uma análise ampliada do contexto histórico-cultural. Nessa perspectiva esperamos situar de maneira mais compreensível nosso objeto de pesquisa.

Após ser instaurada, a República brasileira desdobrou-se num conjunto de medidas que serviam ao objetivo de garantir o estabelecimento de uma ordem no País e instruir a marca de novos tempos. Com essa perspectiva, os discursos produzidos e as

¹⁶⁹ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 76.

ações desenvolvidas visavam à construção de uma nação forte e civilizada. Assim, uma das formas de assegurar esses ideais foi a implantação de uma simbologia nacionalista, através da atuação de intelectuais na imprensa, que ansiavam por dar respostas às mudanças que vinham acontecendo no país desde a segunda metade do século dezenove. Segundo ALONSO ~~nesse~~ nesse período há um projeto de estado moderno liderado pelas elites político-culturais, que buscavam imprimir uma nova face à nação.¹⁷⁰

Porém, a passagem do Império para a República assistiu não só a mudança política, mas a uma revolução cultural que mudou a concepção dessa sociedade. É no contexto caracterizado por transformações nas práticas/hábitos cotidianos e inovações científico-tecnológicas, temáticas bastante discutidas na historiografia brasileira, que cidades como Recife e Olinda, seduzidas pelos ares da modernidade, adentram o século vinte. Nesse sentido, é importante compreendermos que o novo e o belo estavam fortemente vinculados ao mundo urbano, assim, recebidos com receio causaram reações diversas na população que vivenciou esse período. O discurso modernizador associado à idéia de progresso provocou um embate entre o tradicional e o moderno visivelmente percebido nas querelas políticas e no pensamento dos intelectuais.

Assim, vários segmentos da sociedade brasileira passaram por mudanças radicais, dentre os quais, a Igreja Católica. O decreto nº 119 A, de 7 de janeiro de 1890, determinou a separação total entre a Igreja e o Estado, extinguindo, no Artigo 4º, o Padroado. Regime que por meio de concessões e privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal, determinava que eles assumissem a tarefa de evangelização das novas terras conquistadas utilizando para esta finalidade os dízimos eclesiásticos cuja arrecadação ficava em seu poder.

O projeto constitucional, da época, apresentou uma série de artigos que foram inaceitáveis pela Igreja, como por exemplo, o ensino leigo nas escolas. Diante dessas circunstâncias a Igreja reclamou a posse de um patrimônio que lhe pertencia e convocou as elites católicas a reagir a toda uma rede de medidas oficiais que atingiam as tradições religiosas no país. Toda essa situação causou grandes preocupações à cúpula católica que não cessava de recorrer ao apoio dos fiéis, sobretudo, por meio de sermões. Para reforçar nossa reflexão buscamos trechos do discurso de D. Sebastião Leme na obra de Oscar Lustosa,

¹⁷⁰ ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise Brasil ó Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

a mudança rápida porque passam as instituições pátrias, e os decretos subsequentes de que tendes notícias, amados irmãos, criaram para a Igreja Católica no Brasil uma situação nova, e que exige novas medidas para sua permanência e prosperidade...¹⁷¹

A crescente laicização na política brasileira levou os pensadores da Igreja a dialogar e lutar por seus direitos até conseguirem do Governo uma proposta favorável para a realização de suas atividades pastorais. Apesar dos conflitos vividos entre Igreja e o Estado, nesse momento é importante ressaltar que diante das dificuldades e de acordo com as necessidades recíprocas, uma reaproximação dessas Instituições poderia ocorrer de forma a beneficiar seus interesses, por exemplo: a criação das Escolas Superiores de São Bento.

Para fundamentar a discussão historiográfica os estudos de ALMEIDA trazem importantes contribuições. Segundo a autora, diante das novas determinações do Estado %evidencia-se para a Igreja o momento de ação+¹⁷². Ao analisar documentos históricos expressivos do pensamento de setores privilegiados pelo Estado, a exemplo da Igreja, da Educação e da Imprensa, a historiadora desvenda as cortinas dos embustes sustentadas pelos %homens do poder+. Uma das contribuições deste trabalho de pesquisa está na articulação que a professora Maria das Graças Ataíde faz entre campos distintos: o religioso, o educacional e o político.

Diante da estabilidade da República, D. Pedro Roeser liderando um grupo de quinze monges reformadores, todos de identidade alemã e filhos de camponeses, com pouca ou nenhuma formação acadêmica, em dezembro de 1906 chega a Pernambuco. Posterior a esse momento é %nomeado Abade do Mosteiro da cidade de Olinda e da Paraíba, em 08 de junho de 1907, pelo Papa Pio X. A bênção abacial foi dada em novembro do mesmo ano pelas mãos do Exmo. e Revmo. Arquiabade Dom Geraldo Van Coelen+¹⁷³.

Documentos relatam, que no final do século XIX monges beneditinos, a maioria de origem germânica . da Congregação de Beuron, foram enviados para a cidade de Olinda na condição de %reformadores+por determinação do Papa Leão XIII. Lembramos

¹⁷¹ LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil - República: cem anos de compromisso** (1889-1989). São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 17 e 18.

¹⁷² ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. *Op. Cit.* 2001, p. 74.

¹⁷³ FOERSTER, P. J. Elias. **Dom Pedro Roeser O.S.B.:** patrono da cadeira nº 17 da Academia Pernambucana de Medicina Veterinária. Recife: Ed. Livro Rápido, 2008, p. 21.

que, a restauração das Abadias Beneditinas do Brasil foi desencadeada sob os auspícios da referida Congregação. De acordo com o livro do analista e cronista que identificamos nos arquivos do Mosteiro, a Irmandade religiosa em Pernambuco passava por situações delicadas, por consequência de medidas tomadas pelo poder central. Conforme registros documentais,

após um ano e ½ de isolamento, mercê de Deus, a 16 de dezembro de 1906, temos a infinita consolação de receber novos irmãos com o Revmo. D. Prior, D. Pedro Roeser, chegam os irmãos do côro: Fr. Plácido Guimarães de Oliveira, Fr. Tito Doberto, os irmãos leigos. Depois de abraçarmos cordialmente, saindo do fundo da nossa alma um sincero ôseja bem vindoö. Renderam graças, ao bom som, cantando o Te. Deum, seguindo-se-lhe a benção em Altíssimo Sacramento. Também uma grande comissão da Associação del. Francisco Xavier, possuída dos mesmos sentimentos, sai-lhes ao encontro para apresentar as suas respeitosas saudações e dar as boas vindas. As primeiras atenções dos recém-chegados foram dirigidas para a Igreja onde se fizeram trabalhos importantes de restauração sob a competente direção do habilíssimo pintor italiano, o Ilmo. Sñ José Rocca, mandado para aqui por ordem do Revmo. D. Abade-Bispo.¹⁷⁴

A chegada desses homens relacionada a forma como foram recebidos pela comunidade, nos leva a pensar que o clero e a elite católica local estavam reagindo a toda uma rede de medidas oficiais que atingiam as tradições religiosas no País. Convém enfatizar que a partir do tratamento documental, evocar a memória das Faculdades de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento possibilitou-nos transitar pela história de uma instituição educativa agrícola por via das representações criadas sobre os espaços escolares. Percebemos na escrita dos textos seus produtores e leitores. Quem falava, de onde falava e para quem se falava.

As burlas, presentes nas entrelinhas da documentação nos fazem perceber como se deram as estratégias nas relações de poder que construíram e envolveram o objeto em estudo. Segundo, a interpretação de FOUCAULT em cada sociedade a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um número de procedimentos¹⁷⁵. Seguindo esse viés teórico-metodológico, analisamos os textos da Ata 1906 nos Arquivos da Abadia Olindense, a qual faz referências as tensões

¹⁷⁴ **Livro do Analista e Cronista.** Abadia Olindense, 1907 ó 1916.

¹⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 1979 ó 2005.

vivenciadas entre a Igreja e o Estado.

Vislumbrando um novo olhar sobre essa Instituição de Ensino Agrário compreendemos que a relação de poder em torno de sua trajetória, não se passou nem ao nível de direito, nem de violência, mas, possuidor de uma eficácia produtiva, positiva. Apesar dos conflitos vividos pela Ordem Religiosa, conforme relatos do cronista datados nas primeiras décadas do Brasil República,

após um ano e meio de isolamento, um grupo de monges entre eles o Revmo. Prior, D. Pedro Roeser, chegam em terras Olindenses. As primeiras atenções dos recém-chegados foram dirigidas para a Igreja onde se fizeram trabalhos importantes de restauração sob a direção do pintor italiano José Rocca, enviado por D. abade ó Bispo.¹⁷⁶

Para compreendermos a posição da irmandade religiosa e sua formação simbólica no imaginário da sociedade pernambucana buscamos CHARTIER¹⁷⁷. Segundo o autor, entendemos que mais do que o conceito de mentalidade ela articulou modalidades da relação com o mundo social, das quais o trabalho da classificação e da delimitação que produziram as múltiplas configurações intelectuais por meio de realidades contraditoriamente construídas, por diferentes grupos. Práticas que visavam reconhecer uma identidade social, assim, esses personagens exibiram uma maneira própria de estar no mundo, significando simbolicamente um estatuto e uma posição. Maneiras institucionalizadas e objetivas de marcar e perpetuada à existência do grupo, da comunidade.

Assim, essa relação simbólica reforçou os ideais republicanos e eclesiásticos que remontaram um discurso já dito. Para essa interpretação utilizamos a concepção de ORLANDI¹⁷⁸, para quem o sujeito social não é fragmentado, uno, embora tenha a ilusão que seja. Ao falar e/ou enunciar seu discurso, ele sempre está se remetendo a outros discursos, nesse sentido, não há discurso destituído de ideologia que não tenha ou apresente a inscrição de outros, visto que todos eles nascem e apontam na perspectiva de suas relações com outros discursos.

Dessa forma, percebemos os discursos político da intelectualidade como uma

¹⁷⁶ **Ata 1906**. Arquivos do Mosteiro de São Bento em Olinda-PE.

¹⁷⁷ CHARTIER, R. *Idem*. p. 21.

¹⁷⁸ ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

prática imbricada de interesses e iniciativas voltados para (re)significar a agricultura local, dos quais, perspectivas de criar estabelecimentos educativos direcionados para formação agropecuária de jovens pernambucanos e de outras localidades do País. De acordo com BARROS,

no governo de Alexandre José Barbosa Lima, instalou-se, na Usina Frei Caneca, um grupo pioneiro para o estudo da cana-de-açúcar. Apesar da importância das pesquisas para a região, o Centro de Estudos não recebeu o incentivo necessário para o seu efetivo funcionamento. A segunda tentativa governamental aconteceu na administração de Herculano Bandeira: a instalação da Escola Média de Agricultura, vinculada à Escola de Engenharia de Pernambuco e denominava-se Escola de Agronomia de Socorro, localizada no município de Jaboatão dos Guararapes ó PE, por fim o autor conclui que, ãs somente em 1912, surgiu definitivamente, a primeira Escola de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, em Olinda, por iniciativa do beneditino D. Pedro Roeser.¹⁷⁹

Porém, o projeto das Escolas Superiores de São Bento apresentado pelos beneditinos às autoridades constituídas da região, apenas consolidou-se em 1911, sob a influência do estadista João Alfredo Correia, de acordo com a carta resposta enviada a D. Pedro Roeser, esse personagem relatava,

compraz-me do bom ensejo de abrir relações com V. Exc. Revma. e com sua obsequiosa carta excessivamente me pago do pequeno serviço que fiz a pedido do meu filho, aliás obrigação de Pernambuco que, aplaudindo as intenções de V. Exc. Revma. para que elas se realizem. [as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento de Olinda] declaro-me pronto para o que V. Exc. Revma. Mandar, e sinto verdadeira satisfação em subscrever-me de V. Exc. Revma. humilde e obediente servoö.¹⁸⁰

Observamos que ambos os poderes lutavam pela preeminência sobre os assuntos educacionais, para isso, em certos momentos afirmavam nas entrelinhas de seus discursos que a Igreja não tinha problemas a resolver com o Estado e vice-versa. Porém, identificamos que os religiosos não eram bastante conhecedores das questões

¹⁷⁹ BARROS, Souza. *Op. Cit.* p. 200.

¹⁸⁰ **Primeiro Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária:** 1ª Parte. Crônica escrita pelo Padre Jonas Taurino de Andrade, Presbítero Secular. Olinda: Arquivo do Mosteiro de São Bento. 1916, p. 6 e 7. O filho, ao qual, o estadista se referia era Pedro Correia de Oliveira, no período mediador entre a Igreja e o Estado para a realização do projeto da ãnova escolaö. Enfatizamos que todos esses personagens eram tidos como filhos e amigos do mosteiro, segundo o referido Relatório.

brasileiras, sobretudo do ramo da agricultura local, haja vista, que praticamente toda a Irmandade, como já referenciamos, era de identidade alemã. Assim, buscaram resolver a problemática de maneira política e estratégica. Segundo o cronista,

reuniram em torno de um almoço íntimo no Refeitório do Mosteiro de São Bento pessoas de reconhecida competência sobre o assunto. Compareceu o Dr. Fábio da Silveira Barros, Inspetor da Agricultura; Dr. Pedro Correia de Oliveira e Dr. Manoel Paulino Cavalcanti, nesse tempo diretor da Escola de Agronomia de Jabotão; Dr. João Ignácio Cabral de Vasconcelos, Procurador do Mosteiro de S. Bento; Coronel José Maria Carneiro da Cunha, representante do Sindicato Agrícola; e Coronel Antônio Pereira da Silva Lima.¹⁸¹

De acordo com a relação nominal dos personagens até aqui citados, entendemos o curto período de espera, que houve para as Faculdades de São Bento iniciarem suas atividades escolares: do lançamento da pedra fundamental em 1912 até o dia 1º de fevereiro de 1914, data da Primeira Aula Inaugural. Assim, de maneira estratégica os sujeitos foram se envolvendo na problemática e gradativamente o Estado e a Igreja laçaram suas redes, suas teias, de forma a suprirem seus anseios. Nesse sentido, consideramos a possibilidade dos beneditinos colocarem em prática um projeto arrojado como esse, num espaço cronologicamente curto. Para essa análise levamos em consideração os conflitos existentes, entre os poderes instituídos. As biografias coletivas analisadas registram esses homens como filhos da elite rural, possuidores de engenhos centrais e usinas, ocupando altos cargos públicos e liderando grupos açucareiros da região, como podemos perceber, houve uma relação de poder em torno da criação do objeto em análise.

2.5 Um mergulho na memória: o nascer das Faculdades Agropecuárias

Partindo da compreensão que quando evocamos a memória o que surge não é o passado, mas, a forma como é vivido no momento em que a memória é enunciada. Sendo assim, não podemos esquecer que os beneditinos durante séculos tiveram a missão de conservar e transmitir a herança cultural greco-romana ao cultivo de imensas

¹⁸¹ *Idem.* 1916, p. 6.

propriedades territoriais, embora tivessem vocação de claustro, foram grandes educadores. Na verdade seu grande mérito foi o de não ter sua própria doutrina e ensinar. Desse modo, à riqueza espiritual e intelectual somavam-se aos bens materiais advindos da exploração da terra e da criação de animais. Logo, a memória desses personagens inscrita na vida e no tempo, expressa desejos, intenções, projetos e conceitos que trazem a marca do tempo em que à lembrança é lembrada.

Com essa breve reflexão propomos reconhecer o legado patrimonial da UFRPE iniciado em 1912, sob a administração da referida Irmandade Religiosa, principalmente, a iniciativa e a experiência dos clérigos. Nessa perspectiva, os estudos de HENZ reforçam a opção pela metodologia das prosopografias, uma vez que elas,

ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos que caracterizam as trajetórias sociais dos indivíduos. Enfim, conhecer as estratégias empregadas pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente.¹⁸²

Pensamos que tal experiência levou a tomada de consciência dos clérigos com relação à falta de especialistas para capacitar os mestres, instalar laboratórios e futuras dependências das Faculdades Agropecuárias. Diante dessas dificuldades a Ordem Beneditina consultou revistas, jornais, escolas e setores agrícolas da Europa com perspectivas de contratar professores habilitados. Assim,

aos 03 de março (1913), trouxe o paguete allemão ãAachenö o Iñr. Dr. João Nikolaus, ex-professor da escola agrícola de Czerno Vistz, sua cidade natl e ex-addito do Ministério da Agricultura na Bukoxvina-Austría. Convidou a este ilustre facultativo, nosso Revmo. Iñr Dom Abade vir ao Brasil com a seguinte tarefa: de ensinar Theoria e praticamente toda a sciencia agrícola aos monges da nossa Abbadia Olindense, sendo o prazo fixado para tal empreza de dois annos. Começaram as aulas na respectiva sciencia logo na manhã seguinte, visto ter-se provido já de atenção na Europa o dito lente dos necessários manuais de ensino.¹⁸³

A busca por especialistas em áreas específicas do conhecimento confirma a nossa perspectiva de análise. Nada poderia sair errado, afinal o projeto foi gestado pelas

¹⁸² HEINZ, Flávio M. *Op. Cit.* 2006, p. 09.

¹⁸³ **Livro nº 223.** Analista e Cronista do Mosteiro de São Bento de Olinda, 1907/1916, p. 117.

autoridades eclesiástico/reformadoras antes mesmo dos religiosos chegarem à cidade de Olinda, em 1906. Contudo, fazemos uma ressalva a persistência e a determinação desses religiosos, visto que enfrentaram momentos difíceis, não apenas no período que antecedeu a fundação das Escolas, mas, durante a trajetória desse processo.

Um fato interessante que identificamos, está relacionado a uma viagem, realizada pelos beneditinos para a Europa, mais precisamente à Alemanha¹⁸⁴. Levaram consigo a expectativa de atrair incentivos financeiros para a realização dos projetos reformadores, dos quais, as Escolas Superiores, essas seriam instituições congêneres¹⁸⁵. A proposta educacional era estimular nos jovens pernambucanos o gosto pelas atividades agropastoris, dessa forma, favoreceria a economia regional, atendia aos anseios republicanos e daria visibilidade ao Mosteiro, sendo esse último, o fator primordial. Não podemos esquecer que a restauração dos mosteiros do Brasil, foi desencadeada sob os auspícios da Congregação Beneditina de Beuron, na Alemanha, na qual os beneditinos de Olinda congregavam.

Contudo, é impossível a recuperação em sua totalidade, o pouco que temos preservado deve-se a ações isoladas de homens e mulheres que, de uma forma ou de outra, preocuparam-se com a salvaguarda dessa memória coletiva. Assim, efetivamente registramos três momentos distintos na realização do projeto: no primeiro, o lançaram a Pedra Fundamental, no segundo o início e a projeção das Escolas, a escolha do local, a definição da arquitetura, bem como, a divisão dos espaços institucionais, a compra da madeira, a construção da olaria e serralharia, as quais aceleraram o processo de construção. Logo, concluíram-se as primeiras realizações salas de aulas, laboratórios, biblioteca, compra de livros e reagentes químicos, por fim, a terceira etapa, o início da trajetória acadêmica.

Concomitantemente a esses momentos constatamos o início do primeiro curso preparatório, no qual se matriculou setenta e um alunos, os quais, futuros engenheiros agrônomos e médicos veterinários. Após longas sabatinas e testes escritos, sob a orientação de oito professores, conforme descrevemos no quadro a seguir,

¹⁸⁴ Pensamos que esse fato, deve-se a identidade dos monges, haja vista, que a maioria dos religiosos era de origem germânica, da Congregação de Beuron. Os quais foram enviados para a cidade de Olinda-PE, na condição de reformadores, por determinação do Papa Leão XIII.

¹⁸⁵ Eram escolas independentes, com o mesmo modelo pedagógico, instituições privadas e gratuitas. A partir do Decreto nº 4195 de 29 de janeiro de 1920, foram equiparadas as escolas oficiais e, subvencionadas pelo Governo Federal. Conferir **Plaquete Comemorativa da Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária/URP, 1962.

**ESCOLAS SUPERIORES DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA
DE SÃO BENTO DE OLINDA**

Professores do I Curso Preparatório	Disciplinas lecionadas
Padre Jonas Taurino de Andrade	Português
Dr. Eduardo Corrêa da Silva	História e geografia
D. Plácido de Oliveira	Inglês
D. Tito Dobbert	Alemão
D. Bento Pickel	Francês e História
D. João Kehrlé	Ciências matemáticas
D. Pedro Bezerra de Mello	Geografia
D. Gabriel de Vasconcelos Beltrão	Francês

Quadro 01 - Fonte: Relatório anual das Escolas Superiores de São Bento. Olinda: Mosteiro de São Bento, 1913-1922.

Nesse período, sob os aspectos políticos, Pernambuco enfrentava sérios conflitos desencadeando crises partidárias entre rosistas e dandistas¹⁸⁶. Esclarecemos que a temática não é o foco dessa pesquisa, mas, pensamos ser interessante evocar esse fato, mesmo que forma sucinta, porque analisamos uma instituição de ensino superior que surgiu mediante essas imbricações. Obviamente, deduzimos que a criação das Escolas Superiores de São Bento foi de grande interesse, não só para o Estado pernambucano, mas também, para os poderes constituídos no país. Haja vista, que os Centros Agrários, em análise, impulsionaram a agricultura e a pecuária local e em outras regiões do Brasil.

De acordo com o Sr. Dionysio Meill, em discurso proferido ao término de uma conferência,

o Sr. D. Abade presta com a função destas Escolas, um serviço imenso a nossa Pátria! E vos todos que dedicais o vosso tempo a estes estudos,

¹⁸⁶ Compreendemos que toda ação social, política ou econômica de ruptura da ordem institucional afigure-se, pelo sinal de mudança, algo que vem complementar e contemporizar uma nova conduta existencial nas relações dos grupos ou das pessoas envolvidas no acontecimento registrado pela história. Assim, no primeiro decênio do século XX, em Pernambuco ocorreu uma grande insurgência popular alimentada pela vontade de radical de mudança entre dandistas, seguidores do partido liderado pelo general Dantas Barreto; e rosistas, seguidores do partido liderado pelo conselheiro Rosa e Silva. Havia assim, dois pólos, sociais e políticos envolvidos na luta, um com perfil oligárquico, outro com perfil oposicionista. Indicamos para leitura, conferir ANJOS, João Alfredo dos. **A Revolução Pernambucana de 1911**: movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva. Recife: Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2009.

fazeis o mesmo. São essas ciências que contribuem para o bem estar da humanidade, sem as quais não há progresso. Finalmente, congratulo-me com esta Irmandade Religiosa, pela fundação dessas Escolas, o que significa um grande progresso; e com os senhores lentes, pelos esforços feitos em bem da nossa querida pátria.¹⁸⁷

Nesse período constatamos a criação de vários postos de fomento agropecuário no País, com perspectivas de transformar as práticas cultivares, entre os quais destacamos: o Instituto Agrônomo do Rio de Janeiro, de Viçosa, Minas Gerais, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco. Nesse sentido, a produção humana em seu conjunto, a cultura, passa a ser objeto de preservação, uma vez que contribui, para a construção de sua identidade e o exercício da cidadania. Assim, reafirmamos que as Escolas Superiores de São Bento estavam relacionadas à rede de transformações que envolvia as cidades.

Logo, as representações presentes nesse evento, em virtude das circunstâncias, passam a ser importantes para determinados grupos sociais. Esse processo ultrapassou o significado de si mesmo e ganhou uma significação social, de patrimônio. Ao mesmo tempo serve como elo entre o presente e passado dando sentido de continuidade.

Contudo, as orientações de JUSTINO MAGALHÃES, nos ensinam que quando uma análise se volta para uma instituição devemos refletir sobre,

um processo investigativo de complexificação e integração, compreendendo e explicando a evolução institucional no quadro da realidade histórica sociocultural envolvente e escrevendo-a no plano sistemático, mas deve, sobretudo, apresentar de forma inteligível a história de uma realidade institucional na sua identidade e na sua evolução.¹⁸⁸

Nessa perspectiva, é importante percebermos o ensino agropecuário pernambucano, de maneira frágil, sendo necessário o estabelecimento de medidas criteriosamente pensadas para a realização do mais simples projeto. Deduzimos que essa estrutura educacional se configurou após um período intenso de atuação dos

¹⁸⁷ MAILL, Dionysio. Docente da Faculdade de Veterinária de São Bento. Na ocasião lecionou as seguintes disciplinas: Farmacologia, Farmacognose; e Terapêutica. Primeiro Relatório da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. *Op. Cit.* 1916, p. 16.

¹⁸⁸ MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004, p. 142.

poderes constituídos. Com relação às Faculdades de São Bento, a contribuição que fundamentou o seu projeto pedagógico veio do modelo curricular adotado das congêneres alemãs somados aos ideais positivistas, os quais complementaram, também, as perspectivas do MAIC. Nesse contexto, vivenciaram uma proposta ampla que favoreceu, sobretudo, aos filhos da oligarquia rural uma formação agrícola com embasamento teórico e prático, priorizando o atendimento a jovens com idade entre 14 e 18 anos.

Destinada para esse público, com uma estrutura, de certa forma grandiosa, para a época, as Escolas Superiores de São Bento iniciaram sua trajetória acadêmica, em 1º de fevereiro de 1914, com uma solenidade de abertura registrada em todos os veículos de comunicação dos quais dispunha o Estado, porém, nos deteremos à publicação do Jornal Diário de Pernambuco. Segundo o exemplar do dia 02 de fevereiro de 1914,

no 1º de fevereiro de 1914, em Olinda, às 13h, no prédio destinado a Escola Agrícola e Veterinária, inaugurou-se a tal Escola. E pelo Arcebispo da Arquidiocese de Olinda, D. Luiz Raymundo da Silva Brito, foi declarada inaugurada a Escola Agrícola e veterinária do mosteiro de São Bento de Olinda. Onde em discurso importante enaltecendo o grande melhoramento e esforços empregados pelos beneditinos e mostrando as vantagens que advirão para o Estado a criação deste proveitoso estabelecimento. Em seguida falou D. Abbade Pedro Roeser, fundador e I Diretor desta Escola, declarou os serviços que pretendiam prestar a Escola e à comunidade beneditina ao Estado de Pernambuco, a mocidade e a lavoura, ao mesmo tempo lembrando a recepção de uma carta do eminente conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na qual animava a comunidade beneditina a fundar o estabelecimento agora instalado, concluiu agradecendo o comparecimento do Arcebispo Metropolitano, do governador do Estado, Secretário Geral do Estado, Presidente do Senado: Senador Pedro Corrêa, Juiz de Direito de Olinda e outras pessoas presentes.¹⁸⁹

A partir desse documento/monumento, reafirmamos que é preciso mencionar a dimensão do objeto no imaginário social, suas múltiplas representações e interpretações, a partir das percepções e concepções do público docente. Esse era oriundo de regiões pernambucanas, sobretudo da Mata Úmida, porém, para nossa surpresa, nos registros do movimento escolar¹⁹⁰ encontramos relatos sobre jovens de

¹⁸⁹ Livro de Ata nº 250:1914 ó 1932. As páginas do referido livro não estão numeradas.

¹⁹⁰ Segundo Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: Movimento Escolar. Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. Recife: Oficinas Graphics da Agência Jornalística de José Agostino Bezerra. 1916, p. 05.

outros estados brasileiros que realizaram sua formação acadêmica nas Escolas Superiores de São Bento, dos quais, representantes dos Estados do Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa relação de sociabilidades, além de trocas e apropriações de valores, havia uma rivalidade que unia o alunado no campo do trabalho, a qual percebemos como algo benéfico, porque proporcionou um devido respeito aos cursos ofertados pelas Faculdades de São Bento.

A exigência das Escolas com relação a seleção dos jovens que desejavam ingressar nessas Instituições, era fruto do discurso positivista da época e o rigor dos clérigos/administradores, preocupados com o ensino e a formação profissional de sujeitos destinados a (re)significar o setor econômico a partir da sua atuação em campos específicos. Dessa forma, uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos era o exame de admissão. Considerado pelos concorrentes uma avaliação difícil, haja vista, que o teste exigia conhecimento sobre diversas áreas do saber, conforme apresentamos no quadro 01. Ao final do curso, o alunado era submetido a um teste de sondagem. Assim, por meio dos seguintes conceitos %aprovado com distinção, plenamente e/ou simplesmente+ sabia-se se o jovem estava apto ou não para ingressar nas Faculdades, o sujeito que recebesse o conceito simplesmente permaneceria por mais um ano no curso preparatório.

Observamos que um número significativo de alunos matriculavam-se nos %a cursos preparatórios¹⁹¹ os quais eram ministrados, no primeiro momento, pelos mestres, posteriormente por alunos das próprias Escolas. A historiografia local, ao relatar esse evento passa-nos a idéia que houve apenas um período para a realização do curso, em 1913. Ao discorrermos sobre a documentação, identificamos que durante toda a trajetória das Escolas Superiores de São Bento essa prática fez parte de seu projeto pedagógico, como uma espécie de pré-vestibular.

Dessa forma, as Instituições concentraram um número considerável de discente, embora o interesse pelas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia permanecesse em voga. Para as primeiras turmas dos Cursos de Agricultura e Medicina Veterinária em 1014, dos setenta e um alunos sabatinados foram aprovados vinte e quatro concorrentes, sendo treze do Curso de Agricultura e onze, do Curso de Medicina

¹⁹¹ Conferir. **Livro de Relatórios das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1913-1922.** Ao Snr. D. Abbade: homenagem do C. A. M. V. S. B. Arquivo do Mosteiro de São Bento. Olinda: 1922.

Veterinária. Nos anos seguintes, estatisticamente houve um pequeno aumento no número de jovens matriculados. De acordo com o quadro a seguir.

ESCOLAS SUPERIORES DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA DE SÃO BENTO DE SÃO BENTO DE OLINDA					
	Ano	Nº de alunos matriculados		Ano	Nº de alunos matriculados
	Curso de Agricultura	1914		13	Curso de Medicina Veterinária
1915			1915		
1916		24	1916	19	
1917			1917		
1918		10	1918		
1919		11	1919	10	
1920		23	1920	14	
1921		15	1921	07	
1922		16	1922	06	

Quadro 02 - Fonte: Relatório anual das Escolas Superiores de São Bento. Olinda: Mosteiro de São Bento, 1913-1922.¹⁹²

Com base na orientação do currículo das Faculdades de São Bento, identificamos que eram ministradas disciplinas de cultura geral e cultura técnica como nos indica o quadro a seguir,

Curso de Agricultura	Curso de Medicina Veterinária
Disciplinas	Disciplinas
Botânica	Farmacologia
Entomologia	Farmacognose
Anatomia e Fisiologia das Plantas	Terapêutica
Ciências Naturais	Anatomia
Mecânica Agrícola	Patologia
Zoologia	Bacteriologia

¹⁹² Com relação às lacunas referentes às matriculas do Curso de Agricultura: anos 1915 e 1917; e do Curso de Medicina Veterinária, referentes aos anos: 1915/1917 e 1918. Informamos que não identificamos nas fontes.

Anatomia	Zoologia
Meteorologia	Histologia
Climatologia	Cirurgia Clínica
Agricultura Geral	Parasitologia
Agricultura Especial	Anatomia Fisiológica dos cascos e patas
Pomicultura	Embriologia
Horticultura	Higiene Geral
Silvicultura	Epidemiologia
Agrimensura	Soroterapêutica
Química Orgânica	Botânica
Química Inorgânica	Doutrina sobre criação de animais domésticos
Química Analítica	Zootecnia
Física	Peste
	Polícia Veterinária
	Fiscalização Sanitária das carnes e matadouros
	Medicina legal veterinária

Quadro 03 - Fonte: Relatório anual das Escolas Superiores de São Bento. Olinda: Mosteiro de São Bento, 1913-1922.

Com relação ao Curso de Agricultura as aulas e a carga horária eram distribuídas da seguinte forma:

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E ZOOTECNIA DE SÃO BENTO
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AGRICULTURA

Matérias do Curso 1º ano		Química Inorgânica	Química Analítica	Botânica Agrícola	Zoologia e Entomologia	Agrologia	Mineral. Agrícola	Climatologia e Meteorologia
	Número de aulas	Teóricas	30	15	55		31	32
	Práticas	18	50	41		15	27	30
Matérias do Curso 2º ano		Química Orgânica	Análises Agrícolas	Anatomia e Fisiol. Vegetal	Anatomia e Fisiol. dos Animais	Agricultura Geral	Mecânica Agrícola	Agricultura
	Número de aulas	Teóricas	34	20	40	34	45	44
	Práticas	15	84	21	46	60	34	59
Matérias do Curso 3º ano		Química Orgânica	Indústrias Agrícolas	Pomologia e Horticultura	Zootecnia	Agricultura Especial	Fitopatologia	Contabilidade e Economia
	Número de aulas	Teóricas	40	34	27	31	51	33
	Práticas	25	12	88	47	72	18	28

A partir das especificações do programa curricular de cada curso, compreendemos o porquê das referidas Escolas funcionarem em regime de internato e semi-internato. Alunos de regiões distantes permaneciam no espaço escolar desenvolvendo projetos e atividades agrícolas integralmente, fato que caracterizou uma ruptura com seio familiar, nem sempre tranquila. Os discentes de localidades próximas eram liberados nos finais de semana, porém, no ato da matrícula esses apresentavam uma declaração registrada em cartório, afirmando que o jovem tinha um responsável, principalmente, nas respectivas cidades: Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes. Quanto ao Curso de Medicina Veterinária, não encontramos indícios no *corpus* documental da matriz curricular com a distribuição das aulas e da carga horária.

Essa política educacional justificava a saída do aluno das Escolas e atenuava a responsabilidade das Instituições sobre o adolescente. Percebemos nessa prática escolar uma estratégia para conter gastos, uma vez, que as Faculdades, mesmo com perfil de instituição de ensino público, eram privadas. Dessa forma, sobreviviam de doações feitas pelos amigos do mosteiro e trabalhos realizados pelos acadêmicos, dos quais, consultas e prestação de serviços a sociedade.

Nesse sentido, a representação que envolveu o ensino agrícola no Estado consolidou o estereótipo de ser uma educação voltada para personagens de baixo poder aquisitivo, porém, quando analisamos as biografias coletivas identificamos um contra ponto nessa perspectiva, eram os filhos da elite rural que formavam o corpo discente das Faculdades São Bento. Com o passar do tempo esses sujeitos configuraram um perfil social para aquele modelo escolar destinado a um público específico da sociedade regional.

Para reforçar nossa discussão, é interessante discorrermos sobre a relação nominal dos formandos da primeira turma de ambos os cursos, também iremos perceber, que esses acadêmicos atuaram não só como professores das referidas Escolas, mas, em escolas agrícolas do interior regional, entre as quais, as Escolas Agrícolas das cidades de Escada e Jaboatão dos Guararapes. Observemos o quadro a seguir,

ESCOLAS SUPERIORES DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA DE SÃO BENTO DE SÃO BENTO DE OLINDA	
Formandos da Primeira Turma do Curso de Agricultura -1917	Formandos da Primeira Turma do Curso de Medicina Veterinária 1917
Engenheiros Agrônomos	Dionysio Meili
Felipe Carneiro Vieira da Cunha	Francisco Xavier Pedrosa
Gabriel Castelo Branco	Armando Pontes Maia e Silva
Octavio Cabral de Vasconcelos	Manoel de Barros Bezerra
Renato Elycio de Gusmão Neves	Benjamin Cavalcanti de Mello
Ulisses Cavalcanti de Mello	Arthur Lopes Pereira
Manuel Carneiro Leão	Álvaro de F. Salles
Agrônomos	Guilherme Carvalho
Armando Bandeira de Mello	Antônio A. Brandão

Fernando da Rocha Cardoso	Anat6lio Djalma Caldas
Jo6o Gonalves Carneiro	
Carlos Bastos Tigre	
Salvador Nigro	

Quadro 04 - Fonte: Relatório anual das Escolas Superiores de S6o Bento. Olinda: Mosteiro de S6o Bento, 1913-1922, p. 17-18-25-26.

Mesmo com o quadro de alunos aparentemente baixo, esses Institutos Agropecu6rios tiveram uma relev6ncia social vis6vel, principalmente, quando relacionamos a educa6o formal ministrada por esses Centros ao contexto hist6rico do per6odo. Lembramos que nem todos os discentes tinham experi6ncias com o campo, entretanto, as Faculdades responderam de forma positiva as expectativas dos poderes instituidos, por meio da atua6o profissional, 6tica e moral de professores, alunos e funcion6rios.

Contudo, identificamos nas entrelinhas desse processo, fatores que dificultavam a adapta6o dos acad6micos a Institui6o. Em alguns casos, consideramos a idade dos alunos, em outros, o afastamento do seio familiar, mas, sobretudo, a educa6o dom6stica dos jovens 6 um fator a ser analisado. O cronista do Mosteiro, em suas cr6nicas, deixou nas lacunas dessa hist6ria transparecer alguns conflitos enfrentados no cotidiano escolar pelos administradores. Dos quais,

urge pois, que as Escolas lhes proporcione (aos alunos), certos atrativos e divers6es que satisfaam suas aspira6es juvenis. Que tenham permiss6o para sair das Escolas nos dias feriados, naturalmente com o compromisso de voltar 6 hora regulamentar do comeo dos trabalhos. 6 de grande import6ncia que haja entre eles uma sociabilidade em cujas reuni6es os professores realizem confer6ncias que interessem aos alunos e estes apresentem trabalhos concernentes 6 agropecu6ria ou de car6ter liter6rio. O que gera um esp6rito de iniciativa; faz um contrapeso 6 saudades da cidade, t6o prejudiciais 6 mocidade estudiosa, especialmente 6 agr6cola, fazendo brotar amor as Escolas e vida rural...¹⁹³

Assim, estudar e conviver nesses espaos representou diversos significados para aqueles jovens que nem sempre foram definidos de maneiras espec6ficas na historiografia regional. Nesse sentido, esses personagens constitu6ram espaos de

¹⁹³ Quinto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterin6ria de S6o Bento: 1919. *Op. Cit.* 1913-1922, p. 38.

conflitos e de interação partilhando, pois, dessa capacidade mágica do imaginário de fazer o mundo existir dessa ou daquela maneira, dando existência à coisa nomeada e admirada. Segundo PESAVENTO ¹⁹⁴ sendo um universo paralelo de sinais, o imaginário, como uma constelação de representações, tem a propriedade também de se substituir ao mundo real, pois as pessoas fazem dele e nele a sua capacidade.

Nessa perspectiva, pensamos a realidade das Escolas Superiores de São Bento como um universo a ser desvendado, sendo compreensível para os personagens que interagiram cotidianamente no mesmo espaço. Nessa discussão a proposta da cultura escolar aproxima-se da interpretação de CERTEAU,

como práticas das pessoas comuns, as maneiras de fazer que majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de resistência ou da inércia em relação ao desenvolvimento da produção sociocultural; uma ciência prática do singular que faz dos espaços público e privado um lugar de vida possível.¹⁹⁵

Assim percebemos alunos, professores e funcionários, como pessoas comuns que representaram uma possível condição de exercer a construção do *lócus*, onde se travaram, por resistência ou não, suas posições. Dessa forma, teceram cultura e construíram valores, comportamentos e significados de uma época vivida. Nessa perspectiva, a cultura tem representações e expectativas discrepantes e ao mesmo tempo, convergentes, na qual um grupo compartilhou e construiu socialmente sua história.

Logo, uma nova leitura sobre a trajetória das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, foi percebida, quando nos debruçamos sobre o *corpus* documental nos desvão dos arquivos, o qual possibilitou certa intimidade com o cotidiano escolar quando transitamos entre aulas, festas, negociações, acordos, enfim, práticas e representações de uma instituição educativa agropecuária, nas primeiras décadas do século XX. Para construir a nossa proposta de análise recorreremos a fragmentos de memórias, sobretudo, das biografias coletivas de alunos, de professores, de funcionários e dos amigos do Mosteiro, sob as orientações teórico-metodológicas oferecidas pela análise do discurso e pela História Cultural.

¹⁹⁴ PESAVENTO, S. J. **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 209.

¹⁹⁵ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: PAPIRUS, 1995, p. 02.

CAPÍTULO III

Entrecruzando as linhas da história: evocamos a saga da laicização da Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento (1936)

A memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.¹⁹⁶

3.1 . Como espelhos práticas escolares: refletem estratégias e acordos de tempos vividos

Nesse capítulo, o objeto de pesquisa apresenta-se no sentido de revisitar o interior escolar adentrando os espaços vividos, as experiências, a afirmação de valores, os acordos, as táticas e burlas na busca de uma configuração da memória coletiva. Com essa perspectiva, harmonizamos-nos com a interpretação de CHARTIER, de que, a história, tal como a entendemos tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.¹⁹⁷

Nesse sentido, temos a mesma percepção sobre a trajetória de uma instituição escolar, a qual se delinea a partir do conhecimento de seu universo. Por esse viés, seguimos para construir a História que vislumbramos entrecruzando documentos/monumentos fios de memória que deram forma a esse trabalho dissertativo. Entre tantos acontecimentos, com os quais nos deparamos, lembramos dois momentos que consideramos relevantes para realização da proposta de análise: a trajetória das Faculdades, após a instalação e os possíveis fatos que levaram a negociação entre a Igreja e o Estado resultando na laicização e na transferência da Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento para o Bairro de Dois Irmãos, na cidade do Recife, sob a administração exclusiva do Estado.

Nessa perspectiva, compreendemos que o ofício do historiador está intimamente ligado ao processo de construção, de constituição de uma realidade observável. De acordo com as orientações de PESAVENTO,

¹⁹⁶ Conferir LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* 1996

¹⁹⁷ CHARTIER, Roger. *Idem.* p. 17.

escrever a história ou construir um discurso sobre o passado é sempre ir ao encontro das questões de uma época. A história se faz como resposta às perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado.¹⁹⁸

Por esse caminho, daremos continuidade às histórias das Faculdades de São Bento com ênfase para a Escola Superior de Agricultura, a qual iniciou suas atividades acadêmicas com treze alunos matriculados, conforme evocamos no capítulo anterior. As imbricações contidas nesse fato nos permitem falar de uma memória coletiva que ao se construir estabeleceu um sentimento de pertencimento entre os personagens que conviveram no mesmo espaço, de modo a perceber como alunos, professores e funcionários buscaram arquitetar os quadros de memória no ambiente em que estavam inseridos.

Assim, no bonde da memória coletiva vivenciamos as práticas cotidianas: a oração matutina na capela do Mosteiro, também as missas aos domingos, o café regional típico de fazenda, com leite, cuscuz, pão, queijo, batata doce, macaxeira, carne de sol, mel, frutas, tudo produzido na Escola. O labutar no arado, na casa de máquinas, no estábulo, na pocilga, no apiário. Não podemos esquecer as longas horas de estudo na biblioteca, as pesquisas nos laboratórios, as aulas teóricas e práticas, as conversas, os sonhos, os choros, os conflitos, os jogos de futebol, as aulas de tiro de guerra, as competições com outros institutos, em momentos de exposições agropecuárias do Estado.

Das quais a Exposição Agrícola e Industrial dos Municípios,

a convite da patriótica Comissão da Exposição Agrícola e Industrial dos Municípios do Estado de Pernambuco, as Escolas Superiores de São Bento, aderiram esse certame, sendo os seus produtos expostos no Pavilhão do Município de Jaboatão. Entre os produtos expostos salientamos: produtos derivados da mandioca, sorgo e milho cultivados fora de época e pão misto. Na sessão de apicultura: colmeias e todos os aparelhos para beneficiamento do mel e cera, favos artificiais. Na sessão de horticultura: variedades de couve, únicas na exposição por seu tamanho e peso, que revelaram-se a possibilidade da horticultura em Pernambuco. A sessão de pecuária: reprodutor suíno, puro sangue, da raça *Edelschwein*, com dezoito meses de idade, uma cabra *Ebicon* que

¹⁹⁸ PESAVENTO, S. J. *Op. Cit.* p. 57.

já pela segunda vez dera cria a quatro cabritos e diversas galinhas das raças *Leghorn* e *Pescoço Pelado*, da Transsylvania. Na sessão veterinária: uma coleção completa de instrumentos cirúrgicos e modelos anatômicos zootécnicos, além, de dois quadros da formatura dos primeiros engenheiros agrônômicos e médicos veterinários. A Escola foi premiada com três medalhas de ouro, pelo reprodutor suíno, sessão de hortaliças e apicultura; uma medalha de prata pela cabra; uma de bronze pela sessão veterinária e dois diplomas pelos derivados de mandioca.¹⁹⁹

Também viramos as páginas da *Revista Agrícola . Veterinária*, do Centro Acadêmico+ nesta encontramos professores e alunos editando exemplares trimestrais. Participamos de musicais, das cavalgadas, dos banhos de rio, dos passeios de canoa sobre as águas do Rio Tapacurá, oportunidade única desse grupo social apreciar a fauna e a flora da exuberante Mata Atlântica, por fim, identificamos a euforia que invadia os corações ao aproximar-se o período de férias contrastando com a profunda saudade ao despedir-se dessas Instituições de Ensino ao término do curso.

No que se refere às atuações pedagógicas de professores e diretores, podemos afirmar que esses dividiam os espaços escolares, porém, com perspectivas diferentes. Alguns eram influenciados pelos discursos que viriam a fortalecer o Estado Novo a partir de 1930, por meio da educação, outros nem tanto, havia resistências nesse sentido. Pensamos que a identidade da maioria dos religiosos, os valores que agregaram ao longo da vida no claustro e a forma como concebiam a formação do profissional agropecuário eram contrapontos para os ideais republicanos e mesmo eclesiásticos.

A história que vamos construindo por meio de documentos e imagens que identificamos nessa trajetória procura montar *poliedros de memória*+que possibilite aos nossos leitores conhecer os primeiros momentos da trajetória dessa Instituição possuidora de uma identidade cultural, formada pelo conjunto dos valores e das tradições de um determinado grupo, que constituíram a sua maneira uma forma de estar presente no mundo. Entendemos que identidade cultural pressupõe liberdade porque é dinâmica, ao mesmo tempo passa continuamente por um processo de criação. Com essa perspectiva teórico-metodológica iniciaremos a proposta desse capítulo.

No dia 1º de fevereiro de 1914, o evento da *Primeira Aula Inaugural*+contou com uma comissão de recepções composta pelos alunos *Mariano*, Luiz Passos, Luiz Correia, Waldemar Dantas, Armando Maia e Gabriel Castelo Branco *essa* foi

¹⁹⁹ **Terceiro e Quarto Relatório das Escolas Superiores de São Bento: 1917-1918. Op. Cit. 1913-1922,** p. 12.

providencial em gentileza, quer prestando informações solicitadas; quer no serviço do biffet, em auxílio aos padres beneditinos.²⁰⁰ Segundo o Jornal Diário de Pernambuco,

a solenidade teve início com um vibrante discurso do Sr. Arcebispo D. Luiz, abrindo a sessão, seguindo-se com a palavra o Abade D. Pedro Roeser, que historiou os esforços da comunidade religiosa vivenciou para chegar a instalação da Escola, salientando o auxílio oficial que recebeu dentre outros cooperadores do Sr. Conselheiro João Alfredo e Dr. Pedro Correia, cujos retratos ornamentam o Salão de Honra da Escola.²⁰¹

Nesse sentido, a nota jornalística reforça a discussão do capítulo anterior que analisa acordos e estratégias existentes nas relações de sociabilidades estabelecidas entre a Igreja, o Estado e os amigos do Mosteiro. Preocupados em atender seus anseios a partir da criação do objeto analisado. Não apenas no evento supracitado, mas, anterior e posteriormente a este, observamos a presença de intelectuais e políticos ocupantes de altos cargos públicos atuando nas decisões e destino das Escolas Superiores de São Bento, entre esses,

Arthur Moura, representante da polícia; Juvenelo Mariz, inspetor agrícola; Graciliano Martins Sobrinho, farmacêutico; Rômulo Lins, inspetor de veterinária da Escola Médica de Agricultura; Manuel Borba, deputado federal, Herculano Bandeira, 15º governador de Pernambuco; Rosa e Silva, que atuou em vários cargos públicos, dos quais, a vice-presidência da República, de 1898 até 1902; e Dantas Barreto, governador do Estado, de 1911 até 1915.²⁰²

A imprensa local também circulava nos espaços. Entendemos essa atuação como forma de reforçar o discurso político da intelectualidade, bem como, enfatizar por meio de seus veículos de comunicação a necessidade de modernidade relacionada ao sentido de progresso. Não podemos esquecer que esses personagens idealizavam uma agricultura industrializada e urbanizada com perspectivas de melhorias econômicas para a região. Entre os comunicólogos identificamos Annibal de Almeida, do Jornal

²⁰⁰ **Jornal Diário de Pernambuco.** Recife, 02 de fevereiro de 1914.

²⁰¹ *Idem.* Recife, 02 de fevereiro de 1914.

²⁰² **Quinto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento:** 1919. *Op. Cit.* 1913-1922, p. 24.

Pequeno; Luiz Cordeiro, da %Província; Dioclecio Duarte, do %O Tempo; Raphael Correia, do %Pernambuco; Abelardo Maia, do %Estado de Pernambuco; Gaspar Peres, do %Diário; Alfredo Silveira, do %Jornal; e Marcello Peres ²⁰³.

Nesse sentido, pensamos que a trajetória dessas Escolas amplia o leque de informações e reforça os debates não apenas históricos, mas, em diversas áreas do conhecimento na academia, a partir do momento que identificamos práticas cotidianas, que de certa forma, estavam relacionadas com a ideologia do que viria a ser Estado.

A princípio esses encontros eram realizados na Abadia Olindense e nas residências dos amigos do Mosteiro, com o apoio da imprensa ocupou o espaço citadino: praças, cafés, doçarias, bibliotecas, pátios de Igrejas e cassinos. Nesses ambientes o debate preferido era as mudanças culturais que as Faculdades de São Bento propiciariam a região. Assim, o discurso político da intelectualidade massificava no imaginário da sociedade a importância e a necessidade dessas Instituições para o crescimento econômico local. Dentro desse contexto, as Escolas iniciaram suas atividades pedagógicas.

Nesse momento, buscamos a iconografia como forma de recuperarmos alguns aspectos que contribuem para ampliar a relevância da documentação para a historiografia. Porque diferente do pressuposto positivista em que apenas o documento escrito tem valor histórico, outras perspectivas teóricas abrangem como fonte a imagem, que ao ser analisada alargar o conceito da discussão e possibilita-nos recuperar alguns aspectos que contribuem para a construção desse trabalho dissertativo. Parafraseando LE GOFF,

há que se considerar que a fotografia, simultaneamente como imagem documento e como imagem monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, no qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado ó condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo.²⁰⁴

²⁰³ *Idem*. Recife, 02 de fevereiro de 1914.

²⁰⁴ LE GOFF, Jacques. **Documentos/Monumentos**. In: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. V. 1 ó Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

Sem esquecer, não menos, que muito tempo depois de realizada, ela segue sendo interpretada, oscilando os seus significados²⁰⁵, afinal a fotografia seja em sua produção, seja em sua recepção, sempre dá margem a um processo de construção de realidade. Nessa perspectiva, observamos que um mesmo edifício ligado ao Mosteiro abrigava as Escolas gêmeas. A ilustração 01 possibilita-nos uma apropriação das instalações. Um ambiente bem planejado, com portas e janelas largas, salas amplas, arejadas e bem projetadas. Contudo, não era suficiente para o aprendizado idealizado, principalmente, para os estudos e atividades práticas do curso de agricultura.



Ilustração 2 ó Prédio das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento 1914. Na atualidade, a instalação abriga a Biblioteca do Mosteiro aberta ao público para visitas. Ver também, Ilustração 05 do anexo fotográfico. Fonte: Memorial da UFRPE

Motivo pelo qual, os beneditinos em 1915 com ajuda oficial, compraram o Engenho de São Bento, localizado no distrito de Tapera, município de São Lourenço da Mata . PE, com uma área territorial de 1.071 hectares. Nele construíram as instalações da Escola Superior de Agricultura . ESA de São Bento. Providenciaram vários campos de culturas próprios para o ensino experimental e o consumo alimentício diário das Escolas, assim cultivaram milho, sorgo, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, batata doce,

²⁰⁵ KOSSOY, Boris. **O relógio de Hiroshima**: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25, n.49, 2005 p.35-39-42.

arroz, hortaliças, pomar, também dispunham de aviário, apiário, pocilgas, estábulos, criação de bois, cavalos, cabras e coelhos.

Com o apoio do Estado, rapidamente essas Escolas passaram a ter vidas independentes, porém, fatores primordiais as ligavam: um mesmo princípio administrativo e uma mesma orientação pedagógica adotados das congêneres alemãs Munich e Halle. Enfatizamos que a adoção desse modelo pedagógico só foi possível graças aos discursos positivistas, os quais buscavam substituir uma escola de currículo humanista por outra de natureza científica conforme analisamos no capítulo anterior. Além, das estreitas ligações, entre os beneditinos de Olinda e seus confrades alemães.

3.2 - Fios de Memória Tecem: movimento escolar, lembranças e experiências

Uma vez, que percebemos a memória em cada passo que damos nas ideias pensadas e ações realizadas.²⁰⁶

3.2.1 - Escola Superior de Medicina Veterinária de São Bento (1914-1926)

Com a transferência da Escola Superior de Agricultura para o Engenho de São Bento, a Faculdade de Medicina Veterinária permaneceu na cidade de Olinda, esse fato reforçou a implantação do regime de externato para essa Faculdade, o que a diferenciou de sua irmã gêmea. É importante, nesse momento rememorarmos que desde a elaboração do projeto de criação foi previsto para esses Institutos Agropecuários o sistema de regime de externato e internato, o primeiro objetivava absorver jovens oriundos de outras regiões do País e o segundo contenção de gastos.

Porém, a rotina acadêmica levou os religiosos a repensar a proposta educacional do externato, uma vez que os acadêmicos, mesmo quando estavam em atividades escolares frequentavam bares, teatros, cinemas e outros tipos de casas.²⁰⁷ De acordo com nossa interpretação, para os monges essas práticas só eram passíveis porque a

²⁰⁶ SANTOS, Mirian Sepúlveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 25

²⁰⁷ *Quinto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1919. Op. Cit. 1913-1922. p. 37.*

Escola de Medicina Veterinária estava localizada na cidade, logo, na percepção dos administradores essas práticas cotidianas, tão comuns no dia-a-dia, sobretudo, de jovens comprometiam o aprendizado e conseqüentemente o funcionamento da Faculdade.

Contudo, pensamos que o regime de externato adicionado a dedicação de políticos, clérigos e amigos do Mosteiro, quase que exclusiva, para com o Curso de Agricultura favoreceu o encerramento das atividades acadêmicas da Escola Superior de Medicina Veterinária em 1926, por ordem do diretor geral D. Pedro Roeser. Entretanto, não podemos deixar de evocar a importância dessa Faculdade para sociedade regional. Em 1918, o curso de Medicina Veterinária de São Bento foi objeto de notícia na revista paulista *Chácaras e Quintaes*, de acordo com a redatora,

é o Curso de Veterinária de relevante importância, destinado em formar e a constituir um corpo de profissionais idôneos, para manter o exercício da medicina veterinária e do magistério superior, nos cursos da referida especialidade e, ainda, para as funções técnicas públicas, no Exército e no Ministério da Agricultura.²⁰⁸

Diante da notícia, entendemos que essa Faculdade funcionou com máxima regularidade, nos primeiros anos. Apenas algumas interrupções foram identificadas, das quais, em período de festas religiosas e na greve dos operários da Pernambuco Tramways, essa última por sinal, muito criticada pelos monges. Esses se viram forçados a interromper as atividades escolares por mais de quinze dias, isso nos leva a crer que os acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária participavam ativamente de conflitos civis e políticos ocorridos na região. Segundo ALFREDO DOS ANJOS,

o desajuste social em que se encontrava o Estado, já refletia o desequilíbrio das contas públicas e, notadamente, a pressão econômica sofrida pelas camadas sócias mais baixa. A Nação, certamente, suportava as crises advindas da mudança do trabalho escravo para o regime da livre mão de obra; acrescentando-se a essa mudança, os empreendimentos corporativos ocorridos com a implantação do Regime Republicano. Havia falta de uma legislação mais justa para fisco, como ainda para os trabalhadores em geral, fatores que motivaram revoltas sem qualquer tipo de controle, na região. Levando grupos formais e informais darem seu grito de desespero.²⁰⁹

²⁰⁸ Revista *Chácaras e Quintaes*, n. 2, fevereiro, 1918. In: *Plaquete Comemorativa do Cinquentenário da Escola Superior de Agricultura*, 1962.

²⁰⁹ ANJOS, João Alfredo dos. *Idem*. p. 126.

Vale salientar que nesse período o País, sobretudo Pernambuco, vivenciava um dos momentos políticos mais agitados, cidades como Recife e Olinda passaram a vivenciar combates violentos nas ruas, teatros e cinemas, que convergiam para a paralisação de bondes, casas comerciais, entre outros espaços, além do grande temor que esse evento causava na população em sair às ruas. Nesse contexto, pensamos que a Faculdade de Veterinária de São Bento, a exemplos de outros espaços sociais, era um celeiro revolucionário.

Dessa forma, teve avanços de ideias, mas, principalmente prejuízos, material e imaterial. Haja vista, que não houve uma preocupação, pelos personagens envolvidos no processo em salvaguardar a memória coletiva dessa Instituição, no período investigado. Atitude que propiciou uma lacuna lastimável na historiografia local, uma vez, que a memória mesmo que fragmentada, visa uma melhor apreensão das relações presente e passado.

Porém, orientados pela teoria-metodológica da História Cultural, mais precisamente, a Terceira Escola dos Annales, revisitamos alguns espaços escolares desse Centro vislumbrado momentos que traduza o papel social desempenhado por alunos, professores e funcionários. Entre os quais, o Hospital Veterinário concluído em dezembro de 1914, registrado na historiografia como o primeiro do País. Nesse espaço eram realizados aulas práticas, consultas, exames e cirurgias. Identificamos um gráfico referente às internações do ano 1916, no qual, se encontra registrado aproximadamente cem casos. Distribuídos da seguinte maneira: 7 cavalos, 11 vacas, 05 porcos, 15 aves domésticas, 48 cachorros e 04 gatos.²¹⁰

Além dessas atividades, no matadouro Cabanga da cidade do Recife, realizavam exames do carbúnculo bacteriano em preparados de sangue de aves abatidas. Diante da demanda, ficam as evidências da relevância desse espaço escolar, tanto no que se refere ao aprendizado dos acadêmicos, como no serviço de utilidade pública vislumbrando a melhoria da pecuária local. Enfatizamos que nesse período, o discurso de higienização também envolvia o consumo de alimentos de origem animal, dessa forma, a atuação do médico veterinário tinha uma importância fundamental para o bem estar social.

Entretanto, a falta de uma política patrimonial preocupada em proteger os documentos/monumentos dessa trajetória, adicionado não socialização dos mesmos

²¹⁰ Segundo Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1916. *Op. Cit.* 1913-1922, p. 06.

deixa uma lacuna na continuidade temporal. Essa inquietação nos levou a persistir no estudo crítico sobre a memória dessa história. Assim, propomos nesse momento, registrar perspectivas dos administradores com relação essa Faculdade, os quais pretendiam elevar,

à altura de um estabelecimento modelo. Com tenacidade e organização, o segredo das grandes obras, concluiremos o que nos propomos. O que realizamos nesses anos de existência da Escola, não foi pouco, porém não foi tudo. E continua o vice-diretor da Escola ãinfelizmente não temos como acompanhar o registro dos trabalhos efetuados nos diversos lugares, o que constituiria uma base de valor, não só para um interessante estudo comparativo, como também para futuros melhoramentos.²¹¹

A citação reforça nossa análise, com relação à proteção de bens materiais e imateriais dessa Instituição. Por certo as políticas patrimoniais devem partir dos anseios da comunidade e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos pelo próprio grupo como merecedores de preservação. Mas, compreendemos que esses bens precisam estar integrados aos marcos identitários para serem reconhecidos e valorizados pela comunidade na qual se insere. Isso nos faz pensar que os bens culturais não pertencentes às elites acabam relegados ao esquecimento. Não queremos afirmar que essa Instituição não tivesse ligação com a elite agrária local, pelo contrário, chegamos a essa conclusão a partir da atuação desse grupo com relação à Faculdade, da relação entre nossas fontes e dessas com o aporte teórico-metodológico.

O Curso de Medicina Veterinária, no período em tela, era ridicularizado, assim relatam as poucas biografias coletivas de professores e alunos que identificamos. A maneira como eram percebidos os profissionais dessa área levou a elite regional a um descaso relevante, fator que muito contribuiu para a vida efêmera dessa Faculdade. Contudo, a realidade no cotidiano escolar era uma contradição a tais discursos, havia relações fraternas entre os alunos e desses com o corpo docente, que percebemos como ferramenta positiva no aprendizado e aperfeiçoamento do caráter daqueles jovens.

Analisamos algumas práticas escolares vivenciadas por esse Instituto Veterinário e deduzimos que suas atividades eram realizadas com disciplina e dedicação, entre as quais, enfatizamos as conferências organizadas por esse Centro que vislumbravam

²¹¹ *Ibid.* p. 26-34.

sanar problemas de saúde pública, também, visitas à biblioteca, onde dedicavam várias horas aos estudos, na época, esse espaço era tido como um dos melhores do País, nesse contexto, tais práticas ampliaram o conhecimento dos acadêmicos. Também identificamos um movimento financeiro proveniente de consultas, exames e cirurgias, nesse sentido, representou uma Escola de economia para diversos alunos.

Um fato chamou nossa atenção, o alunado dessa Faculdade não se sentia a vontade com a metodologia aplicada pelos mestres, principalmente os exercícios práticos. Atribuímos esse fato ao rigor como a teoria era repassada em detrimento da prática, assim, de certa forma, coagidos e envaidecidos os alunos abandonavam o curso. Para os filhos da elite rural o ensino prático ao invés de estimular o espírito de iniciativa e observação, em suas percepções humilhava-os, chegamos a essa dedução a partir da interpretação do contexto histórico-cultural. De acordo com o Livro de Relatórios das Escolas, havia no discurso dos administradores uma preocupação nesse sentido, segundo eles %os alunos não deveriam considerar humilhante trabalho algum da fazenda, porque o único meio de conhecer a fundo a vida desta é praticá-la em seus menores detalhes+²¹²

Nesse processo, pensamos que o projeto pedagógico não era vivenciado de acordo com o Estatuto que regia essa Instituição, havia uma proposta de trabalho dinâmico direcionado para o %ensino que entusiasmasse+ o acadêmico. Diante de conflitos e desafios enfrentados por essa Faculdade, é perceptível a falta de envolvimento de seus idealizadores com o movimento escolar. Identificamos um descaso de ordem geral, que envolvia clérigos, políticos, professores, funcionários e alunos com relação ao andamento dessa Instituição. Nem mesmo a visita dos Srs. Crespo Braga e Sálvio de Almeida Andrade em dezembro de 1919, representantes do Ministério da Agricultura, ativou o ânimo dos sujeitos que ansiavam o reconhecimento dos seus diplomas.

Apesar do descaso a Escola resistia, após a visita oficial dos personagens, acima citados, foi assinado pelo Governo Federal o Decreto nº 4.195 de 29 de novembro de 1920, o qual estabelecia as bases para o reconhecimento dos diplomas conferidos pelas Faculdades de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, a partir desse ato, passaram a ser equiparadas e subvencionadas pelo Poder Federal. Mas, as dificuldades

²¹² **Terceiro e Quarto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento:** 1916. *Op. Cit.* 1913-1922, p. 51.

continuaram somadas a conflitos visíveis entre a Ordem Beneditina e o Estado. Motivos pelos quais deduzimos, em 1922, Samuel Hardman, Secretário Geral do Governo do Estado cogitou o fechamento da Faculdade de Medicina Veterinária alegando a falta de pessoal, tanto docente como discente e, sobretudo, a inoperância dos administradores. Diante da pressão, os clérigos e alguns amigos do mosteiro reforçaram os acordos com o Estado, assim foi possível contratar dois professores alemães Lachenschmied e Hasgenkopf, cujo pagamento viria de recursos oriundos de impostos de exportação de todo produto agrícola pernambucano.

Nesse período, em janeiro de 1923, foi realizado o Congresso de Agricultura do Nordeste em homenagem aos cinquenta anos da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Todos os Estados da região Nordeste enviaram representantes para discutir questões ligadas ao melhoramento agrícola e pecuário. Localizamos discussões sobre o algodão, a cana-de-açúcar, construção de redes de estradas, emprego do álcool, defesa sanitária vegetal e animal e o auxílio à Escola Superior de Medicina Veterinária de São Bento. Na época, o governador Sérgio T. Lins de B. Loreto argumentou que era mais interessante e econômico aos cofres do Estado manter e melhorar seu curso do que criar um novo estabelecimento. Mas, o auxílio cogitado ficou apenas presente no discurso do parlamentar. Nesse período o Estado já demonstrava fortes indícios de insatisfação com relação à Irmandade Religiosa, esse fato gerou atritos entre os amigos do Mosteiro que pertenciam a grupos políticos e açucareiros, os quais tinham poder de decisão e de mando sobre o futuro dessa Faculdade.

O auxílio financeiro prometido, também, não veio. Nessas imbricações, a História Oficial silencia fatores importantes para uma compreensão mais alargada das circunstâncias e condicionamentos que conduziram o encerramento das atividades escolares da Escola Superior de Medicina Veterinária. Nesse sentido, pensamos que a memória coletiva tem uma importante função nesse evento, com relação à trajetória da UFRPE, de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. As palavras do diretor geral das Escolas, de certa forma, reforçam nossa reflexão,

se ainda ao lado destas palavras coloco as cartas, que provam a intimidade com os mestres comunicando-lhes casamento, o nascimento de um filho, etc. e se me lembro das muitas visitas, que aqui em Olinda recebo dos antigos acadêmicos, então não tenho motivo de queixar-me de uma certa ingratidão, pelo contrário venho aqui agradecer-vos publicamente pelos nobres sentimentos, que sempre

tendes guardado para com o vosso e antigo velho Diretor. Por isso tenho o desejo vivo, de que venha quanto antes o dia, em que os antigos alunos da Escola se reúnam com suas famílias, para eu ter uma ocasião propícia de documentar-vos pessoalmente o protesto da minha gratidão pela vossa generosidade. D. Pedro Roeser *O. S. B. Abade*.²¹³

O memorial garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico do real, mas, sobretudo no campo simbólico. Passaram os anos e observamos que a prática se repete. Mudou o ambiente, os espaços, os personagens a memória se modifica e se rearticula conforme a posição que ocupa e as relações que estabelece em diferentes grupos.

Dessa maneira, a Escola de Medicina Veterinária de São Bento desempenhou funções diversas e de formas diferentes, as quais estão associadas à história da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Um espaço permeado de trocas, caracterizado pelas experiências humanas como um lugar de singularidades e diferenças. Logo, ao revisitar esses espaços fomos construindo lembranças de alunos, professores e funcionários tão relevantes para a memória como instrumento do tempo presente.

Com essa interpretação, evocamos as lembranças da colação de grau dos médicos veterinários %Turma 1919+vislumbrando as imbricações das relações existentes entre presente/passado, assim,

os diplomados são Guilherme de Carvalho, Anatólio Djalma e Antônio Augusto Brandão. Às 12h, repleto o Salão Nobre dos corpos docente e discente das Escolas Superiores da capital, sacerdotes, médicos, juristas, representantes do Supremo Tribunal do Estado, da imprensa, Prefeito municipal, etc. etc. O paraninfo dos diplomados Dr. Otavio de Freitas, diretor de higiene e saúde pública, e o Juiz de Direito da Comarca Dr. Victoriano Rigueira, na ocasião representado o Exmo. Governador do Estado Manoel Borba. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Diretor geral das Escolas, inaugurando o retrato do Sr. Governador como preito de gratidão pelo muito que V. Ex. fez por nossas Escolas, concedendo-lhes valiosos auxílios.²¹⁴

²¹³ **Quinto Relatório das Escolas Superiores de São Bento:** 1919. Op. Cit. 1913-1922, p.65.

²¹⁴ **Quinto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento:** 1919. Op. Cit. 1913-1922, p. 24.

É interessante apontar que a memória é uma ferramenta de luta pelo poder, travada entre indivíduos e grupos. Decide sobre o que deve ser lembrado e também esquecido, integra os mecanismos de controle de um grupo sobre outro. A partir da análise, pensamos que desse embate resultaram, entre outras, as escolhas sobre a história da Faculdade de Medicina Veterinária de São Bento. Para nós foi importante pontuar as relações e articulações identificadas entre a memória coletiva e a memória histórica dessa trajetória, as quais foram socialmente negociadas, guardaram informações importantes e tiveram por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros, fossem clérigos, republicanos ou amigos do mosteiro.

Identificamos que foram diplomados, até o ano de 1925, vinte e quatro médicos veterinários, quantitativo aparentemente baixo, mas, com embasamento na discussão realizada até o momento somada a regulamentação oficial do ensino agrícola superior no Brasil, por meio do Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, no governo de Nilo Peçanha e por ser um fato relativamente novo no processo da Primeira República, consideramos que tal número teve uma representatividade relevante, mesmo diante da falta de políticas de interação que gerasse a integração entre a sociedade regional e a Faculdade no sentido de fortalecê-la institucionalmente.

Nesse contexto, até o ano de 1922, foram diplomados pela Faculdade veterinária de São Bento, os seguintes personagens:

Dionysio Meili, catedrático da Escola e chefe da fiscalização de leite e estábulos do Recife; Francisco Pedroza, médico veterinário da Prefeitura da Capital Paraibana; Benjamin de Mello, médico veterinário do Matadouro Modelo do Recife; Armando P. Maia, médico veterinário da Diretoria da Indústria Pastoral do Ministério da Agricultura em missão em Guaratinguetá ó São Paulo; Manoel de B. Bezerra, médico veterinário militar em Três Corações, Minas Gerais; Arthur Lopes Pereira, clínico em Olinda ó PE; Álvaro de F. Salles, premiado pelo Governo Federal, para se especializar em veterinária, em Nápoles, Itália; Antônio A. Brandão, catedrático de clínica da Escola Superior de Medicina Veterinária de São Paulo em Butantan, S. Paulo; Guilherme A. Carvalho, premiado pelo Governo Federal, para se especializar em veterinária, em Nápoles, Itália; Anatólio D. Caldas, premiado pelo Governo Federal, para se especializar em veterinária, em Nápoles, Itália; José W. Braga, clínico em Olinda-PE; Almir Pires Ferreira, Recife-PE; Antônio Magno de Miranda, Recife-PE; Abdon Gomes Fernandes, Recife-PE; Carlos Cavalcanti Paes, Recife-PE.²¹⁵

²¹⁵ Escolas Superiores de São Bento. Relatório 1921-1922. *Op. Cit.* 1913-1922, p. 39.

Por fim, podemos afirmar que o encerramento desse curso constituiu um difícil momento para os administradores da Instituição e uma lacuna na educação formal da região. Esse ato afetou o elo que organizava as relações escolares de ensino agropecuário de São Bento, além de reforçar as tensões entre a Irmandade e desses com o poder público. Para ATAÍDE DE ALMEIDA em qualquer momento da história, a ruptura da unidade católica era olhada como prenúncio da desordem e da anarquia.²¹⁶ Nessa época, o Estado já dava os primeiros passos, para fortalecer o discurso da intelectualidade encarregada de formular e executar o projeto político por meio do ensino.

2 - Escola Superior de Agricultura de São Bento (1917-1936)

O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fotos ausentes na imagem. Além da verdade iconográfica.²¹⁷



Ilustração 3 ó Instalações da Escola Superior de Agricultura de Agricultura - ESA de São Bento 1917. Localizada em Tapera, São Lourenço da Mata ó PE, atual Bonaza, distrito da cidade de Moreno ó PE.

Fonte: Acervo Fotográfico da CCS/UFRPE

Hoje essas instalações encontram-se submersas na represa do Rio Tapacurá.

Tudo começou em 03 de março de 1917, numa manhã ensolarada, na Estação da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, quando se notou um movimento pouco

²¹⁶ ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *Op. Cit.* 2001, p. 71.

²¹⁷ KOSSOY, Boris. *Op. Cit.* 2001, p. 117-118.

frequente em companhia de seus pais e parentes, jovens alegres se cumprimentavam mutuamente, era os acadêmicos da Escola de Agricultura do Mosteiro²¹⁸ que seguiam para inaugurar as novas instalações. A forma como as biografias coletivas narram o reencontro desses rapazes nos faz perceber que não havia por parte da administração das Escolas uma política de interação entre esses estudantes no período de férias, nem mesmo durante o ano letivo.

De certa maneira, isso favorecia um afastamento que reforçava a competição entre os jovens alunos, fato esse, fortemente aprovado e muitas vezes incentivado pelos monges no espaço escolar, observamos que os religiosos percebiam esse comportamento como um fator positivo que levaria os acadêmicos a se dedicarem com afinco aos estudos aproximando-os cada vez mais da proposta republicana e eclesiástica.

Porém, apesar dos conflitos que identificamos, os jovens estudantes mostravam-se entusiasmados e curiosos com relação ao aprendizado, haja vista, que para alguns o mato era conhecido apenas pelo nome.²¹⁹ Pensamos nos signos que permearam o imaginário daqueles rapazes, ao perceber que deixaram para trás a cidade com sua vida ativa e turbulenta, para vivenciar o cotidiano do internato, canaviais, engenhos, plantações cortadas por riachos, matas sombrias, capoeiras intrincadas e selvagens, enfim, panoramas novos para os filhos da cidade. O impacto da separação familiar, assim como, a adaptação ao mundo escolar fechado ao sexo masculino, apresentou algumas dificuldades para os alunos e os administradores. De acordo com os relatos,

nos primeiros dias, alguns deles estranharam bastante a vida do mato, mas em geral, encontramos muita boa vontade. Rapazes mesmo que pareciam nunca terem encontrado na sua vida disciplina alguma, pouco a pouco começaram a conformar-se e fazer amizade com ela.²²⁰

O dia-a-dia apenas com homens exigia uma postura mais austera e por vezes dura frente ao cotidiano escolar. Deduzimos que este quadro levou a uma rigidez disciplinar que implicou mudanças de costumes, como também, exigências de novas práticas de relacionamentos relevantes para o referido espaço, não é raro depararmos

²¹⁸ Conferir o **Livro de Relatórios da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento**: 1913-1922. Mosteiro de São Bento de Olinda-PE. Terceiro e Quarto Relatório, 1917-1918, p. 05. .

²¹⁹ *Idem*. **Terceiro e Quarto Relatório**. 1917-1918, p. 07

²²⁰ *Idem*. p.09.

com prosopografias que relembram a dura realidade, principalmente, do internato. Para nós, o encontro com as novas instalações significou um divisor de águas na trajetória escolar, principalmente, dos futuros engenheiros agrônomos, uma vez, que esse público mantinha-se interno durante todo o semestre letivo no referido engenho.

No Livro de Relatórios encontramos o Engenho de São Bento com noites frias, tristes e saudosas, as quais eram preenchidas com longas horas de estudos, trabalhos e um cântico, bem adaptado as circunstâncias %O luar do sertão+ sempre cantado nos espaços escolares, sua melodia de caráter monótono e melancólico simbolizava momentos de profunda solidão. Segundo TAURINO DE ANDRADE, ao narrar às experiências dessa Escola Faculdade deixa claro a preocupação da administração com o internato, a disciplina, os estudos e os trabalhos práticos. Dessa maneira, fios de memórias tecem questionamentos, dos quais,

é possível manter um internato mais ou menos disciplinado para rapazes?... A forma do internato é possível, porém, difícilíssima para o nosso jovem de seus 17 a 24 anos, que imbuído da idéia da mais ampla liberdade e de grande instabilidade, com dificuldade se acomoda à monotonia de um internato longe da cidade. A Escola Superior de Agricultura de São Bento tem sustentado até o presente o internato com lutas e dificuldades. Precisa ser muito idealista para manter um internato disciplinado para rapazes dessa idade. ²²¹

Nesse sentido, não concordamos com a historiografia oficial, mais precisamente os escritos dos memorialistas, entendemos que a construção do ensino agrícola na região, a partir das Escolas Superiores de São Bento, percorreu uma difícil realidade, seja de ordem financeira, epidêmica ou emocional. Haja vista, que o futuro econômico não só da região, mas também, da Pátria, no discurso da intelectualidade política, dependia de certa forma, desse novo profissional, logo, era necessário empregar todos os meios possíveis para sanar as dificuldades existentes objetivando torná-los %fortes e nobres+ perante a sociedade. Na leitura que fizemos, às vezes faltava ao alunado, ideais, interesses, um programa de vida, uma direção, fatores tão comuns à juventude, mas, nem sempre compreendidos pelos administradores da Escola.

Com perspectivas de sanar os conflitos, principalmente, os de ordem emocional, a Instituição vivenciava uma série conferências e práticas religiosas que reforçavam a

²²¹ ANDRADE, Jonas Taurino de. **Quinto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento**: 1919. *Op. Cit.* 1920, p. 45.

simbologia ansiada por políticos e eclesiásticos. Os clérigos através dessas práticas incutiam no imaginário do acadêmico os fundamentos pedagógicos da educação agrícola da forma como era idealizada por esses poderes.

Logo, o futuro agrônomo deveria apreender, principalmente, colocar em prática sua missão, sua vocação sublime e árdua, bem como, as condições em que ele poderia conseguir o resultado glorioso, ou seja, um personagem moldado a partir de interesses instituídos. Para reforçar a reflexão evocamos temáticas sobre as quais a Escola de Agricultura de São Bento se ocupava.

O agricultor e a moralidade; o engenho e a família; as condições para a constituição da família; a economia; o rei do engenho: a moradia; higiene; alimentação; a estabilidade; a instrução dos moradores; a independência: de qualquer proteção; da cidade; as relações com os vizinhos; a amizade; os cuidados prudentes para o futuro: a saúde; a boa reputação; a independência; as obrigações com Deus: a oração da manhã e da noite; a missa do domingo; a recepção dos santos sacramentos no tempo pascal; a confederação das Repúblicas Sul-americanas; e um programa político.

A partir, do discurso político da intelectualidade e o rigor dos monges beneditinos o imaginário do alunado era moldado, inculcando-lhes o compromisso com as dificuldades enfrentadas pela lavoura nacional. Segundo Inácio de Barros Barreto,

são grandes e difíceis os problemas, cuja solução cabe às Escolas Agrícolas! Tal é o alvo a que se propõe a Escola Superior de Agricultura de São Bento... ao qual dirigi todos os seus esforços e que bem cedo pretende ver realizado, pois sente-se aliciada pelos conhecimentos e conclusões práticas que a experiência lhe sugeriu após a transferência da Escola para o interior do Estado, para desempenhar a missão que lhe cabe em prol da lavoura nacional. O futuro engenheiro agrônomo tem a sublime missão de sanar os grandes males da lavoura.²²²

Assim, os projetos elaborados com perspectivas de formar o engenheiro agrônomo em dois anos, com toda experiência, formação teórica e prática que lhes era *mister*, para atuar na lavoura, foram executados sob a direção dos professores ou por

²²² ANDRADE, Jonas Taurino de. *Op. Cit.* 1920, p. 27. Discurso proferido por Inácio de Barros Barreto, advogado e senhor de engenho/usineiro; aos acadêmicos do curso de agricultura no encerramento do ano letivo 1918.

intermédio de acadêmicos mais velhos que por suas habilidades eram escolhidos e nomeados chefes de turma. Entretanto, os exercícios práticos ordinários, que representavam duas horas por dia e os extraordinários com tempo indeterminado, contrariavam os discentes, de certa forma, obrigava-os a vivenciar práticas com as quais não concordavam, além, do trabalho ser exaustivo. Logo, para garantir o êxito de suas metas, os poderes constituídos colocaram em vigor as seguintes normas,

os professores darão notas nos exercícios práticos; o acadêmico que tiver nos exercícios práticos média do ano insuficiente perde o direito ao exame teórico; ao acadêmico que tiver o número de quinze faltas não justificadas será negado o exame; o exame teórico será precedido do prático, e quem neste for reprovado, não fluirá do direito àquele; o aluno que tiver como média do ano ótima ficará dispensado do exame prático.²²³

Sendo assim, o discurso da intelectualidade afirmava que a Escola de Agricultura de São Bento, com seus programas curriculares análogos constituía o almejado paralelismo entre as teorias e práticas da agronomia, ambas indispensáveis ao futuro profissional, fundamentavam os signos desejados no imaginário dos acadêmicos, no sentido de que à ociosidade sugava as forças vitais da agricultura, logo, era necessário,

fazer brotar o espírito de iniciativa que na agricultura dá cem por um... levantam o moral... desenvolvem o físico... e o que há de mais belo, formam homens capazes de enfrentar com coragem e esperança os males que ameaçam estacionar a lavoura nacional. Tem ainda um outro efeito de importância capital resolve em grande parte a questão social na classe agrícola. Esses trabalhos unem a aristocracia agrícola à democracia, originam o respeito mútuo.²²⁴

De acordo com ATAÍDE DE ALMEIDA ²²⁵o discurso articulado pela intelectualidade pernambucana perpassava pela reconstrução social e moral do Estado, liderada, principalmente, pela educação. No entanto, esse ideário não tinha âmbito regional, encontrava-se atrelado a um projeto nacional concretizado, anos depois, na reforma pedagógica empreendida pelo ministro Capanema, segundo o personagem,

²²³ ANDRADE, Jonas Taurino de. *Idem.* 1920, p. 28-29.

²²⁴ ANDRADE, Jonas Taurino de. *Ibid.*. 1920, p. 29.

²²⁵ ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *Idem.* 2001, p. 61-62.

urge levar ao homem do campo, acorrentados à terra pelas cadeias da miséria, da ignorância e da fome, o viático da civilização, que, com a abundância, o conforto e saúde, irá transformá-los em cidadãos válidos, robustos agentes de forças econômicas e sociais de servir à Pátria e a humanidade.²²⁶

Compreendemos que as atividades escolares atribuíam à educação agrícola a possibilidade de adestramento e submissão de agricultores à nova ordem política que surgia, sob esses aspectos, os administradores do objeto em estudo envolviam os agentes em um processo de apropriação, concomitantemente assumiam o papel instrumental de modelar perfis visando atender aos interesses institucionais. Para JUSTINO P. MAGALHÃES,

a ação educativa integra um sujeito, um agente, um argumento, os meios adequados, e desenvolvem-se em um determinado contexto, com vistas a um fim. A educação é o constructo que resulta destes elementos e destes fatores por apropriação do sujeito; é relação e relacionamento.²²⁷

Dessa maneira, os jovens acadêmicos participavam ativamente das atividades escolares, sobretudo, os exercícios práticos enfatizamos que esses sempre obedeciam aos princípios da Congregação, ficando a cargo de professores catedráticos a aplicação da proposta pedagógica, na ocasião sete mestres vivenciavam práticas escolares da seguinte maneira:

nas aulas de Botânica exigiam frequentes excursões na mata, para colecionamento de plantas e confecção de herbários. Na cadeira Anatomia Vegetal foram realizados estudos sobre as células e suas modificações; também, debruçaram-se sobre a estrutura de diversos vegetais. As aulas de Fisiologia Vegetal eram divididas entre o campo e o laboratório, localizamos experiências de culturas desenvolvidas no vidro e em latas com demonstração dos fertilizantes necessários ao seu desenvolvimento. Da mesma forma, as aulas de Fitopatologia, entre o campo e os laboratórios os acadêmicos estudavam sobre várias doenças bacterianas, cryptogamicas e moléstias tropicais. Não podemos deixar de referenciar o rico herbário, bem como, uma coleção de preparados microscópicos sobre Anatomia e Fisiologia, organizados pelos alunos da Escola de Agricultura. A cadeira de Agricultura desenvolveram técnicas de araduras em figuras e em

²²⁶ *Ibid.* 2001, p. 29.

²²⁷ MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Universitária São Francisco. 2004, p. 31.

carré, em camalhões e leiras, araduras em encostas, gradagem, destorroamento, sempre utilizando pares de bois ou burros. Na cadeira de Agricultura Especial, preparação da terra e execução da sementeira de milho, feijão, da cana-de-açúcar, do café, entre outras culturas. Em horticultura, preparo de formação de canteiros e sementeiras, execução de estrumagem de todas as regras, da sacha e monda, cultura de várias espécies de hortaliças, repicagem e muda da proteção contra o sol, armação e empa do tomateiro, ainda colheita de legumes. Em Pomicultura, os acadêmicos desenvolveram técnicas de diversos alfobres e de novo tanchoal, repicagem e mudas de fruteiras, enxertia de roseiras e laranjeiras pela borbúlia, garfagem e encostia, além do tratamento de fruteiras adultas e velhas. Cadeiras de Zootecnia, Zoologia e Entomologia: os acadêmicos realizaram execuções para coleções entomológicas, estudo anatômico dos insetos, estudo com auxílio dos mapas e ao microscópio da biologia de vários coleópteros e lepidópteros. Na cadeira de Anatomia e Fisiologia dos Animais, estudos e armação de esqueletos. Em Zootecnia, estudos práticos sobre o exterior dos animais. Na cadeira de Zoonomia Rural, escrituração dos livros da fazenda, direção dos trabalhos práticos, trabalhos de lavoura e cultura. No campo de experiência, em três lotes, foram feitos vários ensaios sobre a aclimação da alfafa, que cresceu admiravelmente, resistiu a seca de 1918 a 1919, e chegou a desenvolver semente de valor cultural de 60%. Foram cultivados o teosinte, mucuna branca e preta, cowpea e mamona, cactus forrageiro, feijão branco. Foram feitas consociações com espécies forrageiras e com milho, além disso, fazemos dez ensaios sobre a maneira mais favorável do plantio da cana, e alguns da batata inglesa pela rama.²²⁸

Segundo a normatização que regia as práticas escolares e o rigor disciplinar adotado pelos educadores não estavam de acordo com a educação doméstica que os jovens acadêmicos recebera no seio familiar, sobretudo o discurso proferido por seus pais, os quais, em sua maioria ansiavam altos cargos públicos e visibilidade política para seus filhos, proporcionados no período, pelas Faculdades de Direito e Medicina ou mesmo por meio do matrimônio. Diante dessa análise, deduzimos que tais fatores, também, tenham sido responsáveis pela baixa procura de jovens ao ensino agrícola superior mesmo sendo essa Instituição uma porta de entrada para altos cargos públicos a nível local e nacional.

Diante desse contexto, identificamos um alto índice de evasão nessa Instituição, mas um fato chamou nossa atenção com relação aos poucos jovens que optaram por essa área do conhecimento, aceitaram os desafios e foram fieis às suas escolhas. Apesar das dificuldades enfrentadas notamos que o afastamento da cidade, sobretudo, das diversões diárias: cinemas, cabarés, bondes elétricos, ônibus, automóveis e mesmo do convívio familiar os acadêmicos obtiveram um excelente resultado no aprendizado,

²²⁸ ANDRADE, Jonas Taurino de. *Op. Cit.* 1920, p. 08-09-10.

fato esse, que fortalecia o discurso político da intelectualidade o qual tinha por lema %modernidade e progresso+.

Não devemos esquecer, que a localização dessa Escola e a constante presença dos mestres que orientavam o alunado a dedicarem-se com afinco aos estudos teóricos e práticos, além de responder a seus questionamentos, fortaleceram as relações interpessoais nesses espaços. Em outras palavras, queremos dizer, que apesar dos ideais do Estado e da Igreja, havia um compromisso dos professores para com a formação dos acadêmicos e desses para com a sociedade. Quando percorremos os espaços da Faculdade de Agricultura notamos que na maioria das vezes as práticas escolares burlavam a proposta do regimento pedagógico, atitudes que nem sempre eram vista com bons olhos pelos poderes constituídos, sobretudo, o Estado.

Pensamos que essas práticas acentuaram a necessidade de substituir uma orientação pedagógica preocupada com o fator econômico, por uma educação voltada para a construção de um saber que não tivesse sua base na transmissão e armazenamento de conhecimentos, mas, sobretudo, um saber que tivesse como proposta: %Rátria, Catolicismo e Família+. Mas, para nossa surpresa, essa Instituição, de maneira sutil, resistiu por um bom período, aos interesses de uma época, a epidemias, a crises das mais diversas possíveis, das quais, períodos extensos de estiagens provocando a destruição suas culturas e como conseqüências, trouxe consigo crises financeiras.

Contudo, a atuação e determinação de alguns personagens a Escola Superior de Agricultura . ESA de São Bento desempenhou seu papel social, a partir do momento que decidiu educar não apenas os filhos da elite rural da região, mas também, os trabalhadores de engenhos e usinas, exercendo o compromisso profissional voltado para a coletividade. Sentimento despertado, cotidianamente nos acadêmicos. Estes deveriam repassar o conhecimento recebido para aqueles que não tinham oportunidades de ingressar numa faculdade, bem como, orientar os funcionários de suas propriedades. Propomos esse debate quando relacionamos as biografias coletivas e percebemos a relevância dessas fontes para nossa pesquisa, uma vez, que identificamos nessa prática escolar uma preocupação com o bem estar social.

A partir desse evento as relações de sociabilidades voltaram a ficar estremeçadas entre a Igreja, sobretudo a Ordem Beneditina e o Estado. Naquele contexto de grandes conflitos sociais, jovens e trabalhadores rurais politizados, conscientes de seus deveres, principalmente seus direitos, pensamos que não era um fato interessante para os %bons

do poder+. Além do mais, identificamos, nesse momento, refugiados da Grande Guerra (1914-1818) habitando os espaços da ESA, entre os quais os alemães Oto Moneke, construtor e mestre de oficinas e Henrique Tross, o ferreiro, ambos trabalhavam na construção e manutenção da Escola. Apesar, da problemática não ser o foco dessa pesquisa, consideramos importante esse breve comentário, para reforçar nossa compreensão e proporcionar novos debates entre pesquisadores.

Nesse contexto, identificamos a criação do Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária o qual fazemos uma analogia aos Diretórios Acadêmicos da atualidade. A primeira diretoria era composta pelo presidente, na ocasião, o diretor geral das Escolas, D. Pedro Roeser²²⁹; primeiro secretário, Joaquim Maurício Wanderley Filho;

²²⁹ D. Pedro Roeser (*1870 - +1955), Abade do Mosteiro de São Bento em Olinda - PE, entre 1907 ó 1929. Monge germânico, pensador católico, um homem bem relacionado com as autoridades civis e políticas, local/nacional. Possuidor de idéias consideradas modernas para a época , motivo, pelo qual, pensamos fora escolhido, entre tantos outros monges, para receber instruções no Mosteiro de Santo André, na Bélgica, a partir das orientações de seus superiores da Arquibadia de Beuron que, pretendiam encaminhá-lo para o Continente Sul Americano. Capacitado, foi enviado para o Brasil nas primeiras décadas da instauração da Primeira República. De acordo com a análise, a princípio a sua missão era orientar noviços em alguns mosteiros brasileiros, posteriormente garantir a permanência da Irmandade Beneditina em terras pernambucanas. A relevância das fontes documentais possibilitou essa análise. Nesse contexto, a atuação desse religioso impulsionou de maneira decisiva o Ensino Superior das Ciências Agrárias na região. Entretanto, para trilharmos os caminhos percorridos por esse personagem, faz-se necessário uma reflexão de alguns pressupostos teóricos tecidos sobre o papel do intelectual nas primeiras décadas do século XX, essencial para a compreensão da sua atuação. Dom Pedro Roeser se chamara Edmmundo Roeser antes de emitir os votos monásticos. Nasceu no ano de 1870, na cidade de Mergentheim, situada no reino de Württemberg, na Alemanha do Sul, filho de José e Maria Roeser. A documentação em análise faz poucas referências aos familiares do monge, dificultando, assim, o aprofundamento de informações sobre a origem do berço desse personagem. Contudo, rompemos a barreira das fontes õficiaisõ e vasculhamos os arquivos do Mosteiro de São Bento, em Olinda, bem como outros espaços, afim, de viabilizar a realização dessa pesquisa. A historiografia nos fala do gênio inventivo e da vocação comercial do povo da referida região germânica. Dentro dos registros acerca dessa história, pode-se perceber que as produções intelectuais e artísticas preenchem numerosos capítulos da história cultural alemã. O fato nos leva a pensar que as atividades cotidianas dessa família não seriam diferentes as atividades de seus contemporâneos. Pedro Roeser terminou seus estudos secundários aos vinte e um anos. Ao concluir os estudos humanísticos ingressa nos cursos filosófico e teológico no Seminário de Insbruk, localizado no Tirol austríaco. Foi ordenado sacerdote em 10 de outubro de 1898, e, três dias depois, celebrou a primeira missa. Recebeu como padroeiro na vida monástica o apóstolo Pedro. Algum ano, mais tarde expressou, por meio de escritos, ter compreendido a responsabilidade do nome que recebera. E afirmava que esta expressão interpretava bem a sua vida de monge: *õcum esses Junior, cingebas te et ambulabas ubi volebas; cum autem senueris, extendes manus tuas, et alius te cinget et ducet quo tu non visõ. Nos primeiros momentos da vida monástica, sob a orientação de seu Abade, Dom Plácido Wolter, em Beuron, iniciou um estudo sobre diversos problemas da família, apesar da disciplina, não chegou a concluir sua análise, as idéias renovadoras do jovem, despertara outros interesses nas autoridades eclesiásticas. Logo, o enviou para o Mosteiro de Santo André, na Bélgica, onde foi preparado para empreender a sua missão. Em curto período, aprendeu o necessário sobre a língua e tomou conhecimento de alguns valores da terra onde seria sua morada, até então, por alguns meses ó o Brasil. Assim, em 28 de setembro 1899, religioso embarca no porto de Hamburgo, no navio Itaparica, da companhia Hambug ó Amerika Linie, com escala em Tenerife, rumo ao Brasil. Após três anos de permanência no País, com estadia nos Estados de Pernambuco e Ceará,*

segundo secretário, Raul de Barros Moreira; um tesoureiro, Christiano Carneiro Dias Vieira; um orador, Paulo Alpheu de Miranda Henriques; um bibliotecário, José Galvão de Mello.²³⁰ Esse órgão tinha uma representatividade social relevante para o contexto histórico no período em análise. Como toda organização instituída possuía regimento e uma diretoria para aprovar e/ou reprovar projetos apresentados por grupos sociais, sobretudo, dos acadêmicos.

Esse espaço escolar, segundo seu estatuto foi criado para defender e proteger os interesses das nossas Escolas e de seus acadêmicos; concorrer para o desenvolvimento intelectual e moral; em particular da sua turma e em geral da coletividade acadêmica pernambucana²³¹. Com essa proposta, o órgão dispunha de regalias, entre as quais, uma sede própria onde eram realizadas reuniões mensais com personagens de diversos segmentos da sociedade entre os quais matutos e trabalhadores rurais - que já brotou os seus primeiros frutos²³². Nesse momento a diretoria se referia a assiduidade desses sujeitos as aulas noturnas.

Assim, considerando a realidade sócio-econômica do trabalhador rural sobretudo, os da região Norte do País e o contexto político, deduzimos que o Centro Acadêmico foi uma grande realização para o momento. Relacionamos quinze biografias coletivas, nas quais encontramos ressalvas direcionadas ao referido Centro. As quais enfatizavam, principalmente, a atuação dessa organização sobre problemáticas que envolviam o ensino agropecuário da região. Entretanto, não podíamos deixar de mencionar os discursos antagônicos do poder, segundo Joaquim Maurício Wanderley Filho, primeiro

nesse último, como instrutor e *prior*, retorna à Arquibadia de Beuron, na Alemanha, para relatar a situação das comunidades beneditinas visitadas, que vinham enfrentando profundas mudanças decorrentes da política vigente. Na Europa, permaneceu apenas alguns meses o tempo necessário para seus superiores avaliar a sua atuação e os relatórios levados do Brasil, posteriormente, em 1903, decidiram reenviá-lo ao Brasil como mestre de noviços, para as Congregações da Bahia e de São Paulo. Pensamos que essa decisão muito custou ao jovem monge e pode até ser aceita talvez, até então, como a ruptura mais rude de sua trajetória. Pois deixara de lado sonhos, ideais e sua amada Beuron, ou seja, a intimidade de sua comunidade, na qual, entendemos, o religioso esperava viver e morar. Mas, em obediência aos superiores, retorna. Em terras brasileiras, trabalhou intensamente com projetos sociais. Entre os quais, destacamos as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento e o Hospital Centenário do Recife. Após quinze anos de produção e atuação, Roeser naturalizou-se e recebeu o título de cidadão brasileiro.

²³⁰ ANDRADE, Jonas Taurino de. *Op. Cit.* 1920, p. 20. Para uma melhor compreensão sobre a discussão indicamos a trabalho de, FOERSTER, P. J. Elias. **Dom Pedro Roeser O.S.B.:** patrono da cadeira nº 17 da Academia Pernambucana de Medicina Veterinária. Recife: ed. Livro Rárido, 2008.

²³¹ **Terceiro e Quarto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento:** 1917-1918. *Op. Cit.* 1913-1922, p. 38.

²³² *Idem.* 1913-1922, p. 38. Expressão utilizada por grupos sociais da região para designar trabalhadores rurais.

secretário do Centro Acadêmico e Ignácio Barros Barreto, proprietário da Usina do Meio da Várzea,

compreendem a importância, necessidade e salutares consequências dessas reuniões!... repugnante?... edificante!!... ensinando-lhes os deveres e direitos de brasileiro,... inculcando-lhes os princípios higiênicos e agrônômicos... a moral... combatendo-lhes o alcoolismo, a indolência proveniente do deplorável ambiente em que vivem...²³³

Todas essas orientações eram vivenciadas por meio de conferências, palestras, representações teatrais, projeções luminosas, ou seja, maneiras que atraísse, impressionasse e despertasse aqueles sujeitos. Assim, a experiência das primeiras turmas possibilitou aos alunos a apropriação do lugar e dos espaços escolares, podemos dizer, com a permissão dos leitores dessa pesquisa, que esses acadêmicos moldaram não só as Escolas Superiores e seus cursos, mas também, o meio social onde atuaram. Romperam barreiras e fundamentaram a importância de suas profissões na sociedade regional, voltamos a enfatizar que no período em análise, os órgãos de fomento voltados para causa rural, no País, sobretudo, em Pernambuco²³⁴ eram tidos como o primo segundo das faculdades de Direito e Medicina, apesar do discurso moderno da intelectualidade.

Mas, segundo FOUCAULT,

o momento histórico das disciplinas é o momento que nasce uma arte do corpo humano, que tem por objetivo aumentar as suas habilidades, aprofundar sua sujeição, estabelecer uma relação onde esse corpo ao mesmo tempo se torne mais obediente e mais útil, extraindo desse corpo o máximo possível de energia e canalizando-a para a eficácia de uma maior produtividade.²³⁵

Assim, esse espaço escolar, por meio de sua diretoria, aprovou vários projetos que reforçam a nossa reflexão sobre o papel social dessa Instituição de Ensino, entre os quais,

²³³ *Idem.* 1913-1922, p. 39.

²³⁴ Sobre a discussão relacionada às faculdades de Direito e Medicina, principalmente, a Faculdade de Direito da cidade do Recife, indicamos o trabalho dissertativo de: MOURA, Carlos André de. **Fé, Saber e Poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937). Defendido no Programa de Mestrado em História Social, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2010.

²³⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002, p. 119.

criar e regula o funcionamento da Escola Noturna D. Pedro Roeser, destinada a difundir a instrução entre os filhos dos trabalhadores rurais tão desprotegidos e dela sequeiros. O nome a que é consagrada é uma justa homenagem ao Exmo. Revmo. Snr. Presidente Honorário é um brado de gratidão pela obra de patriotismo que o Snr. tem prestado ao Brasil. A fundação da Escola Noturna já tem cabalmente demonstrado seu alcance, esta foi sugerida pelo agronomo Alfredo Gomes Coelho ãe identidade paraibanaõ.²³⁶

Para manutenção da Escola Noturna D. Pedro Roeser, o Centro Acadêmico apresentou outro projeto instituindo e regulando a Caixa Escolar D. Amaro Bodenmüller²³⁷ que foi aprovado juntamente com a decisão em adaptar como oficial a Arquiconfraria do Coração Eucarístico de Jesus, da qual faziam parte os sócios do referido Centro que se inscrevessem voluntariamente. Contudo, percebemos essas iniciativas como estratégias fortemente imbricadas de interesses políticos, não podemos esquecer, que havia um desejo latente para (re)significar à agricultura para além das fronteiras regional, logo, era necessário colocar em prática todas as ferramentas disponíveis para realizar os anseios ora republicanos, ora eclesiástico.

Porém, observamos que nem todos os clérigos e republicanos acatavam essa arte de saber fazer+ motivo pelo qual, houve grandes divergências de opiniões entre os monges beneditinos, pensamos ser esse, também, um dos fatores que contribuiu de forma significativa para a negociação entre o Estado e a Igreja. Nesse momento, identificamos D. Pedro Roeser, diretor geral das Escolas; e D. Bento Pickel, diretor da Escola de Agricultura, como personagens totalmente envolvidos com os ideais republicanos, fato que acentuou a insatisfação entre os monges, na ótica de alguns clérigos o Abade tinha de certa forma, esquecido alguns princípios da Regra do Pai São Bento.

Apoiados do Centro Acadêmico criaram o Tiro Acadêmico São Bento+ com o discurso de que essa medida foi de máximo alcance para a questão disciplinar em nossas Escolas²³⁸. Assim, sob a orientação do 1º Sargento Francisco Sabino da Silva, instrutor do referido Tiro,

os exercícios militares e de tiros ao alvo, foram feitos com toda regularidade, obedecendo ao regulamento dos Tiros de Guerra. As duas horas sacrificadas

²³⁶ *Ibid.* p. 21.

²³⁷ *Ibid.* p. 22.

²³⁸ **Relatório das Escolas de São Bento: 1921-1922.** *Op. Cit.* 1913-1922, p. 22-23.

diariamente aos exercícios militares não prejudicaram absolutamente os estudos ou a disciplina escolar, ao invés, além das vantagens corporais e dos sentimentos são de patriotismo que os acadêmicos auferiram na linha de tiro, notamos com grande satisfação, um grau sempre crescente de operosidade e mais disciplina na vida escolar.²³⁹

E continua,

a experiência mostra que, tempo em demasia sob o pretexto de estudar mais, gera a ociosidade, faz medrar as paixões, ao passo que, um pouco menos de tempo, porém metodologicamente aproveitado, expulsa a indolência e desperta a consciência do dever. Assim, é que se formam os grandes caracteres...lutando... O adágio inglês: *time is Money*, nós brasileiros devemos verter: tempo vale mais que dinheiro.²⁴⁰

Também, localizamos os exames dos primeiros reservistas do Tiro Acadêmico São Bento, ocorrido aproximadamente, entre os dias 15 e 16 de agosto de 1922, havia uma comissão escolhida pelo comandante da 6ª Região Militar para constituir a banca examinadora, a qual era composta por Capitão Carlos de Barros Barreto, o Primeiro Tenente José Rodrigues da Silva e o Segundo Tenente Armando Bandeira de Moraes. Submeteram-se as provas: oral, prática e de tiros dezoito atiradores/acadêmicos, conforme relação nominal a seguir,

José Augusto de Cliveira Gusmão, Luiz Pinheiro Filho, José Agnaldo de Souza, João Maria Collier, Antônio Joaquim Louzeiro, Agnaldo Velloso Borges, Ângelo Varela de Albuquerque, Benedicto Baboza de Souza, Dorgival de Souza Barboza, Edisio Tasso da Costa Cirne, Apollonio Jorge de Farias Salles, João Miguel de Aguiar, José Alves Massa, Jayme de Azevedo Gusmão, Luiz de Souza Monteiro, Manoel da Silva Martins, Oscar Espínola Guedes, Moacyr Fernandes Cartaxo e Paulo Nery Ferreira.²⁴¹

Nesse sentido, deduzimos que essas práticas no cotidiano escolar, de certa forma, contribuíram para acirrar, cada vez mais, os ânimos entre a Ordem Beneditina e o Estado. Esse último, por meio do Decreto nº 07, de 03 de outubro de 1933, criou a Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Pernambuco, de acordo com as fontes, esse decreto foi revogado. Mas, de certa forma, estavam lançadas as raízes para a

²³⁹ *Idem.* p. 23.

²⁴⁰ *Idem.* p. 24.

²⁴¹ *Ibid.* p. 24.

desapropriação do Engenho e da Escola Superior de São Bento, considerando o contexto histórico-político.

Nesse momento, buscamos JOSEPH L. LOVE e BERT BARICKMAN, os quais, com o intuito de identificar como esses personagens atuaram como elites, foram além da simples comparação biográfica de idade, educação e ocupação. Para os estudiosos,

Pernambuco, o mais importante Estado do Nordeste, talvez seja o que melhor represente os dilemas políticos, sociais e econômicos que sua região, como hoje, colocava para o resto País. Outras variáveis foram acrescentadas, incluindo a participação em eventos políticos chave, os atributos sociais, laços com outros Estados, as ligações familiares e os aspectos relativos à geração.²⁴²

Isso nos faz perceber, e de certa forma nos revela, que a República seria comandada pelos conservadores desde seu início. Sendo assim, entendemos a atitude dos administradores, entendemos esse comportamento como forma de resistência encontrada por esses sujeitos para sobreviverem a determinadas imposições a eles apresentadas. Também, envolvemos nesse processo, a continuidade das atividades da Escola Noturna. Mesmo diante dos conflitos, internos e externos, essa funcionou com regularidade em dias úteis, no horário de 18h às 21h, além das instruções agropecuárias não foram esquecidas as aulas de catecismo ministradas pelo presidente do Centro. As despesas com aquisição de livros, cadernos e outros materiais distribuídos gratuitamente para os alunos ficavam sob responsabilidades da Caixa Escolar.

Ressaltamos que havia um descaso da oligarquia rural e de outros grupos sociais, com relação à Escola Noturna D. Pedro Roeser. Pensamos que esse fato tinha haver com a proposta pedagógica vivenciada e o público ao qual se dirigia o ensino. Segundo o estatuto,

essa patriótica instituição, pretende difundir as ciências elementares e levantar o nível moral entre trabalhadores rurais. De fato merecia maior apoio. Apenas Dr. João Ignácio de Vasconcellos dela se lembrou, enviando para os alunos 300 exemplares do livro de leituras agrícolas. Por justa homenagem a Escola nomeou Dr. Cabral Diretor Honorário da Escola Noturna.²⁴³

²⁴² LOVE, Joseph L. & BARICKMAN Bert J. **Elites regionais**. HEINZ, Flávio M (Org.). *Op. Cit.* p. 78.

²⁴³ **Sexto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1920.** *Op. Cit.* 1913-1933. p. 19.

Observamos que o Centro Acadêmico além de reuniões, conferências, promovia festas profanas e religiosas com regularidade. Também fundou o São Bento Football Club, o qual tinha como diretor o acadêmicos J. Galvão de Mello e como secretário o acadêmico José Maranhão. Assim, a comunidade acadêmica da ESA penetrou em outros espaços, a partir de sua influência, seus pontos de vista, suas disposições ideológicas, suas tendências políticas, suas artes de saber fazer, de inventar o cotidiano+.

A partir da análise das biografias coletivas, conhecemos as propriedades sociais mais requisitadas desse grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo, os atributos culturais, econômico e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos. Isso nos fez identificar os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes públicos. Assim, o propósito da metodologia que privilegiamos é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, dessa forma, explicarmos com precisão a estrutura da sociedade, o grau e a natureza, dos movimentos que se deram no seu interior, sobretudo, na esfera regional.

As nossas visitas, a essa história, nos fez perceber que todos os eventos realizados na Escola, sobretudo, do Centro Acadêmico de Agricultura e Medicina Veterinária, eram registradas em atas, principalmente, as solenidades dos meses de agosto e outubro de 1919, na primeira o conferencista Manoel Carneiro Leão falou sobre a agricultura no Brasil+, bem como, os meios para seu engrandecimento+. Frisamos que o personagem era sócio membro+do referido centro e primeiro agrônomo diplomado pela Escola.

Posterior, no segundo evento, discursou Inácio Barros Barreto com a temática Vida do campo e a saúde+, advogado e líder político da região, sempre decidiu sobre os destinos da Escola, tinha uma espécie de escritório no Engenho de São Bento, pensamos que por esse motivo esbarramos constantemente com suas filhas circulando nos espaços escolares e despertando paixão nos corações solitários dos acadêmicos. Esse personagem emblemático, também disponibilizava suas fazendas para experiências e aulas práticas vivenciadas por professores e discentes.

Assim, as lembranças da Escola estão presentes em fios de memória compartilhados por outros atores sociais, dos quais, os que circulam pela UFRPE. HALBWACHS mostra como é possível entender as memórias de um grupo, segundo o autor,

é difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações foram apenas o reflexo dos objetos exteriores, no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodearam.²⁴⁴

Ao atribuir a memória uma função social BOSI, refere-se ao papel da lembrança da seguinte maneira %o diamante bruto, que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma (re)apropriação+.²⁴⁵ Nas biografias coletivas a Escola aparece como um lugar de aprendizado, com signos que traduzem várias interpretações, das quais, afetividade, dor, alegrias, tristezas, solidão, profissionalismo, compromisso, fé, amor, justiça, saudades, vida, agradecimento, para com a instituição escolar.

Nesse momento, pensamos ser interessante relacionar nominalmente os agrônomos e engenheiros agrônomos diplomados pela ESA de São Bento, bem como, as funções e os estabelecimentos onde esses atuaram após concluírem o curso. Sendo assim, identificamos os engenheiros agrônomos,

Fellipe C. Vieira da Cunha, sócio de uma casa commercial em Recife, Pernambuco; Gabriel C. Branco, assistente de combate a lagarta rosada, em Natal, Rio Grande do Norte; Octavio C. de Vasconcellos, alcançou o prêmio de viagem, fazendo na Universidade de Baton Rouge o curso de Chimica; Renato F. Neves, empregado no City BanK, em Recife, Pernambuco; Ulysses C. de Mello, Inspector da Vigilancia sanitária vegetal no Porto do Recife, Pernambuco; João H. de Carvalho, premio de viagem ao estrangeiro, especializando-se em Chimica assucareira na Universidade de Baton Rouge, actualmente na Fazenda Imbury, em Coruripe, Alagoas; Manoel de Oliveira Braga, fallecido; Antônio Joaquim Louzeiro, em Cururupú, Maranhão.²⁴⁶

E os agrônomos,

Manoel C. Leão, administrador da própria fazenda, em Escada, Pernambuco; Armando B. de Mello, premiado pelo Governo

²⁴⁴ HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.* p. 23.

²⁴⁵ BOSI, Eclea. *Op. Cit.* p. 02.

²⁴⁶ Livro de Relatório das Escolas Superiores de São Bento: 1921-1922. *Op. Cit.* p. 25.

Federal, faz o curso de Chimica assucareira na Universidade de Baton Rouge; Fernando da R. Cardozo, conproprietario de uma casa commercial no Recife, Pernambuco; João G. Carneiro, inspector da vigilância vegetal do Porto de Santos, S. Paulo; Salvador Nigro, commerciante no Recife, Pernambuco; Aduauto F. de Azevedo, deputado estadual em Natal, Rio Grande do Norte; Carlos B. Tigre, obteve do Governo Federal o premio da viagem, fazendo o curso de Silvicultura na School of Forestry em Iale; Francisco H. de Carvalho, administrador do próprio engenho em Cururipe, Alagoas; Ildefonso P. Lopes, conproprietario de uma casa commecial no Recife, Pernambuco; José Regis, director da defeza do algodão em Itabayanna, Parayba; Kurt Repsold, chefe de culturas no Paraná; Manoel C. Netto, director de aprendizado agrícola de São Luiz Maranhão; Manoel V. Fraga, commerciante no Rio de Janeiro; Tasso de Miranda, ajudante do serviço de algodão em Montes Claros, Minas Gerais; Alfredo G. Coelho, Parahyba; Joaquim M. Wanderley, premiado pelo Governo Federal e enviado a Universidade de Baton Rouge, para estudar Chimica assucareira; Lauro C. Dias Vieira, funcionario de Fomento Agrícola, Maranhão; Paulo A. de Miranda, estudante de zootechnia na agricultura and mechanical College of Texas, como premio de viagem; Arthur dos R. Novellino, proprietário do Engenho Monjope, em Igarassú, Pernambuco; Joel A. Ferreira, Chimico da Companhia Brasileira de productos chimicos, no Rio de Janeiro; Nelson V. Sá Bareto, inspector dos campos de demonstração de Companhia Algodoeira do Nordeste, em Timbauba, Pernambuco; Mario M. de Hollanda, Engenho Brejo Velho, em Gameleira, Pernambuco; José G. de Mello, Engenho Uma, em Reis Parahyba; Fernando C. Rolim, ajudante na 5ª zona do serviço de algodão, em Cajazeiras, Parahyba; José A. Meirelles, chefe da cultura do campo de sementes de Espírito Santo, Parahyba; Raul de B. Moreira, capital da Parahyba do Norte; Flaviano R. Coutinho, fazendeiro em Itabayanna, Parahyba; José G. de Moraes, em Campos, Rio de Janeiro; Aurelio U. Lins, usineiro em Maceio, Alagoas.²⁴⁷

3.2.3 *É Entre acordos instituídos:*

o nascer da Escola de Agronomia de Pernambuco (1937)

Assim, fragmentos de memória tecem fios sobre a emoção do momento de transição da Escola entre clérigos e republicanos, que culminou na transferência da Instituição para a Fazenda do Estado, localizada no Bairro de Dois Irmãos, na cidade do Recife-PE, em decorrência da Lei Estadual nº 2.243, de 09 de dezembro de 1936 e do

²⁴⁷ Livro de Relatório das Escolas Superiores de São Bento: 1921-1922. Op. Cit. p. 25-26.

Ato nº 1.802 do Poder Executivo, a referida Escola ficou sob a exclusiva administração do Estado. Porém, essa Faculdade permaneceu no Engenho de São Bento por dois anos, posteriormente, em 12 de março de 1938, inicia suas atividades acadêmicas nas instalações erguidas no Bairro de Dois Irmãos, para esse fim.

Abaixo, algumas palavras colhidas no Livro de Crônicas, do Mosteiro de São Bento de Olinda, sobre o discurso de despedida entre professores, alunos, funcionários e administradores. Assim,

lançando um olhar retrospectivo e, vendo a boa vontade dos catedráticos e a assiduidade da maior parte dos estudantes, bem como os felizes sucessos com que Deus nos agraciou, ainda nos fica grato dever de rendermos graças ao altíssimo, autor de todos os bens e benefícios, e o reconhecimento dos esforços dos nossos colaboradores na árdua missa do ensino superior, que nos foi confiada a bem da mocidade brasileira.²⁴⁸

No discurso, percebemos uma relação de sentimentos imbricados, como também, acordos que nos proporcionaram uma vasta interpretação sobre o evento, entre os quais, as bulas que estrategicamente silenciaram informações sobre personagens que atuaram no fato. No estudo dessa trajetória, a memória coletiva, nos revelou interesses que envolveram ambas as partes, uma vez, que apresenta o processo de criação do ensino agropecuário na região, como uma ferramenta usada de maneira intencional para atender aos anseios eclesiásticos e republicanos. Como reforço para essa discussão, buscamos o Diário do Estado, o qual registra em suas páginas o fato da seguinte maneira:

Atos do Sr. Governador do Estado. Ato nº 41, de 11 de janeiro de 1937, - O presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, atendendo a uma apresentação do oficial privativo do Registro de imóveis, da Capital, sobre não ser possível fornecer as certidões a que aludem dispositivos dos Arts. 2º e 7º, do Regulamento baixado com o Ato nº 1870, de 19 de dezembro último, para execução da lei nº 235, de 7 do mesmo mês, sob o fundamento de não haver ainda naquele Ofício de Registro indicador de pessoas e ser impraticável a busca no indicador real, resolve: ARTIGO ÚNICO: A prova exigida em os números II e I dos Arts. 2º e 7º do Regulamento baixado com o Ato nº 1870, de 19 de dezembro, será feita mediante certidão da Prefeitura Municipal do Recife, revogadas as disposições em contrário. Ato nº 42, de 11 de janeiro de

²⁴⁸ **Livro de Crônicas:** Ata das Sessões Capitulares. Olinda: Mosteiro de São Bento, 1936. Informamos que as páginas dos referidos documentos não estão datadas nem enumeradas.

1937, - O presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, tendo em vista a Ato nº 1802, de 09 de dezembro de 1936, que determinou a desapropriação por utilidade pública do Engenho de São Bento e da Escola Superior de Agricultura de São Bento, sitos em Tapacurá, do Município de São Lourenço da Mata, e ainda de acordo com feito com o Mosteiro de São Bento de Olinda, sobre o preço e condições de pagamento da referida desapropriação. RESOLVE determinar que o termo de acordo a ser lavrado na forma de _____, do Art. 1234 do Código do Processo Civil e Commercial do Estado, obedeça ao teor _____ da minuta que acompanha este ATO, e da qual se extrairá cópia para entrega ao Sr. Procurador dos Feitos da Fazenda do Estado, a quem compete assinar, como representante do Estado, o referido termo, ficando ressalvada, em tempo, a referência que na mesma minuta se faz a taxa de 7% dos juros das apólices de que trata a clausula 3ª dessa minuta, por serem efetivamente, as apólices a que se refere a Lei Estadual nº 243, de dezembro último, de 7% e não 5%, como ali se declara.²⁴⁹

E continua,

Bases para o acordo sobre a indenização do Engenho de São Bento e a Escola Superior de Agricultura São Bento. 1º - a indenização será de valor de oitocentos contos de reis (\$800,000\$000) em moeda legal e corrente e paga da seguinte forma: uma primeira prestação, de trezentos contos de reis /(\$300,000\$000), à vista no momento da assinatura do acordo, a ser tomado por termo, na forma do _____ 2º do Art. 1254 do Código do Processo Civil e Commercial do Estado, e os restantes quinhentos contos de reis (\$500,000\$000) em duas prestações iguais de duzentos e cinquenta contos de reis (\$250,000\$000), cada uma, a serem pagas a primeira em doze meses e a segunda em vinte e quatro meses depois da data da assinatura daquele acordo. 9º - São excluídos da desapropriação: a) a Igreja com todos os seus móveis, utensílios e alfaias, construídas nas proximidades da Escola Superior de Agricultura de São Bento e uma área de terreno anexo à mesma Igreja com cinco (05) hectares, as quais continuarão de propriedade do Mosteiro; b) o prédio, instalações e terreno anexo de cinquenta metros (50m) de frente por cinquenta metros (50m) de fundo, da Fundação Arcelina Amorim de Vasconcellos, cuja administração, de acordo com os respectivos estatutos, fica dependente da Abadia do Mosteiro de São Bento de Olinda. 10º - O Estado de Pernambuco obriga-se a construir na área a que se refere a clausula anterior, e entregar ao Mosteiro de São Bento de Olinda, no prazo de três meses a contar da assinatura do acordo, uma casa para residência dos Padres, com capacidade para hospedagem de quatro (04) pessoas, de acordo com a planta aprovada pelo Mosteiro, empregando na referida construção a importância de trinta contos de reis (\$30,000\$000), correspondente a um trator diesel, um arado para trator, uma grade roçadeira, um motor de serraria e toneis para álcool _____ adquiridos recentemente pelo Mosteiro e que não constaram de _____ do Estado.

²⁴⁹ Diário do Estado, terça-feira, 12 de janeiro de 1937, p.

Nesse contexto, houve equívocos na História Oficial, identificamos que apesar dos conflitos, não percebemos a intervenção do Estado nesse evento, e sim, acordos tramados entre os poderes constituídos. No entanto compreendemos as várias interpretações, com quais, deparamos sobre a temática no decorrer dessa pesquisa. Infelizmente, continuamos a enfrentar os entraves que dificultam a interpretação dos fatos no que se refere ao tratamento documental, principalmente, no desvã dos arquivos. Contudo, o desafio serviu para apresentarmos as contradições inerentes a essas Instituições enquanto formadoras de grupos sociais em um período delicado da nossa história.

Por fim, evocar os silêncios, nas linhas e entrelinhas da trajetória da Universidade Federal Rural de Pernambuco, através de práticas escolares vivenciadas por personagens das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, possibilitou-nos ampliar a historiografia local e da história das instituições de ensino superior, por via das representações criadas sobre esses espaços. Nesse sentido, podemos afirmar com base na realidade pesquisada que esse estudo atendeu nossa perspectiva, ou seja, proporcionar visibilidade ao papel social desempenhado por essas Faculdades agropecuárias como espaço de múltiplas significações, histórias e memórias, dessa forma, situá-las na história regional como um patrimônio histórico e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa, encontramos na análise do *corpus* documental, fortes indícios de que tanto a Igreja, representada pela Ordem Beneditina quanto o Estado desenvolveram ações que concorreram para o desenvolvimento da educação superior agropecuária na região, no que tangia à formação de profissionais com vistas ao trabalho prático agrícola, sobretudo, moderno, fundamentado às luzes do positivismo darwinista. Assim, consideramos que os órgãos institucionalizados, de certa forma, deram uma inédita contribuição para o desenvolvimento da agricultura e melhoramento genético dos rebanhos, concomitantemente para a economia local, enquanto referencial de identidade cultural e construção de uma memória histórica.

Tendo como princípio teórico-metodológico o rigoroso empenho em seguir as pistas encontradas, procuramos apreender seus sentidos e significados, investigando-as para se chegar a uma interpretação sobre o passado. Nessa investigação histórica, rememoramos sistematicamente a experiência do cotidiano das Escolas Superiores de São Bento a partir de 1912, consubstanciadas nos discursos eclesiásticos e republicanos. Nesse sentido, entendemos que esse trabalho de pesquisa cumpriu com seu objetivo de compreender a trajetória da UFRPE, bem como, o papel social que desempenha. A partir do momento, que tecendo memória, historicizamos iniciativas das instituições e de personagens que impulsionaram o ensino superior agropecuário no âmbito regional.

Rememorar a experiência vivenciada pelas Faculdades de São Bento nos fez perceber que pesquisar o cotidiano escolar, está além de captar partes de fazer+ realizada por professores e alunos, significa um caminho de investigação pela sondagem das vias de lucidez e da ação+ o qual, permite recuperar aspectos contraditórios e as diversas perspectivas presentes, bem como, os múltiplos aspectos sociais e políticos que formaram o contexto mais amplo, a partir do qual pudemos discutir o desempenho de medidas encetadas pelos poderes constituídos.

É perceber como professores e alunos se valeram de diferentes táticas para se ajustarem a essa política; reorganizarem o dia-a-dia de suas práticas. Tais invenções do/no cotidiano foram produzindo uma cultura+ de saberes pedagógicos, (técnicos e práticos); transformados em representações, os quais significaram, também, uma ação calculada, uma singularidade no uso de regras e produtos impostos que podem levar a possibilidades múltiplas de compreensão. Dessa maneira, tiveram como características

suas astúcias em conformidade com as ocasiões proporcionando uma ligação entre os anseios da Igreja e do Estado, os quais estabeleceram um ideal há muito ansiado -, um personagem que dominasse o conhecimento técnico e empírico da agricultura.

Sob esses aspectos, as Faculdades de São Bento incorporaram projetos que objetivavam dá visibilidade e credibilidade ao novo perfil do trabalhador rural. No discurso, a imagem que se constituiu sobre tais personagens, ao longo da história, era gradativamente superada pelo uso de conhecimento das novas tecnologias adaptadas em conformidade com as exigências do momento, sobretudo, as atividades desenvolvidas pelos médicos veterinários. Consideramos que Pernambuco lançou uma proposta de ensino agrícola consistente, o qual tinha perspectivas de proporcionar a região, melhorias econômicas politicamente relacionadas com a nova ordem vigente.

Mas, para os poucos jovens, que acreditaram ~~na~~ nessa aventura, estudar nas Escolas Superiores de São Bento significou a oportunidade de promover um rico aprendizado sobre as diversas áreas do conhecimento das ciências agrárias, principalmente, em razão da equivalência do quadro de professores, e do comprometimento dessas instituições com o social. Percebemos uma preocupação em seus administradores em selecionar os melhores mestres objetivando não apenas formar o homem profissional, mas, prepará-lo para os desafios que a vida lhes apresentasse.

A luta intensa, e posteriormente a conquista do reconhecimento oficial de seus diplomas, representou um novo momento, essa ~~v~~ vitória de certa forma, reforçou a construção do ensino agrícola local, bem como, o perfil do agrônomo e do médico veterinário, os quais correspondiam aos anseios republicanos da época. De certa forma, consideramos salutar tal reconhecimento, a partir de então, percebemos uma (re)significação nas práticas cotidianas dos espaços escolares, principalmente, na Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, localizada em Tapera, município de São Lourenço da Mata . PE, onde deparamos com momentos de sociabilidades, entre acadêmicos, professores e religiosos, os quais proporcionaram um aprendizado ininterrupto para o jovem que se dedicava aos estudos agrônômicos.

Com relação à Faculdade de Medicina Veterinária de São Bento, pensamos que houve fatores que favoreceram o encerramento de suas atividades acadêmicas em 1926. Entre eles, podemos citar: questões administrativas; a política de externato; problemas de relacionamentos entre seus idealizadores; a baixa procura de jovens para ingressarem no curso; sobretudo a maneira como essa profissão era percebida, pela

sociedade, muitas vezes ridicularizada.

Contudo, identificamos lembranças importantes nas práticas cotidianas do futuro médico veterinário, entre tantas, destacamos a preparação dos acadêmicos para participarem de exposições organizadas pelo Estado, nas quais, os estudantes apresentavam os resultados de pesquisas desenvolvidas em laboratórios; matadouros; farmácias e; operações cirúrgicas realizadas em animais de pequeno e grande porte. Demonstravam, assim, intimidade com a área de conhecimento escolhida para atuar.

Consideramos uma lacuna lastimável a interrupção desse curso, tanto no que se refere a educação formal, como para o âmbito regional considerando o contexto histórico, no qual os Estados brasileiros buscavam afirmar-se economicamente e delimitar suas fronteiras, ansiando o reconhecimento do País como Estado . Nação perante o mundo. Os administradores das Escolas, em suas relações de sociabilidades não tiveram, com esse curso, a mesma sensibilidade e dedicação que dispensaram, por exemplo, a ESA de São Bento, fator que consideramos primordial para a continuidade de qualquer projeto institucional.

Voltamos nossa atenção, também, para a construção dos espaços escolares das Faculdades, no que tange à afirmação do gênero masculino, consideramos que houve equívoco na História Oficial. É importante ressaltar que nesse universo %masculino+ localizamos mulheres, que de alguma maneira, transitaram nos referidos ambientes. Para nós, essa atuação significou os primeiros passos para a quebra de uma resistência imperativa masculina ao mundo da educação agropecuária formal.

Mesmo não sendo o foco da nossa pesquisa, discorrer sobre gênero, identificamos que essas personagens conseguiram conquistar um respaldo que lhes garantiu acesso posteriormente, aos referidos cursos que até então eram destinados a força masculina. Dessa maneira, consideramos que a retomada da história das Escolas Superiores de São Bento, por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, é deixar seu diferencial na historiografia local, sobretudo, na história das instituições de ensino superior. É trazer o novo. Com base na discussão que vislumbramos ao longo dessa pesquisa, é perceptível o interesse manifestado por diversos segmentos da sociedade (principalmente o Estado) pelas Faculdades de São Bento.

Consideramos que algumas práticas escolares inseridas na proposta pedagógica, ao longo da trajetória das Escolas, visitas de ministros de estado, governadores, representantes das bancadas legislativas: municipal, estadual e federal, entre outras ditas %honrosas+ bem como, o patrimônio material e imaterial desses centros do saber

agrário, despertaram expectativas no sentido de que ao Estado caberia a construção de seus currículos e o direcionamento administrativo do objeto aqui analisado.

Assim, o discurso articulado da intelectualidade ao longo da história dessas Escolas, provocou questionamentos com relação à ciência em detrimento dos ideais nacionais, percebemos que a partir da criação das Faculdades de São Bento já houve uma preocupação, disfarçada, com relação ao futuro administrativo desses Centros, por parte do Estado, uma vez que seus programas curriculares foram pensados e voltados para o primado econômico. Os investimentos do Governo Federal nessas instituições, sobretudo, a ESA, reforçam nossas considerações.

Contudo, a intenção do Estado de incorporar a Faculdade de Agricultura de São Bento para atender a ideologia nacionalista se concretizou em 1936, no ápice do Estado Novo. Consideramos que o poder político apegou-se a questões cotidianas do espaço escolar, que nem sempre eram percebidas com bons olhos pela oligarquia rural e por chefes políticos, tais como: asilo a estrangeiros refugiados da guerra e as dificuldades nas relações interpessoais e administrativas entre a Irmandade Religiosa.

Nesses termos, o Estado colocou em prática seu projeto. Outro fato relevante nesse processo foi a renúncia de D. Pedro Roeser, em 1929, do Abaciado e da direção geral das Faculdades de São Bento, culminando na transferência definitiva do monge para a cidade de Jundiaí . SP. Entre tantos conflitos que identificamos nessa trajetória, afirmamos que esses fatores ruíram os acordos existentes entre republicanos e clérigos do Mosteiro de São Bento de Olinda.

É importante rememorarmos que nesse período, o diretor do Departamento de Educação, Nilo Pereira, justificava a importância da Interventoria por esta realizar e promover a reforma do ensino, afirmava que o senso prático deveria dominar a revisão dos programas escolares. Isso significava que, ao término do ano letivo o aluno teria adquirido a noção de coisas, sobretudo, da família, unidade da Pátria, grandeza humana, bom trabalho, justiça do céu, sacrifício e solidariedade. Nesse sentido, o universo escolar, bem como, seus programas e currículos emergiam como ferramentas de poder e veículo doutrinário. Assim, a busca por uma sociedade hegemônica evidenciou-se em 1936, quando se criou um grupo de intelectuais encarregados de formular e executar o ideário político, por meio da legislação do ensino.

Nesse sentido, um fato importantíssimo na história das Escolas Superiores de São Bento, veio à tona, quando discorriamos sobre a documentação. Apesar do discurso político e as iniciativas se voltarem para a ideologia do Estado Novo,

consideramos que não houve Intervenção na Escola Superior de Agricultura - ESA de São Bento, mas, acordos que vieram suprir os anseios dos poderes instituídos a Ordem Beneditina de Olinda, os amigos do Mosteiro e o Estado.

Contudo, a transferência da Escola para o Bairro de Dois Irmãos, na cidade do Recife-PE, em 1938, com a denominação Escola de Agronomia de Pernambuco constituiu um difícil momento para funcionários, docentes e acadêmicos, haja vista, que a transição afetou o elo que organizava as relações escolares, principalmente, entre os religiosos. Em sua maioria os clérigos não possuíam formação acadêmica, apesar dos serviços prestados em prol do ensino agropecuário para a região, esses não atendiam as expectativas ideológicas do Estado, com relação à educação formal, dessa maneira gradativamente foram descartados do cenário acadêmico dessa Escola.

Assim, evocar os silêncios, as estratégias, os acordos e as expressões nas emoções dos personagens que (re)significaram a agricultura, não só através de práticas e técnicas modernas, mas, também, da determinação e persistência, possibilitou-nos percorrer os espaços de uma instituição educativa agrícola: Seguindo fios de memórias, entrecruzando documentos e imagens tentamos fazer uma leitura e compreender as relações de sociabilidades inseridas no evento, dessa maneira, esperamos contribuir com a historiografia da cultura regional, das Instituições de Ensino Superior, sobretudo, despertar em pesquisadores curiosidades sobre as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento e/ou simplesmente as %Faculdades de São Bento+a partir de questionamentos identificados nesse trabalho dissertativo.

Por fim, face à importância e às possíveis conseqüências positivas das iniciativas reais aqui analisadas, a rememoração desse processo histórico pareceu-nos significativa e relevante para evitar-se a perda de seu registro na cultura histórica pernambucana e na memória da UFRPE, uma instituição fomentadora de ensino, pesquisa e extensão, que de certa forma favorece a preservação do patrimônio cultural local e nacional a partir do papel social que desempenha há quase um século de história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Edusc: Bauru, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. **A construção da verdade autoritária.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. & CABRAL, Fátima. **FACEPE 15 anos.** FACEPE: Recife, 2005.

ALMEIDA, M^ª Magdalena de. **Mário Sette: o retratista da palavra.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

ALONSO, Angêla. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

ALVES, Nilva. **A narrativa como método na história do cotidiano escolar.** Disponível: www.bibliotecadominiopublico.com.br. Último acesso em: 29/09/2009, às 15h.

AMARAL, Dom Emanuel dqAble do. **Introdução à história monástica.** Salvador: ed. São Bento, 2006.

ANDRADE, Manuel C. **História das usinas de açúcar de Pernambuco.** Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

ANJOS, João Alfredo dos. **A Revolução Pernambucana de 1911: movimento popular liderado pelo general Dantas Barreto contra a oligarquia do conselheiro Rosa e Silva.** Recife: Fundação Cultura da Cidade do Recife, 2009.

ARON, R. **A alienação dos intelectuais.** Brasília: Ed. UnB, 1980.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XX.** São Paulo: Humanitas/FFLCH7USP, 2004.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982.

BANDEIRA, Manoel. Mapa turístico de MARIA, Rosa. Capitulares e desenho de JARDIM, Luis. 6. ed. São Paulo: Global, 2007.

BARROS, D. L. de. **Estudo do texto e o discurso no Brasil**. DELTA: Documentação de estudo e lingüística teórica aplicada. São Paulo: 1999.

BARROS, R. S. M. **Ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Edusp, 1986.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BHERING, Marcos Jungmann. **Positivismo e modernização**: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2008.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____; **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2005.

CALADO, Isabel. **A utilização educativa das imagens**. Porto: Porto Editora, 1994.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Julinete V. Castelo. **Histórias e memórias do Colégio Agrícola de Teresina (1954-1976)**: formando líderes para a construção do novo e para a implacável destruição do arcaico. Teresina: Universidade Federal do Piauí-UFPI.2006.

CASTORIADES, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro . RJ: Paz e Terra,1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar.7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A cultura no plural**. Campinas: Papius, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL,1990.

CHAUI, Marilena. **Intelectual engajado**: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto. (Org.). O silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Convite à filosofia**. 13ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo. Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

COSTA, Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, M. Lopes da. CASTRO, R.V. **Patrimônio Imaterial Nacional**: preservando memórias ou construindo histórias? Estudos de psicologia. 2008, 13(2), p. 125-131

DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada**. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da história**. 16. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos annales à nova história. São Paulo: Ensaio; Campinas, Unicamp, 1992.

DURAN, M. C. Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michael de Certeau**. Curitiba: Diálogo Educ. v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FERREIRA, L. O. **Os politécnicos**: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922). Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1989.

FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio**: discutindo alguns conceitos. Revista Com Ciência, 1993. Disponível em www.scielo.br/epsic.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007.

FOERSTER, P. J. Elias. **Dom Pedro Roeser O.S.B.**: patrono da cadeira nº 17 da Academia Pernambucana de Medicina Veterinária. Recife: ed. Livro Rárido, 2008.

FONSECA, M^a Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFJR Editora, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. De Roberto Machado. 10^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

_____. Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979-2005.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Olinda**: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. Apresentação, textos de atualização e bibliografia de FONSECA, Edson Nery. Ilustrações de

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUZZI, Ludmila Pena. **Patrimônio histórico: estudando a memória do coletivo**. Disponível na internet, em [Artigos acadêmicos](#). Acesso em: agosto de 2008

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN. 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de SIDOU, Beatriz. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HEINZ, Flávio M. **Positivistas e republicanos**: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). Revista Brasileira de História . Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 58, jul. . dez. 2009.

_____. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

HENRY, Rousso. **A memória não é mais o que era.** In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV. 1996.

HUSSEYN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumento e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2009.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN. Caderno de documentos nº 03. 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed.: Unicamp, 1996.

_____. **Documentos/Monumentos.** In: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi.* V. 1 . Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência contemporânea. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

LEVINE, Robert M. **Pernambuco na federação brasileira 1889-1937:** a velha usina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LINS, I. **História do positivismo no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOPES, L. Carlos. Artefatos de memória e representações de mídias. Ciberlegenda, n. 7, 2002. Disponível em: www.uff.br/mestcii/lclp7.htm. Último acesso em: 29/10/2009.

LOVISOLO, Hugo. **A memória e a formação dos homens**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2 n. 3, 1989, p. 16-28.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2004.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MARIUZZO, Patrícia. **Revista Eletrônica Com Ciência**. Revista Eletrônica Com Ciência. 2004. Último acesso em 28/10/2008, às 13:42 horas

MAZZUCCHI, Maria Letícia. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Revista Com Ciência, 1993, p. 79-88. Disponível em www.scielo.br/epsic.

MARTINS, Conceição. **O pioneirismo das engenheiras agrônomas pernambucanas nos 96 anos da UFRPE**. In: Jornal Folha de Pernambuco, Caderno Cidadania. Recife, 31 de outubro, 2008.

_____. Conceição. **Memória e informação: o testemunho das engenheiras agrônomas pernambucanas**. In: **Anais do XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**. São Paulo, 2008. Disponível em: www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2798.pdf.

_____. & MARTINS Osvaldo. **LINDALO FARIAS: reminiscências da trajetória de um engenheiro agrônomo**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica. Recife. V. 5-6, 2008/2009.

MARTINS, José de S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.

MILLS, C. W. **A política da cultura**. In: MELO, R. de. (Org.). **Os intelectuais e a cultura**. Lisboa: Presença, 1964.

MOURA, Carlos André de. **Fé, Saber e Poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937). Defendido no Programa de Mestrado em História Social, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2010.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado**: 80 anos do ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Catavento, 2004.

NETO, Antônio Fonseca dos Santos. **Cidades Flagradas**. In: CASTELO BRANCO, Juliene V. & SOLON, Daniel Vasconcelos. 2008.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: Nº 10, dez./1993.

OLIVEIRA, D. Plácido. **Livro de memórias**. Arquivos do Mosteiro de São Bento, em Olinda - PE, 1915.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis**: os patronos agrícolas e a infância pobre na primeira República. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. **Maio de 68: os silêncios da memória.** In: ACHARD, Pierre. **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 1988.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de história.** In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2001.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil.** São Paulo: ed. Ática.

PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PERECYN, Marly T. **Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.** São Paulo: USP, 2004.

PESAVENTO, S. J. **História cultural: experiências de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PINHEIRO, M. J. **Museu, memória e esquecimento: um projeto de modernidade.** Rio de Janeiro: EPAPERS, 2004.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social.** In: **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, vol.5, n.10. p. 202.

Revista Chácaras e Quintaes, n. 2, fevereiro, 1918. In: Plaquete Comemorativa do Cinquentenário da Escola Superior de Agricultura, 1962.

RICOEUR, Paul. **Entre memória e história.** In *Projet.* Paris. Número 248, 1996.

ROLNIK, Raquel. NETO & Antônio Fonseca dos Santos. **Cidades Flagradas.** In: CASTELO BRANCO, Juliene V. & SOLON, Daniel Vasconcelos. (Org.). **História em poliedros: cultura, cidade e memória.** Teresina: EDUFPI, 2008.

RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SAMAIN, Etienne. **O que vem a ser portanto um olhar?** Prefácio a ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Livraria Palmarinca Ltda e Tomo Editorial Ltda, 1997.

SANTOS, Miriam Sepúlveda. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social) . Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais**. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Unicamp, 2004.

SETTE, Mário. **Arruar, histórias pitorescas do Recife antigo**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. 3ª edição, coleção pernambucana. V. XII, 1978.

SCHWACZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil, 1870 . 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos. 2001.

SCOCUGLIA, Jowanka B. C. **Sociabilidade, Espaço Público e Cultura: uso contemporâneo do patrimônio na cidade de João Pessoa**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2003.

SILVA, Rogério Chaves da. **O Jesuíta e o Historiador**: a produção historiográfica de Luiz Palacín sob o prisma da Matriz Disciplinar. In: Jörn Rüsen. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiana. 2006.

TARGINO, M^a Ivonilde M. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa**: o processo de elaboração das cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP. 1980-2003. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007.

KOSSOY, B. **A fotografia como fonte histórica**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O relógio de Hiroshima**: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25,n.49, 2005.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FONTES MANUSCRITAS

Ata nº 438: histórico do Mosteiro e do Engenho de São Bento de Olinda 1604-1921. (Org.). PICKEL, D. Bento. Olinda. 1922.

Ata nº 250: 1914 . 1932. As páginas do referido livro não estão numeradas. Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda-PE. Identificamos nesse documento o registro de qualquer evento ou reuniões da diretoria ou Congregação, relacionados as Escolas, como também, o resultado dos exames realizados pelos discentes dos cursos de Agricultura e Medicina Veterinária, dos quais, eram extraídos as certidões que fosse requisitadas sobre a vida acadêmica do aluno.

Ata das Sessões Capitulares 1906. O documento registra assuntos de ordem particular, até o presente momento, sobre referido Mosteiro. Olinda-PE.

Ata da Instalação da Escola Agrícola e Veterinária de São Bento de Olinda. Fonte. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda, 1912.

Atas dos capítulos convencionais do Priorado de Tapera: 1930-1936, códice 258, 31ª . Certidão da escritura de desapropriação do Engenho de São Bento e da Escola Superior de Agricultura, registrada e averbada em 1970. Também, nesse documento, identificamos o inventário de avaliação dos bens do Engenho. Fonte. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda-PE

Códice 49: Atas das sessões dos capítulos gerais da Congregação Beneditina do Brasil, 1907-1919. Fonte. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Códice 55: relação dos fies. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Códice 105/106/107/108/109/110/111/116 e 118: livros caixa da administração do Mosteiro de São Bento de Olinda. Fonte. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 159: livro dos recibos do produto líquido advindo da venda dos açúcares de nossos engenhos+. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 203: visitas as crônicas. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 204: livro das sessões do Conselho do Mosteiro *O. S. B.* Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 219: chegada dos monges da Congregação de Beuron, em 1895, para a Restauração Católica no País. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Códigos 225/227/228 e 229: correspondências. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 230: livro dos benfeitores do Mosteiro de São Bento de Olinda. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 231: relação de oblatas. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 233: resultado dos estudos das oblatas claustrais/candidatas. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Códigos 235 e 236: recortes de jornais. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 237: costumes reservados. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Código 238: despesas da administração do Priorado de Tapera (1926-1927. p. 224). Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Códice 252 e 253 b: relação dos livros pertencentes às Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária de São Bento. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Códice 254/255/256 e 257: relação dos livros pertencentes à biblioteca do Mosteiro de São Bento de Olinda. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda-PE.

Congresso Agrícola do Recife 1878. Recife: CEPA/PE/1978. Fonte: Arquivos do Memorial da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica. UFRPE: Casa Prof. Ivan Tavares. Recife.

Livro nº 223: Analista e Cronista do Mosteiro de São Bento de Olinda, 1907/1916. Fonte: Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda-PE. Identificamos nesse documento as perspectivas, propostas e práticas escolares, do primeiro curso preparatório, em 1913, das Escolas Superiores de São Bento.

Livro Caixa nº 433: 1916/1917 e 1918. Contém entradas, saídas e gastos financeiros, com a construção das instalações das Escolas analisadas. Entre os quais, pagamento de pedreiros, carpinteiros e serventes, compra de areia e tijolos. Também registra colheitas de feijão e forragem.

Livro do Tombo do Patrimônio do Mosteiro de São Bento de Olinda. Fonte. Arquivos do Mosteiro de São Bento de Olinda. Olinda. 1924.

Mensagem 1907: Apresentada pelo Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, ao Congresso Legislativo do Estado, no dia 06 de março de 1907, p.5, e lida por ocasião da instalação da quarta sessão ordinária da 6ª legislatura+.

Relatórios: Primeiro: 1915; Segundo: 1916; Terceiro e Quarto: 1917/1918; Quinto: 1919; Sexto: 1920; Sétimo e Oitavo: 1921/1922 das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil+ Mosteiro de São Bento de Olinda, 1913-1922.

Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1ª parte. Crônica escrita pelo Pe. Jonas Taurino de Andrade. 1913. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do ~~%~~Jornal do Brasil+. Mosteiro de São Bento de Olinda, 1913-1922.

Segundo Relatório da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda-PE: 1916. Oficinas Graphicas da Agência Jornalística de J. Agostinho Bezerra . Recife: 1917. Mosteiro de São Bento de Olinda, 1913-1922.

Quinto Relatório das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento: 1919. Oficinas Graphicas da Agência Jornalística de J. Agostinho Bezerra . Recife: 1917. Mosteiro de São Bento de Olinda, 1913-1922.

ANEXO FOTOGRÁFICO

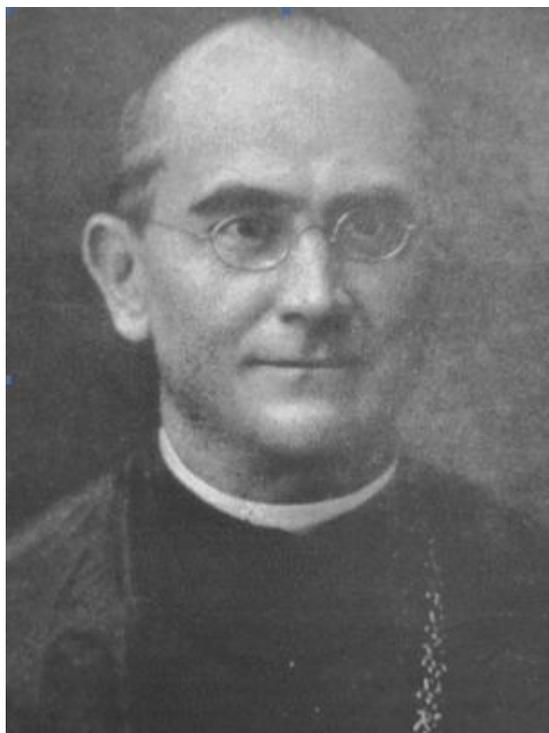


Imagem 4 - D. Pedro Roeser
Diretor Geral das Escolas Superiores de São Bento de Olinda-PE



Imagem 5 - D. Bento Pickel
Diretor da Escola de Agricultura de São Bento de Olinda-PE



Imagem 6 é Imagem atualizada, do espaço físico que abrigou as Escolas Superiores de São Bento, em 1914, com algumas intervenções. Fonte: Acervo da UFRPE



Imagem 7 - Alunos, professores e autoridades públicas na ESA de São Bento ó Tapera. Após solenidade da Aula Inaugural, em março de 1917. Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social da UFRPE



Imagem 8 - Hospital Veterinário das Escolas Superiores de São Bento, I do Brasil
Fonte: Acervo da UFRPE

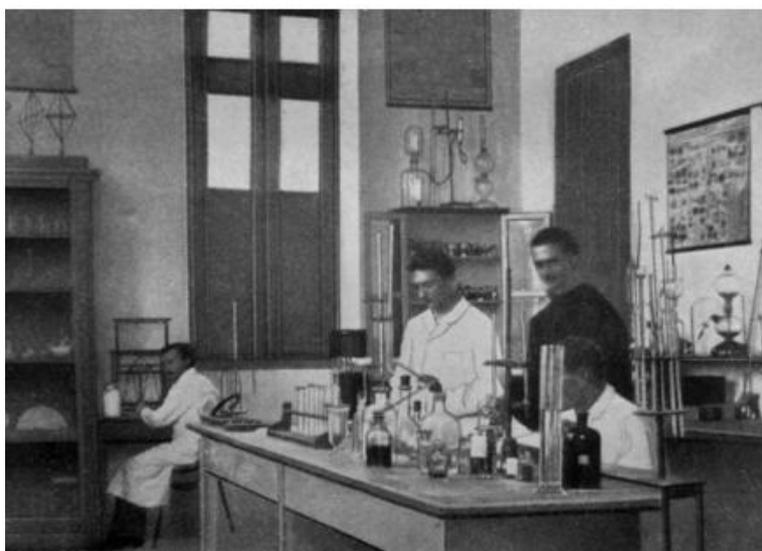


Imagem 9 - Laboratório de Química da Escola Superior de Agricultura de São Bento ó Tapera
Fonte: Acervo da UFRPE



Imagem 10 ó Alunos no campo em aula prática de Agrimensura
Escola Superior de Agricultura de São Bento. Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento, em Olinda - PE



Imagem 11 - Alunos na Sala de Leitura das E de São Bento
Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento, Olinda ó PE.



Imagem 12 ó Alunos em aula prática no Laboratório de Botânica
Escola Superior de Agricultura em Tapera. Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento



Imagem 13 ó Alunos em aula prática de Mecânica
Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento de Olinda - PE



Imagem 14 ó Vista parcial do prédio da Escola Superior de Agricultura, em Tapera
Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento, Olinda - PE



Imagem 15 ó Alunos em momento de descontração
Escola Superior de Agricultura de São Bento. Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento, Olinda - PE



Imagem 16 - Vista à distância do prédio da Escola Superior de Agricultura, Em processo de construção. Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento, em Olinda - PE



Imagem 17 é Despedida Primaz da Ordem Beneditina. Quando da sua visita a Escola Superior de Agricultura, em 1922. Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento



Imagem 18 - Estábulos da Escola Superior de Agricultura
Fonte: Memorial da UFRPE



Imagem 19 - Monge Beneditino com alunos em aula prática de Agrimensura
Fonte: Acervo do Mosteiro de São Bento, em Olinda - PE